EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.124/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Embratel Participações S.A. ("Embrapar" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

1 - Introdução
A Embrapar é uma holding controladora, cujos principais investimentos são as participações, diretas ou indiretas, em:
- Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – Embratel ("Embratel") – empresa referência nacional em telecomunicações, prestando serviços de voz, dados, multimídia e redes corporativas.
- Primesys Soluções Empresariais S.A. ("Primesys") - empresa de terceirização de serviços de telecomunicações, que atende a clientes de grande porte como os grandes bancos de varejo.
- Star One S.A. ("Star One") - maior operadora de satélites de comunicações da América Latina, fornecendo capacidade satelital para diversas aplicações, tais como, transmissão de televisão, dados, voz e banda larga.
- Embratel Tvsat Telecomunicações Ltda. ("Via Embratel") – empresa de televisão por assinatura via satélite através de tecnologia Direct To Home (DTH).
- BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter") - operadora de call center que faz o atendimento a clientes Embratel.

A Embrapar tem participação, direta e indireta, através da Embratel e da GB Empreendimentos e Participações S.A. – "GB", na Net Serviços de Comunicação S.A. ("NET"), operadora de TV por assinatura e banda larga.

Histórico
A força da marca Embratel foi construída em 45 anos de atuação entre os brasileiros. Criada em 1965, a empresa incorporou o satélite às comunicações do País em 1969, provendo a base tecnológica para a formação de redes nacionais de televisão. Lançou o Discagem Direta à Distância (DDD) e uma sucessão de inovações indispensáveis ao desenvolvimento, como a Rede Nacional de Telex, a Discagem Direta Internacional (DDI) e a Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes (Renpac) – um salto para o mercado corporativo. Nos anos 90, introduziu a internet no Brasil.
Ao vencer o desafio de dotar o Brasil de uma infraestrutura de telecomunicações, a Companhia tornou-se presente em todo o território nacional. Graças à sofisticada rede de satélites, transporte terrestre de sinais (rádio e fibra óptica) e serviços, a Companhia é reconhecida pela tecnologia de ponta, qualidade dos produtos e capacidade de relacionamento com os clientes. Esses atributos reforçam a sua competitividade ante as transformações profundas no setor, motivadas por um novo modelo de telecomunicações, pela privatização e pela internacionalização do mercado.
Nesse cenário concorrencial, a Embratel avança na convergência de serviços e na adoção da tecnologia IP (Internet Protocol), fiel à sua trajetória de inovação contínua. Para os clientes corporativos, desenvolve soluções convergentes de telefonia e dados em redes IP; para os residenciais, oferece a alternativa Triple Play – telefonia, Internet banda larga e televisão por assinatura. O avanço da empresa no mundo IP vai ao encontro de um fator-chave no futuro das comunicações: a oferta de banda para a convergência de voz, dados, vídeo e outros serviços multimídia.

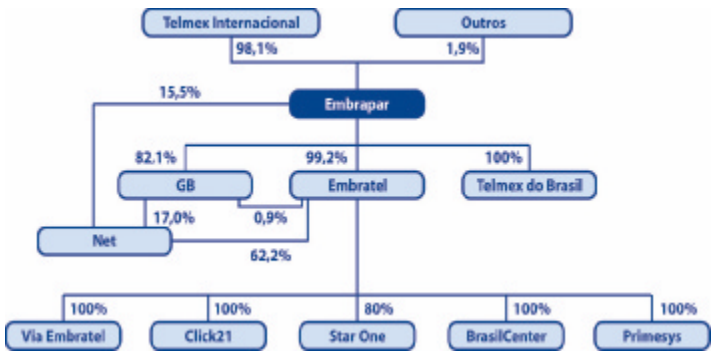
Ingresso da Telmex e investimentos no País
Em 2004 a Teléfonos de México S.A. de C.V. ("Telmex") adquiriu o controle da Embrapar, já tendo investido em torno de R$6,3 bilhões como parte de amplo programa de reestruturação operacional e financeira, dando às empresas do grupo condições de crescer e maior capacidade de competição no mercado.
A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços e o desenvolvimento do Brasil, investindo em média R$1,8 bilhão ao ano em infraestrutura necessária ao crescimento de serviços de telefonia local, transmissão de dados, Internet banda larga, via satélite e TV por assinatura.

Aquisições
Em 07 de outubro de 2010, em leilão realizado na BM&FBOVESPA - Segmento BOVESPA, a Embratel adquiriu, através da oferta pública de ações ("OPA"), 143.853.436 ações preferenciais de emissão da NET. Dado que esta quantidade representava mais de 2/3 das ações preferenciais em circulação na data do leilão, a Embratel estendeu a OPA até 13 de janeiro de 2011, tendo adquirido neste período mais 49.847.863 ações preferenciais. Ao final deste período, o numero total de ações preferenciais adquiridas através da OPA foi de 193.701.299, e o valor pago R$4.457 milhões.
A atual participação, direta e indireta, da Embrapar, em conjunto com a Embratel, no capital social total da NET é de 91,9%.

Universalização
Em nome da integração de todos os brasileiros, a Embratel cumpre com fidelidade e pontualidade o compromisso de facilitar o acesso à telefonia fixa, seja qual for a localização ou a condição sócio-econômica dos usuários. A Embratel foi a primeira a ter metas de universalização certificadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em janeiro de 2007. Ao final de 2010, eram 1.660 os telefones de uso público (TUPs) instalados pela empresa, conforme prevê o contrato de concessão e o Plano Geral de Metas para Universalização (PGMU) da telefonia.

Estrutura Acionária e Destaques 2010
A Embrapar é controlada indireta da Telmex Internacional, S. A. B. de C. V. ("Telmex Internacional"), empresa mexicana que detém indiretamente 98,1% do capital total da Embrapar.

Organograma da Embrapar em 28/Fev/2011 (*)



(*) Compreende as principais empresas do grupo.

Em 13 de janeiro de 2010, em anúncio divulgado no México, a América Móvil, S.A. B de C.V. ("América Móvil"), entidade integrante da cadeia de controle do Grupo Claro no Brasil, lançou uma oferta pública de permuta de ações aos acionistas da sociedade Carso Global Telecom, S.A.B. de C.V.. Com a combinação dessas empresas, a América Móvil poderá criar sinergias importantes, desenvolvendo um maior esforço comercial e aproveitando de maneira mais eficiente suas redes, sistemas e processos de informação, o que se traduzirá na universalização de serviços integrados em benefício de seus clientes em condições mais atrativas. Em 16 de julho de 2010, a América Móvil divulgou através de fato relevante ter adquirido, direta e indiretamente, aproximadamente 94,6% das ações da Telmex Internacional.

Recuperação Econômica e Inflação
O ano de 2010 foi um ano de crescimento econômico para o Brasil - o crescimento do PIB foi de 7,5% quando comparado a 2009 - impulsionado principalmente pelo início da recuperação das economias mais desenvolvidas (EUA, Europa e Japão), pela forte retomada da demanda mundial por commodities (petróleo e derivados, minérios e alimentos) e pela robustez do mercado interno doméstico (famílias, governo e investimentos). Porém, a aceleração do crescimento causou um aumento significativo da inflação em 2010, fazendo com que esta ficasse próxima do limite superior da meta do Banco Central do Brasil (6,5% ao ano). Para 2011 são esperados aumentos sucessivos na taxa básica de juros (Selic) para tentar conter o consumo e trazer a inflação para o centro da meta (4,5% ao ano).
Aproveitando a boa fase da economia nacional a Embrapar teve um ano de bons resultados, aumentando suas receitas com uma gestão focada em custos e investimentos com alto nível de retorno, o que implicou em uma melhora significativa de sua margem EBITDA.
Em 2010 a Companhia manteve sua estratégia de diversificação e massificação de receitas, diminuindo sua dependência da linha de negócios Longa Distância através de investimentos para o crescimento e fortalecimento das linhas de negócios Serviços Locais (Livre e NET Fone) e TV por Assinatura (Via Embratel).

Serviços Locais
Destacamos mais uma vez, no desempenho da Embrapar, o contínuo crescimento da participação da Embratel no Mercado de Serviços Fixos Locais, liderado pelo NET Fone via Embratel, e Livre, ofertas de telefonia local para o mercado residencial.
A Embratel manteve-se na primeira posição no ranking de recepção de linhas entre as operadoras de telefonia fixa pelo segundo ano consecutivo, superando a marca de 1 milhão de linhas portadas.

Via Embratel
Outro ponto de destaque em 2010 foi a evolução da linha de negócios de TV por Assinatura Via Satélite ("Via Embratel") lançada em 1º de dezembro de 2008.
Ao final de 2010, a Via Embratel contabilizava uma base superior a 1 milhão de assinantes, um crescimento de 300% em relação à base de 2009, representando cerca de 12% do market share do mercado total de TV por Assinatura e 25% do segmento de TV por assinatura via satélite - DTH.

Patrocínio aos Jogos Olímpicos Rio 2016
Em março de 2011, o consórcio formado pelas empresas Embratel e Claro foi escolhido para se tornar o patrocinador nacional exclusivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na categoria Serviços de Telecomunicações, associando sua marca aos Jogos Olímpicos Rio 2016 e ao Comitê Olímpico Brasileiro. O Consórcio Embratel-Claro apresentou a melhor proposta e a mais consistente do ponto de vista técnico, contemplando projetos de apoio ao desenvolvimento do esporte olímpico brasileiro e de promoção dos Jogos Olímpicos Rio 2016 por todo o País.

Empréstimos e Financiamentos
No ano de 2010 a Embratel, baseada na forte geração de caixa do Grupo América Móvil, realizou um programa de redução de exposição ao risco cambial. Os pré-pagamentos das dívidas estrangeiras, realizados com o intuito de zerar o risco cambial da empresa e diminuir seu custo de captação líquido (taxa de juros + custo de hedge), visaram também aproveitar as condições favoráveis de mercado e as baixas cotações do Dólar Americano (USD) frente ao Real (BRL).
Por outro lado, para suportar o investimento realizado na oferta pública voluntária pelas ações preferenciais em circulação da NET, a Embratel colocou no mercado em outubro de 2010, R$2.430 milhões em debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 3 anos, cujos recursos foram integralmente destinados à liquidação financeira da OPA da NET.

Impostos, Taxas e Contribuições
Em 2010, no consolidado, foram reconhecidas como despesas de impostos e contribuições cerca de R$4,6 bilhões. Dentre esses tributos, destacam-se ICMS, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, além de outras contribuições federais, tais como: FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações), FISTEL (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações) e Taxa de Renovação da Concessão ANATEL.

Governança Corporativa
- Governança corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a empresa, particularmente seus acionistas. Para isso, a Embrapar dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Política de Divulgação, Política de Relações com Investidores, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente.
- Projeto Sarbanes Oxley ("SOX") - a Companhia está dando continuidade ao cumprimento da Lei Sarbanes Oxley, visando manter um elevado nível dos controles internos e, na condição de investimento relevante da Telmex Internacional, suportar o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. Em 2010, encontravam-se levantados e revisados 73 processos relevantes, tendo sido processadas as melhorias e correções necessárias. A Administração da Embrapar avalia que a aplicação das exigências da SOX acabou por trazer relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos.
- Conselho de Administração – É composto por sete membros, todos eleitos em Assembleia Geral. Para auxiliar o Conselho de Administração no âmbito de sua atribuição e competência foi constituído o Comitê de Auditoria.
- Conselho Fiscal – É composto por três membros, todos independentes e eleitos em Assembleia Geral. A principal responsabilidade do Conselho Fiscal é monitorar as atividades da Administração, examinar as Demonstrações Financeiras e avaliar o trabalho dos auditores internos e externos. Em conformidade com os requisitos da Lei Sarbanes Oxley, o Conselho Fiscal exerce também as funções de Comitê de Auditoria, com pelo menos um especialista financeiro.
- Código de Ética – implantado em 2005, o Código reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Comitê de Ética se reúne periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas.

Em atendimento às disposições contidas na Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

2 – Setor de Telecomunicações

Regulatório
Entre as inovações da telefonia fixa que começaram a vigorar em 2010 ou tiveram seu desenvolvimento iniciado em 2010, destacam-se:
- Uso Eficiente do Espectro: em novembro de 2010, a Anatel aprovou a Resolução nº 548/10 cujo anexo constitui o Regulamento para Avaliação do Uso Eficiente do Espectro de Radiofreqüências. Por meio de tal instrumento foram definidos os critérios para avaliação da eficiência de uso do espectro para sistemas terrestres ponto a ponto e ponto-área e para sistemas satélites.
- Serviço Móvel Pessoal (SMP) por meio de Rede Virtual: em novembro de 2010 foi publicada pela Anatel a Resolução nº 550/10 por meio da qual foi aprovado o Regulamento para exploração do SMP por meio de Rede Virtual.
- Regulamentação do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU): em fevereiro de 2010, a Anatel aprovou o Regulamento do PGMU do Sistema Telefônico Fixo Comutado ("STFC") objeto do Decreto nº 4769/03 com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6424/08, tendo por função estabelecer, de forma mais detalhada, os critérios e procedimentos para acompanhamento e controle referentes ao cumprimento de obrigações de universalização do STFC definidas nos decretos mencionados. Uma série de obrigações impostas à Embratel no texto da consulta pública foram suprimidas no texto final.
- Contratos de Concessão, PGMQ e PGMU: no ano de 2009 foi iniciado o processo de consultas públicas prévias à revisão dos termos dos Contratos de Concessão para a prestação do STFC, Plano Geral de Metas de Qualidade ("PGMQ") e Plano Geral de Metas de Universalização ("PGMU") válido para o período de 2011-2015. O mencionado processo teve continuidade ao longo de todo o ano de 2010 e permanecerá em curso ao longo do ano de 2011. A assinatura foi adiada de dezembro de 2010 para maio de 2011 devido a negociações sobre metas adicionais de universalização no PGMU. A consulta pública do PGMQ também será refeita considerando alterações propostas pelo Conselho Diretor da Anatel.
- Alterações em Condições de Uso de Radiofreqüências: em fevereiro de 2010, a Anatel aprovou alterações no Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofreqüências na faixa de 3,5 GHz e, em dezembro de 2010, no Regulamento relativo à faixa de 450 MHz. As alterações introduzidas trazem desafios e oportunidades para as prestadoras de serviços de telecomunicações.

Revisão de importantes normas aplicáveis aos serviços de telecomunicações: no ano de 2010 foi iniciado o processo de revisão através de várias consultas públicas em andamento, dentre outros, do Regulamento sobre critério de reajuste das tarifas das chamadas do STFC envolvendo acessos do SMP, Regulamento de Fiscalização, Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada, Regulamento de Acompanhamento e Controle dos Bens Vinculados à Concessão, Regulamento do STFC, Regulamento de Remuneração de Redes do STFC e Regulamento de áreas locais.

Competências Tecnológicas - A Rede da Embratel
A Embratel está na linha de frente da convergência tecnológica. Operadora do maior Backbone IP do Brasil, graças ao pioneirismo na introdução da Internet entre os brasileiros, a empresa oferece serviços integrados para os clientes residenciais e corporativos, ocupando mais uma vez a posição de vanguarda em novas tecnologias. Os recursos do mundo IP proporcionam soluções convergentes de voz, Internet, televisão e outros serviços para residências e corporações - não só as grandes, mas também as médias e pequenas empresas.
Com cobertura nacional, a Embratel tem respostas integradas para todo o mercado. Sua atuação conta com a sinergia de pessoas e fatores tecnológicos - a maior equipe de engenheiros do Brasil na área de telecomunicações e uma infraestrutura de fibras ópticas, rádio-comunicação e satélites construída em mais de quatro décadas. Presente em todo o território nacional com o mais destacado quadro de profissionais brasileiros em telecomunicações. A eles somam-se os especialistas da Star One, que operam os satélites e da Primesys que operam redes corporativas.

Soluções Residenciais
No mercado domiciliar, atendido pela solução Triple Play, a parceria com a NET tem sido decisiva. Graças à capilaridade da rede de cabos coaxiais da NET e da malha de fibras ópticas da Embratel, mais de 3 milhões de clientes residenciais e empresariais formavam a base do NET Fone ("NET Fone") ao fim de 2010. A aceitação do produto demonstra como a integração de serviços no mundo IP abre um novo caminho para as comunicações, impulsionada por fatores como os avanços em tecnologia e infraestrutura, a diversificação de conteúdos e a demanda dos consumidores por praticidade e interatividade.
Marco recente do processo de inovação contínua da Embratel, a dianteira de mercado na tecnologia IP foi proporcionada pelo ingresso definitivo da empresa na telefonia local – um dos maiores desafios superados pela Embratel. Mesmo depois da privatização das telecomunicações, no fim dos anos 90, o acesso aos potenciais clientes da telefonia fixa permanecia fechado. As concessionárias detinham, com suas malhas de cabos, a exclusividade na oferta do serviço em todos os estados.
A Embratel abriu o próprio caminho à custa de tecnologia de ponta, e seu primeiro passo foi levar a telefonia local a clientes corporativos que já utilizavam os serviços de transmissão de dados. Suas centrais PABXs foram conectadas às modernas centrais telefônicas New Generation Network (NGN), com tecnologia IP da empresa, antes restritas ao tráfego interurbano e internacional. O segundo passo foi para o mercado residencial com o Livre - telefone fixo da Embratel. O terceiro passo foi o ingresso na era da convergência, através do lançamento do NET Fone em 2006, firmando-se como alternativa real de concorrência na telefonia fixa.

Redes IP
As competências tecnológicas e a infraestrutura da Embratel, potencializadas pelos recursos inteligentes do mundo IP, são vantagens competitivas no desenvolvimento de serviços integrados para o mercado empresarial. Com a convergência em redes IP, a empresa amplia a presença entre esses clientes, otimizando as possibilidades técnicas do tráfego de voz, dados e imagens em formato digitalizado num mesmo meio de transmissão.
Os serviços IP para o mercado corporativo proporcionam soluções diversificadas, de acordo com a necessidade do cliente. Entre elas, a formação de redes corporativas (Intranet) e comunidades de negócios (Extranet) para o tráfego nacional e internacional de voz, dados e videoconferência, conectando matrizes, filiais e parceiros em tempo real. Outros serviços interligam redes e realizam transmissão de dados e vídeo via satélite, utilizados por bancos, cadeias de postos de combustíveis e de varejo. A tecnologia IP também proporciona soluções de videoconferência em redes de duas ou mais empresas.
A Embratel recebeu a certificação de "Empresa Cisco Golden Partner", concedida pela Cisco aos parceiros que comprovem a existência de profissionais especializados e processos internos que garantam qualidade na prestação de serviços IP, desde a etapa de pré-vendas até o suporte operacional.

Redes HFC (Hybrid Fiber Coaxial)
A Embratel iniciou ao longo de 2010 a construção de rede própria HFC (Hybrid Fiber Coaxial) em mercados complementares aos da NET, de forma a ampliar a capilaridade da Embratel em cerca de 2,5 milhões de casas passadas, para oferta de serviços banda larga e de telefonia para os mercados residencial, pequenas e médias empresas ("PME"), corporativo, utilizando a tecnologia HFC de última geração.

Rede Internacional
A Rede Internacional de transmissão da Embratel é composta por 11 dos principais sistemas de cabos submarinos internacionais, os quais interligam o Brasil com os principais parceiros de negócios ao redor do mundo, alcançando todos os continentes. Destacam-se o Atlantis 2, que conecta Brasil diretamente a Europa, a África e a Argentina, e o Americas II, enlace de alta capacidade entre Brasil e Estados Unidos, ampliado para 260 Gbps de capacidade em 2010 e já em nova expansão, a ser concluída em 2011, a qual permitirá alcançar da ordem de 500 Gbps de capacidade própria da Embratel. Ampliando a diversidade da rede de transmissão, a Embratel também dispõe de capacidade em cabos privados e conexões diretas via enlaces terrestres de fronteira em fibra óptica com Argentina, Uruguai e Paraguai, garantindo assim uma rede de elevada disponibilidade.
Existem três centrais de comutação digitais para telefonia internacional e plataformas de redes de dados (MPLS e IPL), todos com interconexão para as principais empresas de telecomunicações internacionais. Estas plataformas permitem o provimento de serviços de voz e dados com abrangência mundial. A rede IP internacional da Embratel está interconectada à rede internet mundial, com alto grau de confiabilidade e qualidade, através de 6 provedores de acesso nos pontos de presença da Embratel em Miami e Nova Iorque, os quais escoam o tráfego brasileiro de Internet por 150 Gbps de capacidade entre Brasil e Estados Unidos.

Solução e Administração de Redes
No atendimento a clientes corporativos de médio e grande porte, a Embratel conta com a expertise da Primesys, líder nacional na operação de redes administradas. A Primesys oferece serviços de alto valor agregado e terceirização completa de telecomunicações, posicionando-se como parceira preferencial de companhias e instituições que têm nas comunicações um fator crítico para o crescimento dos negócios.
A Primesys desenvolve e gerencia soluções customizadas, adaptando a tecnologia de ponta a toda a cadeia de valor do cliente, incluindo terceirização de redes internas e externas, incorporação de recursos humanos e equipamentos e gestão de contratos. Com recursos avançados de redes convergentes, a empresa assegura alta qualidade e segurança no compartilhamento de voz, dados e vídeo, tendo por base acordos de nível de qualidade de serviço firmados com cada cliente.
Reconhecida no mercado brasileiro pela excelência, a Primesys tem quatro diferenciais competitivos:
- nível de qualidade de serviço;
- abrangência;
- inovação e parcerias;
- experiência e pioneirismo.

Satélites de Comunicações
Pioneira em comunicações via satélite no Brasil, com o lançamento em 1985 da primeira geração de satélites brasileiros para comunicações domésticas, - o Brasilsat A1 e posteriormente o A2, a Companhia conta atualmente com uma frota de seis satélites em órbita geoestacionária (B2, B3, B4, C1, C2 e C12).
Todos os seus ativos no espaço, com exceção de um satélite lançado em condomínio com uma outra empresa, são operados a partir do Centro de Controle da Star One em Guaratiba (RJ). A frota da Star One compõe o maior sistema de satélites de comunicações da América Latina, os quais são capazes de receber e transmitir sinais de televisão, rádio, telefonia, Internet e dados para aplicações de entretenimento, telemedicina, teleducação e negócios, necessários para a interligação do país e essenciais para as comunidades mais distantes.
Os satélites mais recentes da Star One, o C1 e C2 foram lançados respectivamente em novembro de 2007 e abril de 2008. Estes novos satélites ampliaram a capacidade de recepção, transmissão e a abrangência das operações da empresa para toda a América do Sul indo até a América do Norte, fortalecendo a estratégia de expansão e renovação da frota, com oferta de novos serviços.
Com o compromisso renovado com o País e seus clientes para oferecimento de mais capacidade satelital para serviços de telecomunicações de maior qualidade via satélite, a Companhia, através da Star One, assinou em dezembro de 2009, contrato de construção e entrega em órbita de mais um satélite da série C - o Star One C3. A execução do projeto e construção do Star One C3 teve início em janeiro de 2010. O lançamento deste novo satélite está previsto para o primeiro semestre de 2012.
O Star One C3 terá configuração de 28 transponders em Banda C, faixa destinada à comunicação em geral, e 16 em Banda Ku, faixa destinada à transmissão de sinais de vídeo, dados, Internet e voz diretamente para os usuários. Sua cobertura abrangerá toda a América do Sul, incluindo o mar territorial brasileiro até a região do pré-sal, disponibilizando, com isso, maior capacidade de comunicação para a indústria de petróleo.

Referência em Inovação
Antes de virar produtos e ganhar o Brasil, todas as novas soluções desenvolvidas pela Embratel têm endereço certo: o Centro de Referência Tecnológica (CRT), na Ilha do Fundão, Rio de Janeiro. A empresa é a única operadora de telecomunicações do País a ter um centro do gênero, criado em 2001 para colocar à prova a eficiência e a qualidade dos serviços de telefonia, redes e transmissão de dados.
O ("CRT") é um laboratório de testes e simulações no qual a Embratel mantém um ambiente integrado com todas as tecnologias usadas em suas operações. Todos os equipamentos e redes que atendem aos clientes estão representados no centro. O local também integra fornecedores e clientes em torno de tecnologias de ponta que, depois, estarão ao alcance de todos os brasileiros.
Para muitos fornecedores, o centro oferece oportunidade única para a adaptação de produtos ao sistema telefônico brasileiro. A telefonia nacional tem especificidades raras, como a discagem direta a cobrar. O CRT, com engenheiros e técnicos especializados, além de efetivo móvel de pesquisadores em diversas áreas da empresa, está certificado pela ISO 17025, o que atesta a qualidade da gestão do conhecimento que é marca na história da Embratel.

3 - Serviços
A Embratel oferece um portfólio completo de soluções de telecomunicação a todo o mercado brasileiro, incluindo telefonia local, longa distância nacional e internacional, transmissão de dados, vídeo e Internet, além de assegurar atendimento em qualquer ponto do território nacional por meio de soluções via satélite. Dentre esses serviços destacamos:
- **Redes Multiserviços, Redes Administradas e *Outsourcing*** - São soluções para formação de redes corporativas que utilizam diversas tecnologias (IP MPLS, Frame Relay, ATM e satélite). A Embratel pode assumir a gestão e a operação do ambiente de telecomunicações ou a rede corporativa de uma empresa. Por meio da Primesys é possível agregar maior valor às soluções de redes administradas da Embratel.
- **Internet e Valor adicionado** - A Embratel oferece desde uma simples conexão à Internet (dedicada) até a formação de redes para empresas e provedores (ISP), passando por serviços de hospedagem de *software, hardware* e gerência de segurança.
- **Internet residencial** - Para o mercado residencial, a Embratel oferece o portal Click 21 e a Internet gratuita, que garante qualidade de conexão e serviços, através de chamada telefônica local.
- **Telefonia avançada -** São soluções de telefonia local, longa distância nacional e internacional, e de relacionamento (0800, 0300, 4004 e atendimento automático), com uso de Redes Inteligentes que proporcionam aos seus clientes corporativos economia, controle nos gastos além de facilidades que agregam valor aos seus respectivos negócios.
- **Telefonia básica de longa distância -** Como uma provedora de serviços de telefonia em todo território nacional, a Embratel oferece planos de tarifas para os mercados corporativo e residencial que são definidos de acordo com o perfil de consumo de cada cliente.
- **Telefonia local** - A Embratel oferece atualmente dois produtos de telefonia local residencial: o Livre e o NET Fone. Com o Livre, serviço oferecido sobre a rede fixa da Embratel, os clientes residenciais contam com planos, pós-pagos e pré-pagos, adequados às suas necessidades e ao seu perfil de uso, além de tarifas econômicas. O NET Fone é o serviço de voz local residencial da Embratel oferecido em parceria com a NET. Assim como o Livre, o valor da franquia mensal pode ser usado para fazer qualquer tipo de ligação local ou de longa distância pelo 21. Ambos oferecem serviços inteligentes: Identificador de chamadas e Chamadas em Espera; sendo que o NET Fone também oferece Siga-me e Conferência a Três, e o Livre disponibiliza Secretária Eletrônica. Já para o mercado corporativo, a Embratel oferece telefonia local por meio dos serviços Vipline, Número Único e Embratel PME. Através da fatura detalhada, a empresa tarifa o serviço local por minuto permitindo ao usuário melhor controle de suas despesas com telecomunicações. O serviço de número único permite à empresa reunir as vantagens obtidas com a centralização e a eficiência de um serviço 0800, sem que ela própria ou o consumidor sejam onerados com o custo de ligações de longa distância. O Embratel PME é uma solução de telefonia e Internet destinada às pequenas e médias empresas, que reune oferta simples e uma Central de Atendimento exclusiva e pessoal.
- **TV por Assinatura DTH** - A Via Embratel é a TV por Assinatura da Embratel. Distribui sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite. Este novo serviço disponibiliza uma grande variedade de canais com pacotes de diferentes preços. A proposta é oferecer mais diversão, conhecimento, cultura e educação, complementando a programação dos canais abertos.
- **Outros Serviços** – A Embratel oferece, também, serviços para comunicação de dados, voz e imagem, além de transmissão de sinais de televisão e rádio.

4 - Desempenho Econômico – Financeiro Consolidado

Demonstrativo de Resultado Consolidado R$ milhões	2009	2010	%
Receita líquida	**10.602,0**	**11.231,1**	**5,9%**
Custos de serviços e produtos vendidos	(5.810,6)	(5.734,0)	-1,3%
Despesas de vendas	(1.275,4)	(1.409,0)	10,5%
Despesas gerais & administrativas	(640,9)	(644,8)	0,6%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(65,3)	(175,2)	168,2%
EBITDA	**2.809,8**	**3.268,2**	**16,3%**
Equivalência Patrimonial	257,3	174,5	-32,2%
Depreciação & amortização	(1.311,4)	(2.084,4)	58,9%
EBIT	**1.755,8**	**1.358,4**	**-22,6%**
Receita financeira, variações cambiais e monetárias	128,3	185,4	44,4%
Despesa financeira, variações cambiais e monetárias	166,4	(398,8)	na
Lucro antes do IR e participações de não controladores	**2.050,6**	**1.145,0**	**-44,2%**
Imposto de renda e contribuição social	(718,2)	(379,9)	-47,1%
Participações de não controladores	(54,7)	(42,0)	-23,1%
Lucro líquido	**1.277,8**	**723,0**	**-43,4%**
Ações ao final do período (Bilhões)	1.050,5	1.088,2	
Lucro básico e diluído por 1000 ações (R$)			
Ordinária	0,86	0,43	
Preferencial	1,28	0,77	

Receita Líquida - A Embrapar encerrou 2010 com uma receita líquida de R$11,2 bilhões representando um crescimento de 5,9% (R$629 milhões) em relação a 2009, devido principalmente ao crescimento de 461,8% (R$454 milhões) na receita de serviços de DTH, 13,1% (R$279 milhões) na receita de serviços locais, 4,7% (R$142 milhões) na receita de comunicação de dados, uma redução de 3,8% (R$188 milhões) na receita de longa distância e redução de 13,9% (R$58 milhões) em outros serviços.
EBITDA - O EBITDA totalizou R$3.268 milhões, um aumento de 16,3% (R$458 milhões) quando comparados ao ano de 2009, principalmente em decorrência do projeto de redução de custos de acesso alugado a terceiros.
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e Participação Societária – Em 2010, a Embrapar apresentou um lucro operacional antes do resultado financeiro e participações societárias de R$1.184 milhões, equivalente a 10,5% da receita líquida.
Lucro Líquido – Em 2010, a Embrapar apresentou um lucro líquido de R$723 milhões.
Situação Financeira – A Embrapar finalizou o ano com uma posição de caixa de R$78 milhões. A dívida total ao final de dezembro de 2010 era de R$5.215 milhões, sendo 97,1% a longo prazo. A dívida líquida ao final de 2010 era de R$5.137 milhões.

5 – Atendimento à Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
Em 14 de janeiro de 2003, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Instrução nº 381, a qual dispõe sobre a divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa.
A Embrapar tem como procedimento envolver previamente os seus departamentos de Controladoria, Governança Corporativa e Jurídico na avaliação do objeto de serviços a serem prestados pelos auditores externos em adição ao exame das demonstrações financeiras, para concluir, à luz das legislações pertinentes, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes.
Além disso, todos os serviços de auditoria contratados passam pela aprovação prévia do Comitê de Auditoria.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os auditores independentes que prestam serviço para a Embrapar e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

6 – Investimentos

Investimentos recorrentes operacionais
Em 2010, a Embrapar investiu R$2.301 milhões. A maior parcela dos investimentos da Companhia foi direcionada para atender a Investimentos em Acessos, Infraestrutura e Serviços Locais, representando 59,9% do total de investimentos no ano. Outra parcela importante representou 20,8% do total, direcionado para atender à Infraestrutura de rede. Adicionalmente, 9,6% dos investimentos foram alocados aos Investimentos com Serviços de Dados e Internet, 3,7% direcionados para satélites (Star One) e 5,9% para outros itens, como por exemplo, Tecnologia da Informação e Call Center.
Em 2010, a Star One investiu R$82 milhões para a construção e entrega em órbita de novo satélite, - o Star One C3, que terá cobertura na América do Sul, e irá operar em Banda C e em Ku. O investimento total no projeto do Star One C3 está estimado em US$270 milhões.

Em R$ MM	2010	2010	2009	2009	2008	2008
Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais	1.379	59,9%	766	50,3%	790	43,9%
Infraestrutura de Rede	480	20,8%	400	26,3%	574	31,9%
Serviços de dados e Internet	221	9,6%	228	15,0%	326	18,1%
Star One	85	3,7%	62	4,1%	40	2,2%
Outros (Incluindo TI)	137	5,9%	65	4,3%	71	3,9%
TOTAL EMBRAPAR	**2.301**	**100,0%**	**1.521**	**100,0%**	**1.801**	**100,0%**

Expansão de DTH – Direct To Home
Do total de R$1.379 milhões investidos em Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais em 2010 foram destinados 40% para expansões do serviço de TV por assinatura através de DTH, o que representou um investimento de R$551 milhões.

7 - Responsabilidade Social

Instituto Embratel e Responsabilidade Social Corporativa
A Responsabilidade Social é, para a Embratel, um de seus valores institucionais. E o Instituto Embratel, seu braço social, tem como objetivo primordial promover e colaborar para o desenvolvimento e a execução de projetos e atividades de natureza cultural, científica, educacional, esportiva e social, com ênfase naqueles de grande interesse comunitário.
Criado em 2001 e reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) desde 2003, o Instituto Embratel incorpora os compromissos socioambientais cultivados há quatro décadas pela Embratel.
Ao longo de 10 anos de atuação, as ações do Instituto Embratel confirmam a solidez da Responsabilidade Social da Embratel em âmbito nacional e o compromisso com o desenvolvimento social, sustentável e a democratização ao acesso da informação e do conhecimento.
Dentre os investimentos de relevância social, o Instituto Embratel destaca:

Educação
- **Projeto Embratel Educação** - Realizado em âmbito nacional, disponibiliza as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para escolas públicas situadas em regiões de difícil acesso e comunicação, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e em posição muito excluída socialmente no ranking do Atlas de Exclusão Social. A atuação do Projeto Embratel Educação atinge 65 mil alunos em todo o país. Dentre as comunidades do campo atendidas estão as Técnico-Agrícolas, Indígenas, Quilombolas, Assentamentos, Reservas Extrativistas e Comunidades Rurais.
- **Cooperação Socioeducacional – GESAC** - O Instituto Embratel e o Ministério das Comunicações firmaram o Termo de Cooperação para levar, online e em CD-ROM, conteúdos socioeducacionais aos 12.000 Pontos de Presença do Programa GESAC (Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão).
- **Projeto Faz Universitário -** Consiste na seleção de alunos de baixa renda para receberem bolsa de estudos, por quatro anos, em universidade particular na Bahia. Ao longo do projeto, o Instituto Embratel possibilitou a mais de 450 estudantes a conquista de um diploma.

Cultura
- **Ação Social Pela Música -** Viabiliza programas de prática musical para crianças e adolescentes de comunidades de baixa renda, sobretudo aquel

continuação

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.124/0001-12

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
			Reapresentação			Reapresentação	
	Notas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo							
Circulante		**157.255**	293.337	26.847	**2.970.501**	3.792.501	3.521.470
Caixa e equivalentes de caixa	12	**3.982**	42.238	1.064	**77.970**	1.083.191	584.587
Instrumentos financeiros	21	**–**	–	–	**–**	1.288	68.504
Contas a receber	13	**–**	–	–	**2.135.349**	2.106.127	2.116.173
Estoques		**–**	–	–	**34.533**	27.720	110.089
Dividendos e juros sobre capital próprio		**151.469**	248.243	23.788	**–**	–	–
Tributos a recuperar	14	**1.721**	2.830	1.970	**532.837**	396.027	484.129
Despesas antecipadas		**–**	–	–	**48.952**	64.008	58.824
Créditos com partes relacionadas	27	**–**	–	–	**35.228**	–	–
Outros ativos circulantes		**83**	26	25	**105.632**	114.140	99.164
Não circulante		**10.576.554**	9.721.814	8.711.412	**17.595.376**	12.734.503	11.714.823
Tributos a recuperar	14	**–**	–	–	**234.243**	215.761	249.664
Tributos diferidos	14	**–**	–	–	**570.191**	715.486	957.345
Depósitos judiciais		**2.528**	2.534	2.480	**196.226**	176.990	164.869
Instrumentos financeiros	21	**–**	–	–	**–**	–	108.436
Créditos com partes relacionadas	27	**–**	–	–	**257.369**	–	–
Outros ativos		**–**	–	–	**144.476**	149.161	128.679
Investimentos	15	**10.574.026**	9.719.280	8.708.932	**6.371.361**	1.904.595	1.626.406
Imobilizado	16	**–**	–	–	**8.642.019**	8.192.232	8.102.282
Intangível	17	–	–	–	**1.179.491**	1.380.278	377.142
Total do ativo		**10.733.809**	10.015.151	8.738.259	**20.565.877**	16.527.004	15.236.293

		Controladora			Consolidado		
			Reapresentação			Reapresentação	
	Notas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante		**281.734**	422.592	320.358	**3.740.210**	4.029.570	4.387.022
Empréstimos e financiamentos	20	**–**	–	–	**152.738**	720.246	1.466.003
Instrumentos financeiros	21	**–**	–	–	**–**	95.885	–
Fornecedores	18	**953**	947	948	**1.485.809**	1.136.528	1.281.368
Obrigações fiscais	19	**84**	1.688	486	**789.294**	702.434	669.504
Dividendos		**278.315**	417.603	316.642	**279.888**	420.046	316.842
Obrigações sociais e trabalhistas		**4**	12	12	**101.956**	92.368	98.667
Provisões	22	**2.349**	2.327	2.270	**472.471**	411.810	401.090
Passivo atuarial - Telos	23	**–**	–	–	**27.977**	29.078	37.997
Passivos com partes relacionadas	27	**6**	6	–	**–**	–	–
Receitas antecipadas		**–**	–	–	**181.329**	178.794	–
Outras obrigações		**23**	9	–	**248.748**	242.381	115.551
Não circulante		**2.645**	2.645	2.645	**6.134.959**	2.663.192	2.241.107
Empréstimos e financiamentos	20	**–**	–	–	**5.062.450**	1.327.968	1.615.946
Instrumentos financeiros	21	**–**	–	–	**–**	51.302	–
Passivo atuarial - Telos	23	**–**	–	–	**475.919**	455.342	429.673
Obrigações fiscais	19	**–**	–	–	**813**	2.588	2.681
Tributos diferidos	19	**1.730**	1.730	1.730	**45.965**	90.068	94.065
Receitas antecipadas		**–**	–	–	**548.871**	734.983	86.104
Recursos capitalizáveis e outras obrigações		**915**	915	915	**941**	941	12.638
Patrimônio líquido	25	**10.449.430**	9.589.914	8.415.256	**10.690.708**	9.834.242	8.608.164
Capital social realizado		**6.018.064**	5.618.699	5.316.660	**6.018.064**	5.618.699	5.316.660
Reservas de lucros		**4.431.366**	3.971.215	3.098.596	**4.431.366**	3.971.215	3.098.596
Participações de não controladores		**–**	–	–	**241.278**	244.328	192.908
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.733.809**	10.015.151	8.738.259	**20.565.877**	16.527.004	15.236.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros						
	Capital social realizado	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para investimentos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido controladora	Participações de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2009 (reapresentação)	5.316.660	288.394	468.188	2.342.014	–	8.415.256	192.908	8.608.164
Aumento de capital social (Nota 25.a.)	302.039	–	–	–	–	302.039	–	302.039
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.277.786	1.277.786	–	1.277.786
Realização reserva de lucros para destinação de dividendos	–	–	(401.146)	–	401.146	–	–	–
Dividendos prescritos	–	–	–	–	2.138	2.138	–	2.138
Destinação do lucro líquido do exercício ajustado							–	
Constituição da reserva legal	–	64.636	–	–	(64.636)	–	–	–
Dividendos propostos (Nota 25.c.)	–	–	–	–	(407.305)	(407.305)	–	(407.305)
Constituição da reserva para investimentos	–	–	–	1.224.052	(1.224.052)	–	–	–
Realização da reserva de lucros a realizar por consequência da adoção do IFRS	–	–	(14.923)	–	14.923	–	–	–
Participações de não controladores	–	–	–	–	–	–	8.722	8.722
Dividendos adicionais de controlada de 2008 pagos em 2009	–	–	–	–	–	–	(812)	(812)
Dividendo adicional proposto de controlada – excedente ao mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	43.510	43.510
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentação)	5.618.699	353.030	52.119	3.566.066	–	9.589.914	244.328	9.834.242
Aumento de capital social (Nota 25.a.)	**399.365**	**–**	**–**	**–**	**–**	**399.365**	**–**	**399.365**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**723.006**	**723.006**	**–**	**723.006**
Dividendos prescritos	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.108**	**2.108**	**–**	**2.108**
Destinação do lucro líquido do exercício ajustado								
Constituição da reserva legal	**–**	**38.756**	**–**	**–**	**(38.756)**	**–**	**–**	**–**
Dividendos propostos (Nota 25.c.)	**–**	**–**	**–**	**–**	**(264.963)**	**(264.963)**	**–**	**(264.963)**
Constituição da reserva para investimentos	**–**	**–**	**–**	**473.514**	**(473.514)**	**–**	**–**	**–**
Realização da reserva de lucros a realizar por consequência da adoção do IFRS	**–**	**–**	**(52.119)**	**–**	**52.119**	**–**	**–**	**–**
Participações de não controladores	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**5.603**	**5.603**
Dividendos adicionais de controlada de 2009 pagos em 2010	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(43.510)**	**(43.510)**
Dividendo adicional proposto de controlada – excedente ao mínimo obrigatório	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**34.857**	**34.857**
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**6.018.064**	**391.786**	**–**	**4.039.580**	**–**	**10.449.430**	**241.278**	**10.690.708**
		4.431.366						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto o lucro básico diluído por lote de mil ações)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009
Receita operacional líquida	5	**–**	–	**11.231.037**	10.601.977
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	6	**–**	–	**(7.734.048)**	(7.031.988)
Lucro bruto		**–**	–	**3.496.989**	3.569.989
Despesas operacionais, líquidas		**(3.350)**	(2.988)	**(2.313.152)**	(2.071.471)
Comercialização dos serviços	7	**–**	–	**(1.418.889)**	(1.286.463)
Gerais e administrativas	8	**(3.302)**	(2.923)	**(719.105)**	(719.809)
Outras despesas operacionais	9	**(48)**	(65)	**(175.158)**	(65.199)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e resultado de participações societárias		**(3.350)**	(2.988)	**1.183.837**	1.498.518
Resultado financeiro	10	**2.246**	298	**(213.432)**	294.785
Equivalência patrimonial	15	**724.110**	1.281.493	**174.548**	257.332
Lucro antes de impostos e participações de não controladores		**723.006**	1.278.803	**1.144.953**	2.050.635
Imposto de renda e contribuição social	11	**–**	(1.017)	**(379.918)**	(718.172)
Participações de não controladores		**–**	–	**(42.029)**	(54.677)
Lucro líquido do exercício		**723.006**	1.277.786	**723.006**	1.277.786
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores		**723.006**	1.277.786	**723.006**	1.277.786
Acionistas não controladores		**–**	–	**42.029**	54.677
Lucro básico e diluído por lote de mil ações:					
Ordinária		**0,60**	1,23	**0,60**	1,23
Preferencial		**0,77**	1,26	**0,77**	1,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**723.006**	1.277.786	**723.006**	1.277.786
Depreciação e amortização	**–**	–	**2.084.299**	1.311.425
Perdas (ganhos) monetários e cambiais, líquidos	**–**	–	**23.376**	(618.753)
Efeitos de "swap" e "forward"	**–**	–	**47.623**	238.855
Participações de não controladores	**–**	–	**42.029**	54.677
Baixas de imobilizado e intangível	**–**	–	**(31.733)**	12.654
Equivalência patrimonial	**(724.110)**	(1.281.493)	**(174.548)**	(257.332)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**–**	–	**101.192**	213.582
Outras atividades operacionais	**–**	–	**20.294**	–
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	**21.144**	63.012	**–**	–
Redução de contas a receber	**–**	–	**25.301**	117.133
Redução da provisão para devedores duvidosos	**–**	–	**(54.523)**	(107.087)
Redução (Aumento) de tributos a recuperar circulante e não circulante	**1.109**	150	**(155.292)**	122.005
Aumento de créditos com relacionadas	**–**	–	**(292.597)**	–
Redução (aumento) de depósitos judiciais	**6**	(54)	**(19.236)**	(12.122)
Aumento de juros provisionados	**–**	–	**155.823**	119.777
Aumento (redução) de fornecedores	**6**	(1)	**349.281**	(144.840)
Aumento (redução) de obrigações fiscais circulante e não circulante	**(1.604)**	1.202	**85.085**	50.282
Aumento de provisões	**22**	57	**60.661**	10.720
Redução de receitas antecipadas	**–**	–	**(183.578)**	(21.959)
Outras variações no capital circulante e não circulante, líquidas	**(56)**	54	**55.185**	127.936
	19.523	60.713	**2.861.648**	2.494.739
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adições de investimento	**(55.000)**	(17.372)	**(1.994.770)**	(20.854)
Adições de ágio	**–**	–	**(2.297.447)**	–
Adições de imobilizado e intangível	**–**	–	**(2.301.218)**	(1.521.520)
	(55.000)	(17.372)	**(6.593.435)**	(1.542.374)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos obtidos	**–**	–	**5.068.451**	911.762
Empréstimos pagos	**–**	–	**(2.007.841)**	(1.327.540)
Juros pagos	**–**	–	**(93.359)**	(118.981)
Liquidação de "swap" e "forward"	**–**	–	**(193.525)**	83.985
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(2.779)**	(2.167)	**(47.160)**	(2.987)
	(2.779)	(2.167)	**2.726.566**	(453.761)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(38.256)**	41.174	**(1.005.221)**	498.604
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**42.238**	1.064	**1.083.191**	584.587
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**3.982**	42.238	**77.970**	1.083.191
Divulgação suplementar de informação dos fluxos de caixa				
Imposto de renda e contribuição social pagos	**–**	–	**(297.401)**	(405.505)
Transações não caixa				
Aquisição de capacidade (Nota 27.2.)	**–**	–	**–**	(873.539)
Venda de capacidade (Nota 27.2.)	**–**	–	**–**	849.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009	31/12/2010	Reapresentação 31/12/2009
Receitas				
Vendas de serviços e handsets	**–**	–	**15.362.788**	14.585.043
Descontos, cancelamentos e devoluções	**–**	–	**(199.198)**	(235.733)
Devedores duvidosos	**–**	–	**(347.222)**	(389.211)
	–	–	**14.816.368**	13.960.099
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados (incluindo venda de handsets)	**–**	–	**(4.246.512)**	(4.590.986)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(2.455)**	(2.140)	**(2.141.184)**	(1.601.573)
	(2.455)	(2.140)	**(6.387.696)**	(6.192.559)
Valor adicionado bruto	**(2.455)**	(2.140)	**8.428.672**	7.767.540
Retenções				
Depreciação e amortização	**–**	–	**(2.084.299)**	(1.311.425)
Valor adicionado líquido gerado	**(2.455)**	(2.140)	**6.344.373**	6.456.115
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	**724.110**	1.281.493	**174.548**	257.332
Receitas financeiras	**2.261**	947	**185.360**	128.349
	726.371	1.282.440	**359.908**	385.681
Valor adicionado total a distribuir	**723.916**	1.280.300	**6.704.281**	6.841.796
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**828**	829	**865.655**	845.792
Remuneração	**828**	829	**640.692**	629.618
Benefícios	**–**	–	**162.994**	146.077
Encargos	**–**	–	**9.984**	16.947
FGTS	**–**	–	**51.985**	53.150
Impostos, taxas e contribuições	**67**	1.036	**4.674.799**	4.829.977
Federal	**–**	1.017	**1.331.835**	1.637.146
Estadual	**–**	–	**3.324.132**	3.174.287
Municipal	**67**	19	**18.832**	18.544
Remuneração de capitais de terceiros	**15**	649	**398.792**	(166.436)
Juros sobre financiamentos	**–**	–	**155.823**	119.777
Variações cambiais e monetárias – passivas	**–**	–	**100.589**	(395.353)
Outras despesas financeiras	**15**	649	**142.380**	109.140
Remuneração de capitais próprios	**723.006**	1.277.786	**765.035**	1.332.463
Participações de não controladores	**–**	–	**42.029**	54.677
Dividendos prescritos	**(2.109)**	(2.138)	**(2.109)**	(2.138)
Realização reserva de lucros	**(52.119)**	(401.146)	**(52.119)**	(401.146)
Dividendos	**264.964**	407.305	**264.964**	407.305
Constituição da reserva de lucros	**512.270**	1.273.765	**512.270**	1.273.765
Valor adicionado distribuído	**723.916**	1.280.300	**6.704.281**	6.841.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Histórico e contexto operacional:

A Embratel Participações S.A. ("Embrapar" ou "Sociedade"), foi constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, e com base no Decreto nº 2.546, de 14 de abril de 1998, resultante da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, cujo protocolo foi aprovado em Assembléia de Acionistas realizada em 22 de maio de 1998.

A Sociedade é controlada indiretamente pela Telmex Internacional, S.A.B. de C.V. ("Telmex Internacional"), que por sua vez é controlada direta da América Móvil S.A.B. de C.V.; organizadas e existentes de acordo com as leis do México, e que detém 98,12% das ações da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 (98,06% das ações em 31 de dezembro de 2009).

A Sociedade, através de suas controladas e coligadas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por satélite (DTH) e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

A Sociedade detém 99,20% do capital social da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel ("Embratel"), empresa prestadora de serviços de telecomunicações, principalmente de longa distância, dados e telefonia local.

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas à controlada Embratel pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso. Este ônus corresponde ao pagamento, a cada biênio, do correspondente a 2% de receita, do ano anterior ao do pagamento, associada à exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes. Da mesma forma, a licença para exploração dos serviços de satélites brasileiros outorgadas à controlada Star One S.A. ("Star One"), renovadas em 31 de dezembro de 2005 até 31 de dezembro de 2020, é a título oneroso, e pode ser renovada por mais 15 anos.

A Sociedade possui participação no capital social da controlada Primesys Soluções Empresariais S.A. ("PMS"), que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações, e da controlada Telmex do Brasil Ltda. ("TdB"), que presta serviços de comunicação de dados e internet.

A Sociedade possui participação direta e indireta (através da controlada Embratel e coligada GB Empreendimentos e Participações S.A. ("GB") na Net Serviços de Comunicação S.A. ("NET"), cujo objetivo é atuar direta ou indiretamente na distribuição de sinais de televisão por assinatura, no provimento de acesso a serviços de valor adicionado, na prestação de outros serviços de telecomunicações, e em qualquer outra modalidade de distribuição de sinais de qualquer espécie, através de sua rede e na produção de seus próprios canais locais.

A Sociedade e sua controlada Embratel são acionistas da NET e não integram o seu grupo de controle, tendo pelo Acordo de Acionistas apenas a prerrogativa de aprovação em certas operações de natureza extraordinária ou ainda envolvendo partes relacionadas, sem direito a veto.

Em 2010, a controlada Embratel adquiriu, através de Oferta pública voluntária ("OPA"), 186.547.731 ações preferenciais de emissão da NET com valor total de R$4.292.217. Desta forma a Sociedade passa a deter, direta e indiretamente, 89,3% do capital total da NET em 31 de dezembro de 2010 (35,3% em 31 de dezembro de 2009 e em 01 de janeiro de 2009).

Em 1º de outubro de 2007, a controlada Embratel constituiu a controlada Embratel Tvsat Telecomunicações Ltda. ("Tvsat"), com o objetivo principal de prestar serviços de telecomunicações, incluindo, mas sem se limitar a, serviços de transmissão de TV paga, dentre os quais serviços de distribuição de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite - DTH. A autorização para prestação deste serviço foi publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2008, tendo o lançamento no mercado nacional ocorrido em 1º de dezembro de 2008. Em 01 de dezembro de 2009 a Tvsat recebeu a autorização para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC até 31 de dezembro de 2010, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") seria custo ou valor justo.

A Sociedade adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem os demonstrativos financeiros comparativos de 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações financeiras em 01 de janeiro de 2009, a data de transição para o IFRS. O IFRS 1 ("First time adoption of International Reporting Standards" – Primeira adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e relativas interpretações, do IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira consolidada em IFRS (ou seja, 31 de dezembro de 2010). O IFRS 1 também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição para o IFRS, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em IFRS.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota 2.13.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 08 de fevereiro de 2011.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subseqüente ocorre a cada encerramento mensal de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

b. Recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ganhos não realizados em operações com derivativos e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem os derivativos. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

b. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos, empréstimos e financiamentos.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.4 Contas a receber

Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de telefonia local e de longa distância nacional e internacional, faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, bem como valores a receber pela prestação de serviços de dados, local, DTH e outros serviços.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada na Nota 13.

2.5 Saldos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica Resultado Financeiro quando incorridos. Os efeitos das variações cambiais estão detalhados na Nota 10.

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534 revisado pela Deliberação nº 624 de 28 de janeiro de 2010.

2.6 Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição reduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e referem-se, substancialmente, a "handsets" (aparelhos telefônicos digitais). As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.7 Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas nas quais a Sociedade possui influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme CPC18.

O ágio relacionado com coligadas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado, e está fundamentado em rentabilidade futura, não sendo portanto testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Sociedade e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, inclusive aquelas no exterior, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com as adotadas pela Sociedade.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Sociedade determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Sociedade calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

2.8 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 16 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Conforme requerido pelo OCPC 10, a Administração efetuou estudos técnicos para constituir e suportar a vida útil econômica estimada de seus ativos de longo prazo e, como conseqüência, houve reconhecimento de despesa de depreciação e amortização adicional em R$485.665 em 31 de dezembro de 2010.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43.

A Sociedade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Sociedade; (ii) o ativo imobilizado da Sociedade é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Sociedade opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização freqüente dos equipamentos da operação e a revisão freqüente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Sociedade ao longo dos anos e (iv) a Sociedade possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil econômica dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Quando aplicável, o imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e sua contrapartida registrada como impostos a recuperar.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

2.9 Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por ágios, softwares, licenças regulatórias e direitos irrevogáveis de uso, cuja composição está demonstrada na Nota 17.

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 deixaram de ser amortizados, estando submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável ou caso algum fator interno ou externo evidencie a necessidade de aplicação do teste durante o ano calendário.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil econômica indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil econômica, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

2.10 Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, incluindo intangíveis de vida útil econômica indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que poss

continuação

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.124/0001-12

de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis, geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

• quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

• sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

• quando o ativo diferido estiver relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

• sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias, avaliados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperação constituída de acordo com as regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 371/02, estão demonstrados nas Notas 11, 14 e 19.

2.13 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Sociedade requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

O saldo total das provisões para contingências é registrado no passivo circulante, uma vez que não é possível estimar o prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 22.

2.14 Passivo atuarial

As controladas Embratel, Star One, PMS e Tvsat, patrocinam uma entidade para administrar os fundos de pensão e outros benefícios de aposentadoria para seus empregados (Nota 23). As contribuições para os planos são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência.

2.15 Benefícios a empregados

As controladas Embratel, Star One, Click 21 Comércio e Publicidade Ltda. - "Click 21", BrasilCenter Comunicações Ltda - "BrasilCenter", PMS, TdB e Tvsat constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas empresariais e individuais. Estas controladas registraram esta despesa na demonstração do resultado, no grupo de despesas gerais e administrativas (R$86.803 e R$70.274 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente). A controlada BrasilCenter classifica a referida provisão no grupo de comercialização de serviços, totalizando R$1.837 em 31 de dezembro de 2010 (R$2.228 em 31 de dezembro de 2009 e R$2.309 em 01 de janeiro de 2009).

2.16 Receitas antecipadas

Representadas, principalmente, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.17 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Sociedade concluiu que não houve ajuste relevante nas demonstrações financeiras nos exercícios apresentados.

2.19 Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados à favor da Sociedade. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa da sua realização.

2.20 Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com Programa de Integração Social - "PIS", Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - "COFINS" (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio).

2.21 Participações de não controladores

Referem-se a participações de terceiros nas controladas Embratel e Star One.

2.22 Lucro por ação

A Sociedade efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.23 Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n° 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC e revisado pela Deliberação 641 de 07 de outubro de 2010. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n° 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.24 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Sociedade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Sociedade.

2.25 Novos IFRS e interpretações do IFRIC (comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011.

A Administração da Sociedade não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Sociedade no período de aplicação inicial.

Segue abaixo um sumário destes novos procedimentos e interpretações analisados pela Administração:

IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte Relacionada (Revisada)

A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários

Oferece orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de:

• Circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação;
• Transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo;
• Mudança na classificação dos ativos financeiros;
• Mudança nos passivos e ativos contingentes.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros

Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRIC 9 Programas de Fidelização de Clientes

O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.

IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo

Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo.

IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital

Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Sociedade não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Sociedade.

3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Sociedade eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2009 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Sociedade preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board – IASB" para as demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas) e IFRS, sendo que a Sociedade adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Sociedade adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, consequentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas na Nota 3.2.

As Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as Demonstrações financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o "*International Financial Reporting Standard* – IFRS".

3.1 Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

O CPC 37 R (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Sociedade efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Sociedade (com indicação a correspondente Norma Internacional):

As isenções a seguir são aplicáveis às operações:

a) Exceções obrigatórias para combinações de negócios: a Sociedade adotou o CPC 15 (IFRS 3R) a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2010 com efeito retroativo apenas para o exercício imediatamente anterior (iniciado em 01 de janeiro de 2009); cabendo ressaltar que não ocorreu nenhuma combinação de negócios após a data de transição;

b) Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição: a Sociedade optou por não re-mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõe o saldo deste ativo;

c) Isenção relativa à classificação dos instrumentos financeiros: A Sociedade optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 38 na data de transição dos novos CPCs. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações;

d) Isenção para mensuração dos benefícios a empregados:

A Sociedade optou por diferir todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente a partir de 01 de janeiro de 2009.

As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas demonstrações contábeis na data da adoção inicial:

a) Contratos de seguros CPC 11 (IFRS 4): A norma não é aplicável às operações da Sociedade.

b) Contratos de concessão ICPC 01 (IFRIC 12): A Sociedade não possui operações de concessão de serviços públicos que se enquadrem no escopo do ICPC 01.

O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

a) Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros: A Sociedade não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC.

b) Registro de operações de hedge: A Sociedade não possuía qualquer operação classificada como *hedge accounting* para fins de CPC na data de transição.

c) Mudanças nas estimativas: As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.

3.2 Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Sociedade apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido da controladora e consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

3.2.1 Balanço de abertura em 01.01.2009

Conciliação de adoção inicial

	Controladora		
	01/01/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	01/01/2009 CPCs
Ativo			
Circulante	66.071	(39.224)	26.847
Caixa e equivalentes de caixa	1.064	–	1.064
Dividendos e juros sobre capital próprio (g)	63.012	(39.224)	23.788
Tributos a recuperar	1.970	–	1.970
Outros ativos circulantes	25	–	25
Não circulante	8.601.161	110.251	8.711.412
Depósitos judiciais (a)	225	2.255	2.480
Investimentos (b) / (c) / (g)	8.229.343	440.365	8.708.932
Intangível (b)	371.593	(371.593)	–
Total do ativo	8.667.232	71.027	8.738.259

	Controladora		
	01/01/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	01/01/2009 CPCs
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	318.103	2.255	320.358
Fornecedores	948	–	948
Obrigações fiscais	486	–	486
Dividendos	316.642	–	316.642
Obrigações sociais e trabalhistas	12	–	12
Provisão para contingências (a) / (h)	15	(15)	–
Provisões (h)	–	2.270	2.270
Não circulante	915	1.730	2.645
Tributos diferidos (d)	–	1.730	1.730
Recursos capitalizáveis e outras obrigações	915	–	915
Patrimônio líquido	8.348.214	67.042	8.415.256
Capital social realizado	5.316.660	–	5.316.660
Reservas de lucros (c) / (d)	3.031.554	67.042	3.098.596
Total do passivo e patrimônio líquido	8.667.232	71.027	8.738.259

	Consolidado		
	01/01/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	01/01/2009 CPCs
Ativo			
Circulante	3.897.489	(376.019)	3.521.470
Caixa e equivalentes de caixa	584.587	–	584.587
Instrumentos financeiros	68.504	–	68.504
Contas a receber	2.116.173	–	2.116.173
Estoques	110.089	–	110.089
Tributos a recuperar	484.129	–	484.129
Tributos diferidos (e)	376.019	(376.019)	–
Despesas antecipadas	58.824	–	58.824
Outros ativos circulantes	99.164	–	99.164
Não circulante	11.287.770	427.053	11.714.823
Tributos a recuperar	249.664	–	249.664
Tributos diferidos (d) / (e)	589.913	367.432	957.345
Depósitos judiciais (a)	100.987	63.882	164.869
Instrumentos financeiros	108.436	–	108.436
Outros ativos	128.444	235	128.679
Investimentos (b) / (c)	1.043.082	583.324	1.626.406
Imobilizado	8.102.282	–	8.102.282
Intangível (b)	964.410	(587.268)	377.142
Diferido (f)	552	(552)	–
Total do ativo	15.185.259	51.034	15.236.293

	Consolidado		
	01/01/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	01/01/2009 CPCs
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	4.361.617	25.405	4.387.022
Empréstimos e financiamentos	1.466.003	–	1.466.003
Fornecedores	1.281.368	–	1.281.368
Obrigações fiscais	669.504	–	669.504
Tributos diferidos (e)	37.664	(37.664)	–
Dividendos (g)	317.654	(812)	316.842
Obrigações sociais e trabalhistas	98.667	–	98.667
Participação dos empregados nos resultados (h)	61.026	(61.026)	–
Provisão para contingências (a) / (h)	276.183	(276.183)	–
Provisões (h)	–	401.090	401.090
Passivo atuarial - Telos	37.997	–	37.997
Outras obrigações	115.551	–	115.551
Não circulante	2.283.523	(234.321)	2.241.107
Empréstimos e financiamentos	1.615.946	–	1.615.946
Passivo atuarial – Telos (i)	454.930	(25.257)	429.673
Obrigações fiscais	2.681	–	2.681
Tributos diferidos (d) / (e)	54.670	39.395	94.065
Receitas antecipadas (d)	142.658	(56.554)	86.104
Recursos capitalizáveis e outras obrigações	12.638	–	12.638
Participações minoritárias (j)	191.905	(191.905)	–
Patrimônio líquido	8.348.214	259.950	8.608.164
Capital social realizado	5.316.660	–	5.316.660
Reservas de lucros (c) / (d)	3.031.554	67.042	3.098.596
Participações de não controladores (g) / (j)	–	192.908	192.908
Total do passivo e patrimônio líquido	15.185.259	51.034	15.236.293

3.2.2 Balanço em 31.12.2009 reapresentado

	Controladora		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	31/12/2009 CPCs
Ativo			
Circulante	314.482	(21.145)	293.337
Caixa e equivalentes de caixa	42.238	–	42.238
Dividendos e juros sobre capital próprio (g)	269.388	(21.145)	248.243
Tributos a recuperar	2.830	–	2.830
Outros ativos circulantes	26	–	26
Não circulante	9.644.565	77.249	9.721.814
Depósitos judiciais (a)	279	2.255	2.534
Investimentos (b) / (c) / (d) / (g)	9.272.693	446.587	9.719.280
Intangível (b)/	371.593	(371.593)	–
Total do ativo	9.959.047	56.104	10.015.151

	Controladora		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	31/12/2009 CPCs
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	420.337	2.255	422.592
Fornecedores	947	–	947
Obrigações fiscais	1.688	–	1.688
Dividendos	417.603	–	417.603
Obrigações sociais e trabalhistas	12	–	12
Provisão para contingências (a)	72	(72)	–
Provisões (a)	–	2.327	2.327
Partes relacionadas	6	–	6
Outras obrigações	9	–	9
Não circulante	915	1.730	2.645
Tributos diferidos (d)	–	1.730	1.730
Recursos capitalizáveis e outras obrigações	915	–	915
Patrimônio líquido	9.537.795	52.119	9.589.914
Capital social realizado	5.618.699	–	5.618.699
Reservas de lucros (c) / (d)	3.919.096	52.119	3.971.215
Total do passivo e patrimônio líquido	9.959.047	56.104	10.015.151

	Consolidado		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	31/12/2009 CPCs
Ativo			
Circulante	4.135.064	(342.563)	3.792.501
Caixa e equivalentes de caixa	1.083.191	–	1.083.191
Instrumentos financeiros	1.288	–	1.288
Contas a receber	2.106.127	–	2.106.127
Estoques	27.720	–	27.720
Tributos a recuperar	396.027	–	396.027
Tributos diferidos (e)	342.563	(342.563)	–
Despesas antecipadas	64.008	–	64.008
Outros ativos circulantes	114.140	–	114.140
Não circulante	12.343.868	390.635	12.734.503
Tributos a recuperar	215.761	–	215.761
Tributos diferidos (d) / (e)	381.510	333.976	715.486
Depósitos judiciais (a)	101.125	75.865	176.990
Outros ativos	149.044	117	149.161
Investimentos (b) / (c)	1.336.216	568.379	1.904.595
Imobilizado	8.192.232	–	8.192.232
Intangível (b)	1.967.546	(587.268)	1.380.278
Diferido (f)	434	(434)	–
Total do ativo	16.478.932	48.072	16.527.004

	Consolidado		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	31/12/2009 CPCs
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	4.056.030	(26.460)	4.029.570
Empréstimos e financiamentos	720.246	–	720.246
Instrumentos financeiros	95.885	–	95.885
Fornecedores	1.136.528	–	1.136.528
Obrigações fiscais	702.434	–	702.434
Tributos diferidos (e)	58.815	(58.815)	–
Dividendos (g)	463.556	(43.510)	420.046
Obrigações sociais e trabalhistas	92.368	–	92.368
Participação dos empregados nos resultados (h)	71.968	(71.968)	–
Provisão para contingências (a) / (h)	263.977	(263.977)	–
Provisões (h)	–	411.810	411.810
Passivo atuarial – Telos	29.078	–	29.078
Receitas antecipadas	178.794	–	178.794
Outras obrigações	242.381	–	242.381
Não circulante	2.684.458	(21.266)	2.663.192
Empréstimos e financiamentos	1.327.968	–	1.327.968
Instrumentos financeiros	51.302	–	51.302
Passivo atuarial – Telos (i)	480.599	(25.257)	455.342
Obrigações fiscais	2.588	–	2.588
Tributos diferidos (d) / (e)	29.523	60.545	90.068
Receitas antecipadas	791.537	(56.554)	734.983
Recursos capitalizáveis e outras obrigações	941	–	941
Participações minoritárias (j)	200.649	(200.649)	–
Patrimônio líquido	9.537.795	296.447	9.834.242
Capital social realizado	5.618.699	–	5.618.699
Reservas de lucros (c) / (d) / (f) / (i)	3.919.096	52.119	3.971.215
Participações de não controladores (g) (j)	–	244.328	244.328
Total do passivo e patrimônio líquido	16.478.932	48.072	16.527.004

	Controladora		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	31/12/2009 CPCs
Despesas operacionais, líquidas	(2.988)	–	(2.988)
Gerais e administrativas	(2.923)	–	(2.923)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(65)	–	(65)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e resultado de participações societárias	(2.988)	–	(2.988)
Resultado financeiro	298	–	298
Equivalência patrimonial (c)	1.296.416	(14.923)	1.281.493
Lucro antes de impostos	1.293.726	(14.923)	1.278.803
Imposto de renda e contribuição social	(1.017)	–	(1.017)
Lucro líquido do exercício	1.292.709	(14.923)	1.277.786

	Consolidado		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPCs	31/12/2009 CPCs
Receita operacional líquida	10.601.977	–	10.601.977
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(7.031.988)	–	(7.031.988)
Lucro bruto	3.569.989	–	3.569.989
Despesas operacionais, líquidas	(2.071.471)	–	(2.071.471)
Comercialização dos serviços	(1.286.463)	–	(1.286.463)
Gerais e administrativas	(719.809)	–	(719.809)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(65.199)	–	(65.199)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e resultado de participações societárias	1.498.518	–	1.498.518
Resultado financeiro	294.785	–	294.785
Equivalência patrimonial (c)	272.275	(14.943)	257.332
Lucro antes de impostos e participações de não controladores	2.065.578	(14.943)	2.050.635
Imposto de renda e contribuição social	(718.172)	–	(718.172)
Participações de não controladores (c)	(54.697)	20	(54.677)
Lucro líquido do exercício	1.292.709	(14.923)	1.277.786

a) *Apresentação de depósitos judiciais*: No Brasil, de acordo com a NPC 22/05, não raramente, a administração de uma entidade questiona a legitimidade de determinados passivos, e, por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão são depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra o desfecho favorável da questão para a entidade, o depósito deverá ser apresentado deduzindo o valor do passivo. Quanto à divulgação, conforme parágrafo 76, nos casos em que, para fins de divulgação, ocorrer a compensação de passivos com os valores depositados em juízo, permitida nos termos desta NPC, deverão ser destacadas, em nota explicativa, as quantias em que estão sendo compensadas e a explicação das eventuais diferenças existentes. Para o IFRS, conforme CPC 37 (IFRS 1), uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pelo legislação. O entendimento do pronunciamento é de que no caso de depósitos judiciais uma entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos uma vez que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das demonstrações financeiras de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de

continuação

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.124/0001-12

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social/votante, como segue:

	%		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Embratel	**99,2**	99,2	99,2
Star One	**80,0**	80,0	80,0
BrasilCenter	**100,0**	100,0	100,0
Click 21	**100,0**	100,0	100,0
TdB	**100,0**	100,0	100,0
PMS	**100,0**	100,0	100,0
Tvsat	**100,0**	100,0	100,0
Embratel Internacional S.A. (1)	**–**	100,0	100,0
Embratel Uruguay S.A. (2)	**–**	–	100,0

(1) Esta controlada foi liquidada em junho de 2010. (2) Esta controlada foi liquidada em setembro de 2009.

5. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Voz		
Longa distância nacional	**4.341.984**	4.501.440
Longa distância internacional	**397.135**	425.541
	4.739.119	4.926.981
Dados	**3.172.610**	3.030.724
Serviços locais (1)	**2.405.111**	2.126.032
DTH – TV por assinatura	**552.563**	98.362
Outros serviços (2)	**361.634**	419.878
Total	**11.231.037**	10.601.977

(1) Inclui a receita com a venda de handsets.
(2) Referem-se principalmente a receitas de transmissão de televisão e rádio, telex e serviços de comunicações móveis de satélite.

6. Custo dos serviços prestados e produtos vendidos

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Remuneração pelo uso de redes/facilidades (1)	**(4.143.682)**	(4.504.868)
Depreciação e amortização	**(2.000.089)**	(1.221.387)
Pessoal	**(346.238)**	(320.403)
Serviços de terceiros (2)	**(428.279)**	(430.552)
Tributos	**(237.510)**	(221.405)
Outros (3)	**(578.250)**	(333.373)
Total	**(7.734.048)**	(7.031.988)

(1) As despesas relacionadas à remuneração pelo uso de redes referem-se aos custos junto às Sociedades de telefonia fixa e móvel com as quais possui interconexão, de acordo com o estabelecido na Resolução nº 458, de 02 de fevereiro de 2007, e na Resolução nº 438, de 10 de julho de 2006, ambas emitidas pela ANATEL, e as despesas relacionadas as facilidades referem-se aos custos junto às prestadoras de serviços de telecomunicações pelo uso de circuitos dedicados para prestação de serviços aos usuários finais.
(2) Referem-se, substancialmente, a instalação e manutenção de equipamentos de telecomunicações e a serviços públicos (energia elétrica).
(3) Referem-se, substancialmente, a locações e aluguéis e custos com a venda de handsets.

7. Comercialização dos serviços

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Devedores duvidosos (1)	**(347.222)**	(389.211)
Serviços de terceiros (2)	**(691.178)**	(482.001)
Pessoal	**(357.771)**	(372.818)
Depreciação e amortização	**(9.869)**	(11.100)
Outros	**(12.849)**	(31.333)
Total	**(1.418.889)**	(1.286.463)

(1) Compreende também outras perdas relacionadas com o contas a receber.
(2) Referem-se, substancialmente, a despesas com comissões, marketing e propaganda, faturamento e postagem, assessoria e consultoria.

8. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Serviços de terceiros (1)	**(2.388)**	(2.074)	**(338.240)**	**(316.320)**
Pessoal	**–**	–	**(185.322)**	**(193.484)**
Depreciação e amortização	**–**	–	**(74.341)**	**(78.938)**
Participação dos empregados nos resultados (Nota 2.15)	**–**	–	**(86.803)**	**(70.274)**
Tributos	**(67)**	(19)	**(13.116)**	**(30.715)**
Outros	**(847)**	(830)	**(21.283)**	**(30.078)**
Total	**(3.302)**	(2.923)	**(719.105)**	**(719.809)**

(1) Referem-se a gastos com manutenção, conservação e limpeza, serviços públicos e de informática, auditoria, assessoria e consultoria.

9. Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Provisão para contingências (Nota 22)	**(139.686)**	(109.326)
Despesa com multas, líquidas	**(43.249)**	(32.528)
Direito de uso de passagem	**9.358**	12.079
Ressarcimento de prejuízos (1)	**–**	29.912
Acordo com operadoras	**8.607**	31.034
Outros	**(10.188)**	3.630
Total	**(175.158)**	(65.199)

(1) Decorrente de acordo com fornecedor, por atrasos na construção para entrega em órbita dos satélites C-1 e C-2.

10. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras				
Receitas com operações financeiras	**2.261**	634	**200.149**	149.049
Variações monetárias ativas	**–**	313	**327**	782
Variações cambiais - contas ativas	**–**	–	**(15.116)**	(21.482)
Subtotal	**2.261**	947	**185.360**	128.349
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras	**(15)**	(649)	**(298.203)**	(228.917)
Variações monetárias passivas	**–**	–	**(22.864)**	4.500
Variações cambiais - contas passivas (1)	**–**	–	**(77.725)**	390.853
Subtotal	**(15)**	(649)	**(398.792)**	166.436
Total	**2.246**	298	**(213.432)**	294.785

(1) Valores líquidos dos resultados oriundos dos contratos de "hedge" e "forward de moeda", apurados no mesmo período (despesa de R$47.623 e despesa de R$238.855 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente).
Em 2010, o dólar norte-americano acumulou desvalorização de 4,31% (desvalorização de 25,49% no mesmo período de 2009) em relação ao Real.

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Sociedade e suas controladas optaram pela apuração do imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL com base no lucro real anual, utilizando-se da faculdade de suspender ou reduzir o pagamento destes tributos mediante comprovação através do levantamento de balancetes mensais, exceto pela controlada Embratel, que optou pelo cálculo destes tributos pelo lucro real trimestral.
O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência de exercício e calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido de 10% a título de adicional de imposto de renda, conforme previsto em lei. A CSLL, por sua vez, foi calculada à alíquota de 9%.
Os saldos de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social sobre o lucro da Sociedade e de suas controladas, compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual limitou a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos, são demonstrados como segue:

	31/12/2010		31/12/2009	
Sociedade/controladas	Prejuízo fiscal	Base negativa de contribuição social	Prejuízo fiscal	Base negativa de contribuição social
Embrapar (1)	**14.935**	**15.643**	13.843	14.550
Embratel (2)	**91.559**	**58.016**	231.829	211.644
TdB (1)	**544.101**	**560.805**	547.321	564.022
PMS (2)	**146.062**	**146.240**	178.573	178.746
Tvsat (1)	**230.517**	**230.546**	82.763	82.764
BrasilCenter (1)	**42.475**	**43.649**	35.077	36.251
Click 21 (1)	**8.080**	**8.081**	7.186	7.187
Total	**1.077.729**	**1.062.980**	1.096.592	1.095.164

(1) Em razão da Sociedade e certas controladas não apresentarem histórico de lucros tributáveis e devido às incertezas quanto à sua realização, os respectivos créditos fiscais não foram contabilizados, conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 32. A Administração da Sociedade e destas controladas mantém o monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas as condições previstas no citado Pronunciamento.
(2) Devido a dúvidas quanto a realização integral do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL foram constituídas provisões para perda no montante de R$22.890 em 31 de dezembro de 2010 e 2009 na controlada Embratel e R$42.066 em 31 de dezembro de 2010 (R$26.573 em 31 de dezembro de 2009) na controlada PMS.

11.1. Despesa com imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido é formado pela despesa corrente, calculada sobre o lucro tributável apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a legislação fiscal vigente, e, também, da despesa diferida líquida, calculada sobre as diferenças temporárias ativas e passivas originadas ou realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O resultado consolidado diferido é resultante do cálculo do IRPJ e CSLL sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e outras despesas temporariamente indedutíveis, assim como receitas temporariamente não tributáveis (Notas 14 e 19).
Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Corrente			
Contribuição social	(276)	**(77.790)**	(134.826)
Imposto de renda	(741)	**(200.708)**	(369.764)
Total corrente	(1.017)	**(278.498)**	(504.590)
Diferido			
Contribuição social	–	**(27.740)**	(50.860)
Imposto de renda	–	**(73.680)**	(162.722)
Total diferido	–	**(101.420)**	(213.582)
Total das despesas	(1.017)	**(379.918)**	(718.172)

A despesa corrente de imposto de renda e contribuição social apresentada no resultado consolidado é, substancialmente, oriunda das controladas Embratel, Star One e PMS.

11.2. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com as alíquotas nominais

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes de impostos e participações de não controladores	**723.006**	1.278.803	**1.144.953**	2.050.635
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34%	**(245.822)**	(434.793)	**(389.284)**	(697.216)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Créditos fiscais não constituídos em função da Instrução CVM 371/02 (1)	**(375)**	446	**(63.248)**	(33.837)
Equivalência patrimonial	**246.197**	435.707	**59.346**	87.493
Exclusões (adições) permanentes diversas (2)	**–**	(2.377)	**13.268**	(74.612)
Despesa de IRPJ e CSLL na demonstração do resultado	**–**	(1.017)	**(379.918)**	(718.172)

(1) O consolidado em 31 de dezembro de 2010 é representado, substancialmente, pelos créditos não reconhecidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social das controladas BrasilCenter e Tvsat, em função das incertezas quanto à realização dos mesmos.
(2) Exclusões (adições) permanentes no consolidado em 31 de dezembro de 2010, referem-se, principalmente, a recuperação destes tributos calculados sobre as perdas apuradas nos contratos de SWAP especulativos na controlada Embratel contabilizados no segundo trimestre. Em 31 de dezembro de 2009 correspondiam aos ganhos nas operações com derivativos, as perdas no recebimento de crédito e provisão constituída para eventual não realização do ativo diferido na controlada Embratel.

12. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Disponibilidades e valores equivalentes						
Caixa e bancos	**102**	78	98	**49.813**	29.571	120.341
Aplicações financeiras no exterior	**–**	–	–	**–**	1.410	12.399
Fundos de investimento financeiro	**3.937**	42.198	970	**17.650**	1.006.649	452.752
Outras aplicações	–	–	–	**10.611**	47.351	–
Provisão para imposto de renda e outros	**(57)**	(38)	(4)	**(104)**	(1.790)	(905)
Total	**3.982**	42.238	1.064	**77.970**	1.083.191	584.587

Demonstrativo das aplicações financeiras no exterior e dos fundos de investimentos:

	Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Over SELIC	**3.937**	35.208	5
CDB	**–**	6.990	–
LFT	**–**	–	965
Provisão para IR e outros	**(57)**	(38)	(4)
Total	**3.880**	42.160	966
	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Over SELIC	**17.939**	905.949	451.677
Debêntures	**9.477**	–	–
CDB	**845**	148.051	–
Aplicação off-shore	**–**	1.410	12.399
LFT	**–**	–	1.075
Provisão para IR e outros	**(104)**	(1.790)	(905)
Total	**28.157**	1.053.620	464.246

Uma parcela das aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas está representada por fundos de investimento exclusivos ("FIs"), classificados como Multimercado e Referenciado DI, ambos de curto prazo, destinados à Sociedade e empresas ligadas e controladas/controladoras, ou que tenham sua autorização para participar dos fundos. Foram constituídos sob a forma de condomínios abertos com prazo indeterminado de duração e possuem liquidez diária. A Administração da carteira dos FIs é realizada por gestores externos.
Integram a carteira dos fundos, Títulos Públicos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") de bancos de primeira linha e derivativos. Estes títulos e valores mobiliários estão registrados, conforme o caso, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, ou na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F.

13. Contas a receber

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Serviços de voz	**1.378.583**	1.457.223	1.580.666
Dados, empresas de telecomunicações e outros serviços	**1.205.034**	1.153.788	1.110.069
Administradoras estrangeiras	**72.831**	70.738	108.147
Subtotal	**2.656.448**	2.681.749	2.798.882
Provisão para devedores duvidosos	**(521.099)**	(575.622)	(682.709)
Total	**2.135.349**	2.106.127	2.116.173
	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Serviços faturados	**1.905.581**	1.933.168	1.924.451
Serviços a faturar	**750.867**	748.581	874.431
Contas a receber bruto	**2.656.448**	2.681.749	2.798.882
Provisão para devedores duvidosos	**(521.099)**	(575.622)	(682.709)
Contas a receber líquido	**2.135.349**	2.106.127	2.116.173
	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Vencimento do contas a receber bruto			
A vencer	**1.602.146**	1.436.641	1.435.984
Vencido, com atraso de			
01 a 30 dias	**306.605**	362.635	351.619
31 a 60 dias	**155.006**	161.876	231.486
61 a 90 dias	**67.698**	141.324	105.553
Mais de 90 dias	**524.993**	579.273	674.240
Total	**2.656.448**	2.681.749	2.798.882

A Sociedade e suas controladas monitoram suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 composto, substancialmente, por valores em atraso há mais de 90 dias, dos clientes usuários dos serviços de voz básica, voz avançada, dados e outros serviços, complementada ou reduzida por valores estimados com base em análises específicas.
A movimentação na provisão para devedores duvidosos foi como segue:

	Consolidado
Saldo final em 01 de janeiro de 2009	682.709
Despesa para devedores duvidosos	356.810
Redução decorrente de outras contas a receber (1)	(36.897)
Baixa da provisão (2)	(427.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2009	575.622
Despesa para devedores duvidosos	**307.594**
Redução decorrente de outras contas a receber (1)	**(12.412)**
Baixa da provisão (2)	**(349.705)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	**521.099**

(1) Redução ocorrida principalmente em função dos acordos com operadoras.
(2) Decorrente de baixa de faturas oriundas de serviços de voz e dados, após período de intensas ações de cobrança e reconhecimento da perda.

14. Tributos diferidos e a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Tributos a recuperar						
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	**1.661**	2.118	821	**150.447**	62.871	162.170
Imposto sobre circulação de mercadorias e de serviços - ICMS	**–**	–	–	**535.423**	505.083	537.054
Outros (1)	**60**	712	1.149	**81.210**	43.834	34.569
Total	**1.721**	2.830	1.970	**767.080**	611.788	733.793
Circulante	**1.721**	2.830	1.970	**532.837**	396.027	484.129
Não circulante	–	–	–	**234.243**	215.761	249.664
Tributos diferidos						
Prejuízo fiscal				**5.596**	60.091	246.750
Base negativa de contribuição social				**7.236**	28.181	86.826
Provisão para devedores duvidosos				**159.512**	185.259	188.652
Provisão para contingências				**127.431**	104.975	116.663
Provisão para ajuste ao valor de realização de ativo imobilizado e intangível				**38.633**	72.171	108.746
Contratos de "SWAP" (2)				**1.689**	59.563	41.140
Plano de assistência médica - aposentadoria				**88.130**	79.328	65.216
Outros valores (demais provisões)				**141.964**	125.918	103.352
Total				**570.191**	715.486	957.345

(1) No consolidado, representados, principalmente, pelos créditos fiscais INSS e do PIS e COFINS apurados de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03 e aqueles retidos na fonte por órgãos públicos federais, nos moldes do artigo 64 da Lei 9.430/96.
(2) Créditos sobre perdas em operações com derivativos, líquido de provisão constituída de R$23.140 em 01 de janeiro de 2009, em decorrência de dúvidas quanto a realização, considerando as projeções atuais de comportamento do câmbio e das limitações impostas no art. 33, da IN SRF nº 25.
O ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias é reconhecido contabilmente pelas controladas Embratel, Star One e PMS, considerando a ocorrência de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC nº 32.
A existência de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, trazidos a valor presente, realizados pelas referidas controladas que indicam a plena utilização destes ativos dentro do prazo estabelecido na Instrução CVM n° 371/02. Tais estudos, aprovados pelos Conselhos Fiscal e de Administração, correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados destas controladas. Nesse sentido, e devido a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual estas controladas estão inseridas, poderão gerar diferenças entre os resultados estimados e os reais.
Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma projetado para realização total do ativo fiscal diferido consolidado:

Ano	
2011	**246.490**
2012	**103.922**
2013	**99.424**
2014	**29.607**
2015 a 2020	**44.783**
Total (1)	**524.226**

(1) Ativo fiscal diferido líquido do passivo fiscal diferido no montante de R$45.965 (Nota 19).

15. Investimentos

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31.12.09		Movimentação			Saldos em 31.12.10	
	Investimento	Ágio	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") (1)	Investimento	Ágio
Embratel	8.137.223	–	**617.125**	**(151.468)**	**303.249**	**8.906.129**	**–**
NET	541.224	208.134	**46.636**	**–**	**–**	**587.860**	**208.134**
GB	629.142	102.574	**42.020**	**–**	**–**	**671.162**	**102.574**
TdB	100.983	–	**18.329**	**(21.145)**	**–**	**98.167**	**–**
Total	9.408.572	310.708	**724.110**	**(172.613)**	**303.249**	**10.263.318**	**310.708**
	9.719.280					**10.574.026**	

(1) Representado por R$248.249 em dividendos a receber referente ao exercício de 2009 e R$55.000 em espécie.
Em 31 de dezembro de 2010, os detalhes do investimento nas principais controladas e coligadas diretas, são como se seguem:

			Quantidade de ações/quotas (lotes de mil)		% de participação	
Controladas/ coligadas	Lucro líquido	Patrimônio líquido + AFAC	Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital votante
Embratel	**622.091**	**8.975.358**	**7.209.719**	**–**	**99,2%**	**99,2%**
NET	**307.151**	**3.814.666**	**40.928**	**12.242**	**15,5%**	**35,8%**
GB	**70.510**	**822.384**	**9.429**	**38.484**	**82,1%**	**48,5%**
TdB	**18.329**	**98.167**	**79.838**	**–**	**100,0%**	**100,0%**

O valor de mercado das ações da NET, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na BOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2010 a R$22,61 (R$23,62 em 31 de dezembro de 2009 e R$13,29 em 01 de janeiro de 2009) por ação. As demais investidas não possuem ações negociadas em Bolsas de Valores.
Os investimentos no consolidado estão compostos como se seguem:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
NET (1)	**2.868.827**	742.000	574.889
GB (1)	**678.685**	636.193	525.115
Ágio na aquisição de investimentos			
NET (1)	**2.721.256**	423.809	423.809
GB (1)	**102.574**	102.574	102.574
Outros	**19**	19	19
Total	**6.371.361**	1.904.595	1.626.406

(1) Inclui os valores registrados na Embrapar e em sua controlada Embratel.

16. Imobilizado

		Consolidado								
Custo ou avaliação		01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências (3)	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências (3)	31/12/2010
Equipamentos de comutação		5.081.436	–	(12.886)	590.653	5.659.203	**–**	**(955)**	**414.153**	**6.072.401**
Equipamentos de transmissão		12.545.633	–	(113.366)	677.133	13.109.400	**–**	**(19.582)**	**1.067.248**	**14.157.066**
Prédios e canalização		1.448.278	–	(3)	4.803	1.453.078	**–**	**(9)**	**3.130**	**1.456.199**
Terrenos		191.471	–	–	–	191.471	**–**	**–**	**–**	**191.471**
Outros ativos										
Bens de uso geral (1)		952.235	–	(8.526)	39.944	983.653	**–**	**(3.952)**	**61.995**	**1.041.696**
Infra-estrutura de telecomunicações		1.142.171	–	(4.947)	33.085	1.170.309	**–**	**2.596**	**50.619**	**1.223.522**
Ajuste ao valor de realização		(1.361.864)	–	–	–	(1.361.864)	**–**	**799**	**–**	**(1.361.065)**
Obras em andamento										
Imobilizado em andamento (2)		648.889	920.359	(2.390)	(1.048.784)	518.074	**1.376.678**	**(1.696)**	**(820.780)**	**1.072.276**
Estoque de investimento		98.772	568.928	(4)	(483.465)	184.231	**876.791**	**(809)**	**(804.565)**	**255.648**
Total		20.747.021	1.489.287	(142.122)	(186.631)	21.907.555	**2.253.469**	**(23.608)**	**(28.200)**	**24.109.216**
		Consolidado								
Depreciação	**Taxas anuais depreciação (%)**	**01/01/2009**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (3)**	**31/12/2009**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (3)**	**31/12/2010**
Equipamentos de comutação	10 a 20	(2.492.652)	(455.897)	12.851	–	(2.935.698)	**(683.066)**	**689**	**–**	**(3.618.075)**
Equipamentos de transmissão	5 a 20	(8.499.111)	(731.375)	100.781	–	(9.129.705)	**(1.031.692)**	**2.796**	**145**	**(10.158.456)**
Prédios e canalização	4	(900.823)	(45.654)	3	–	(946.474)	**(44.789)**	**1**	**(145)**	**(991.407)**
Outros ativos										
Bens de uso geral (1)	10 a 20	(793.585)	(50.310)	8.526	–	(835.369)	**(50.038)**	**2.378**	**–**	**(883.029)**
Infra-estrutura de telecomunicações	4, 5 e 10	(915.990)	(60.482)	7.307	–	(969.165)	**(54.910)**	**(1.745)**	**–**	**(1.025.820)**
Ajuste ao valor de realização		957.422	143.666	–	–	1.101.088	**109.150**	**(648)**	**–**	**1.209.590**
Total		(12.644.739)	(1.200.052)	129.468	–	(13.715.323)	**(1.755.345)**	**3.471**	**–**	**(15.467.197)**
Imobilizado líquido		8.102.282	289.235	(12.654)	(186.631)	8.192.232	**498.124**	**(20.137)**	**(28.200)**	**8.642.019**

(1) Veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios
(2) Composição de Imobilizado em andamento:

	01/01/2009	31/12/2009	31/12/2010
Equipamentos de transmissão	–	52.400	133.873
Serviços de dados e internet	56.816	82.804	102.238
Acesso, infraestrutura e serviços locais	319.942	212.910	502.991
Infra-estrutura de rede	199.423	142.448	268.157
Tecnologia da informação	55.056	13.031	60.240
Outras	17.652	14.481	4.777
Total	648.889	518.074	1.072.276

(3) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação bem como para o intangível
a) Bens vinculados aos contratos de concessão
Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões.
Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.
b) Bens dados em garantia
Em 31 de dezembro de 2010, a controlada Embratel possui imóveis e outros ativos imobilizados, arrolados e/ou nomeados à penhora em processos judiciais, no montante de R$362.261 (R$366.362 em 31 de dezembro de 2009 e R$474.082 em 01 de janeiro de 2009).
c) Satélite Star One C3
A controlada Star One assinou em dezembro de 2009, contrato com a Orbital Sciences Corporation dos Estados Unidos para a entrega em órbita do satélite Star One C3. O investimento total do projeto está estimado em US$270 milhões. Em 31 de dezembro de 2010, o montante relacionado a esse contrato está registrado na rubrica obras em andamento, totalizando R$133.873 (R$52.400 em 31 de dezembro de 2009).
O Star One C3 terá configuração de 28 transponders em Banda C, faixa destinada à comunicação em geral, e 16 em Banda Ku, faixa destinada à transmissão de sinais de vídeo, dados, internet e voz diretamente para os usuários. Sua cobertura abrangerá a América do Sul. O Star One C3, a exemplo de todos os demais satélites da controlada Star One, será operado da estação terrena de Guaratiba, localizada no Estado do Rio de Janeiro. Essa estação, ativada em 1985, controla os satélites e as comunicações, realiza o rastreamento dos mesmos, e é capacitada para dar suporte de serviços de lançamento. A estação é certificada pela ISO 9001:2008 desde julho de 1998. Simultaneamente a controlada Star One opera a estação terrena de Tanguá (estação back-up), também localizada no Estado do Rio de Janeiro.
Avaliação da recuperação do valor contábil
A Sociedade avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento, são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Sociedade, bem como em dados de mercado comparáveis e representam a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:
• Receitas - Projetadas com base no orçamento anual do próximo exercício e no plano de negócios da Sociedade considerando a evolução histórica dos serviços de cada uma das controladas.
• Custos e despesas operacionais - Projetados com base no desempenho histórico da Sociedade em concordância com o modelo de remuneração de redes vigente e considerando os custos de aquisição necessários para sustentar os crescimentos previstos.
• Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento previsto para os próximos anos, o aumento em nossa capilaridade de acesso local, bem como os recursos necessários para a manutenção de nossa planta atual.

17. Intangível

		Consolidado							
Custo		01/01/2009	Adições	Transferências (3)	31/12/2009	Adições	Baixa	Transferências	31/12/2010
Softwares		1.323.099	–	100.649	1.423.748	**–**	**–**	**50.463**	**1.474.211**
Direito de uso de passagem		291.152	–	1.238.928	1.530.080	**–**	**–**	**–**	**1.530.080**
Direito de uso de passagem – juros a apropriar		–	–	(266.461)	(266.461)	**–**	**51.870**	**–**	**(214.591)**
Licenças regulatórias		52.045	7.436	–	59.481	**–**	**–**	**–**	**59.481**
Ágio (1)		38.823	–	–	38.823	**–**	**–**	**–**	**38.823**
Outros		53.718	20.625	1.511	75.854	**–**	**–**	**–**	**75.854**
Ajuste ao valor de realização (2)		(163.234)	–	–	(163.234)	**–**	**–**	**–**	**(163.234)**
Intangível em andamento		–	899.701	(887.996)	11.705	**47.978**	**–**	**(22.263)**	**37.420**
Total		1.595.603	927.762	186.631	2.709.996	**47.978**	**51.870**	**28.200**	**2.838.044**
		Consolidado							
Amortização	**Taxas anuais de amortização (%)**	**01/01/2009**	**Adições**	**Transferências (3)**	**31/12/2009**	**Adições**	**Baixa**	**Transferências**	**31/12/2010**
Softwares	20	(1.185.194)	(68.629)	–	(1.253.823)	**(66.450)**	**–**	**–**	**(1.320.273)**
Direito de uso de passagem	3 a 20	(127.796)	(37.167)	813	(164.150)	**(256.788)**	**–**	**–**	**(420.938)**
Licenças regulatórias	5 e 6,67	(4.866)	(5.040)	–	(9.906)	**(4.267)**	**–**	**–**	**(14.173)**
Ágio (1)		(12.489)	–	–	(12.489)	**–**	**–**	**–**	**(12.489)**
Outros	3 a 20	(48.803)	(1.178)	(813)	(50.794)	**(1.842)**	**–**	**–**	**(52.636)**
Ajuste ao valor de realização (2)		160.687	757	–	161.444	**512**	**–**	**–**	**161.956**
Total		(1.218.461)	(111.257)	–	(1.329.718)	**(328.835)**	**–**	**–**	**(1.658.553)**
Intangível líquido		377.142	816.505	186.631	1.380.278	**(280.857)**	**51.870**	**28.200**	**1.179.491**

(1) Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 não são mais amortizados, sendo apenas submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável conforme descrito na Nota 2.9.
(2) O ajuste ao valor de realização refere-se aos direitos de uso da controlada TdB e sistemas de processamento de dados (softwares) das antigas controladas Vésper São Paulo S.A. ("VSP") e Vésper S.A., incorporadas pela controlada Embratel em fevereiro de 2008.
(3) Representam transferências de intangível em andamento para operação bem como do imobilizado para intangível.

continua

continuação

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.124/0001-12

18. Fornecedores

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Moeda nacional	**1.096.292**	1.064.921	1.175.573
Moeda estrangeira (1)	**389.517**	71.607	105.795
Total	**1.485.809**	1.136.528	1.281.368

(1) Em 31 de dezembro de 2010, inclui contas a pagar da controlada TdB à Sercotel, conforme descrito na Nota 27.2

19. Obrigações fiscais e tributos diferidos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Obrigações fiscais						
Federais						
PIS/COFINS (1)	**60**	647	462	**69.204**	69.221	67.766
FUNTTEL	**–**	–	–	**106.515**	84.836	64.239
IRPJ e CSLL (2)	**–**	1.017	–	**69.123**	72.547	–
Taxa de renovação de concessão ANATEL (Nota 1)	**–**	–	–	**43.180**	–	46.093
FUST	**–**	–	–	**9.295**	9.256	8.090
Taxa FISTEL	**–**	–	–	6.165	10.781	94
INSS	**–**	–	–	**4.034**	2.847	2.981
Outros	**–**	–	–	12.259	8.522	9.846
Estaduais						
ICMS	**–**	–	–	**459.698**	439.924	466.382
Outros				**1.412**	83	407
Municipais						
ISS	**–**	–	–	**6.532**	4.446	3.761
Outros	24	24	24	2.690	2.559	2.526
Total	**84**	1.688	486	**790.107**	705.022	672.185
Circulante	**84**	1.688	486	**789.294**	702.434	669.504
Não circulante	**–**	–	–	**813**	2.588	2.681
Tributos diferidos						
IRPJ e CSLL Lei nº 8.200/91 - correção monetária complementar	**–**	–	–	**29.488**	30.339	31.253
IRPJ e CSLL - contrato SWAP/Hedge	**–**	–	–	**–**	7.696	56.894
IRPJ e CSLL - depreciação dos satélites	**–**	–	–	**14.404**	50.303	4.188
IRPJ e CSLL - variação cambial	**–**	–	–	**141**	–	–
IRPJ e CSLL - prêmio sobre emissão de debêntures	**–**	–	–	**202**	–	–
IRPJ e CSLL - deságio (3)	**1.730**	1.730	1.730	**1.730**	1.730	1.730
Total	**1.730**	1.730	1.730	**45.965**	90.068	94.065

(1) Em 1999, as controladas questionaram a mudança introduzida pela Lei nº 9.718/98 que aumentava: (a) a receita tributável para cálculo de PIS e COFINS, incluindo receita financeira e variações cambiais e (b) a alíquota do COFINS de 2% para 3%. Apesar deste questionamento, a Sociedade e suas controladas continuaram a provisionar o valor total do passivo fiscal e efetuaram depósito judicial no período de agosto de 1999 a abril de 2001. Entretanto, a partir de maio de 2001, baseada em jurisprudência, as Sociedades decidiram descontinuar a prática dos depósitos, passando a recolher PIS e COFINS nos termos da legislação em vigor. Em 29 de agosto de 2002, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 66, que permitiu a liquidação das obrigações fiscais que estavam sendo discutidas judicialmente sem a incidência de multas. A controlada Embratel decidiu então, baseada na referida MP e na petição apresentada em juízo para liquidar a dívida, por apresentar os impostos e contribuições provisionados, no valor de R$173.122, líquidos dos correspondentes depósitos judiciais no mesmo montante.
(2) No consolidado, provisão líquida das antecipações de IRPJ e CSLL, no montante de R$116.591 em 31 de dezembro de 2010 (R$359.717 em 31 de dezembro de 2009 e R$224.392 em 01 de janeiro de 2009), recolhidas com base na apuração do lucro tributável pela sistemática do balancete de suspensão/redução, exceto para a controlada Embratel, que optou pelo pagamento destes tributos com base no lucro real trimestral.
(3) Este passivo fiscal diferido foi constituído líquido da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, a razão de 30% do resultado do ganho decorrente de compra vantajosa (deságio), nos termos do Pronunciamento Técnico CPC nº 32.

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional									
Empréstimos bancários	**27.882**	**22.916**	**50.798**	217.510	145.144	362.654	457.395	–	457.395
Partes relacionadas	**42.840**	**2.562.775**	**2.605.615**	–	–	–	–	–	–
Notas promissórias	**–**	**–**	**–**	–	–	–	402.869	–	402.869
Debêntures	**66.738**	**2.433.525**	**2.500.263**	–	–	–	–	–	–
Finame	**9.188**	**41.718**	**50.906**	1.683	30.122	31.805	189	16	205
Financiamento de ICMS	**6.090**	**1.516**	**7.606**	6.110	7.580	13.690	6.131	13.644	19.775
Subtotal	**152.738**	**5.062.450**	**5.215.188**	225.303	182.846	408.149	866.584	13.660	880.244
Moeda estrangeira									
Empréstimos bancários	**–**	**–**	**–**	399.724	887.268	1.286.992	471.081	1.130.185	1.601.266
Financiamento dos satélites C-1 e C-2	**–**	**–**	**–**	95.219	257.854	353.073	128.338	472.101	600.439
Subtotal	**–**	**–**	**–**	494.943	1.145.122	1.640.065	599.419	1.602.286	2.201.705
Total da dívida	**152.738**	**5.062.450**	**5.215.188**	720.246	1.327.968	2.048.214	1.466.003	1.615.946	3.081.949

Os empréstimos e financiamentos contratados são para cobertura das necessidades operacionais da Sociedade e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2010, a posição de endividamento era:

	Montante	%	Custo médio da dívida
Em moeda nacional			
Circulante	152.738	2,9%	99,4% CDI
Não circulante	5.062.450	97,1%	108,09% CDI
Total de dívida	5.215.188	100,0%	

a) Cronograma de pagamento
Em 31 de dezembro de 2010, a amortização do principal de longo prazo apresentava as seguintes composições por ano de vencimento:

Ano	Consolidado
2012	**42.877**
2013	**2.444.919**
2014	**2.574.588**
2015	**66**
Total	**5.062.450**

b) Composição percentual da dívida total por moeda de origem

	Consolidado (%)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Dólar norte-americano	**–**	80,1	71,4
TJLP	**1,0**	–	–
Reais	**99,0**	19,9	28,6
Total	**100,0**	100,0	100,0

c) Empréstimos bancários
Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009, foram captados, respectivamente, R$45.676, R$880.094 e R$449.800, e liquidados, respectivamente, R$1.627.275, R$820.147 e R$751.733 de valores de principal que venceram nestes exercícios.
d) Partes relacionadas
No segundo semestre de 2010 as controladas Embratel e Star One captaram recursos em moeda nacional junto à Sercotel S.A. de C.V. ("Sercotel") no montante total de R$1.606.274, tendo sido liquidados R$30.000, e que destinam-se, basicamente, à aquisição de ações da NET e ao pré-pagamento de dívidas existentes com outras instituições financeiras, buscando-se principalmente reduzir a exposição ao risco cambial. Adicionalmente, para a aquisição de ações da NET também foram captados R$986.501 junto a Claro Chile (Nota 27.2).
e) Notas promissórias
Em 10 de junho de 2009, no vencimento, a controlada Embratel resgatou o montante total de R$400.000 referente às 16 notas promissórias comerciais emitidas e subscritas em dezembro de 2008, em série única, com valor nominal unitário de R$25.000 e remuneradas ao equivalente à acumulação de 118,50% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.
f) Financiamento do satélite Star One C-1 e Star One C-2
Em 29 novembro de 2010, a controlada Star One liquidou antecipadamente os contratos de financiamento em moeda estrangeira através de recursos advindos de linha de crédito assinada com parte relacionada – Sercotel (Nota 27.2) de até R$450.000, dos quais foram sacados R$121.086 até 31 de dezembro de 2010.
Os valores liquidados destes respectivos empréstimos foram como seguem abaixo:
- Financiamento do satélite Star One C1
  Principal: USD92.815 equivalentes a R$160.292
  Juros e outros encargos: USD6.615 equivalentes a R$11.425
  Total: USD99.430 equivalentes a R$171.717
- Financiamento do satélite Star One C2
  Principal: USD82.052 equivalentes a R$141.027
  Juros e outros encargos: USD5.741 equivalentes a R$9.871
  Total: USD87.793 equivalentes a R$150.898

O pagamento antecipado visa reduzir as incertezas e riscos cambiais da controlada Star One.
Em virtude da liquidação antecipada de tais empréstimos, a controlada Star One incorreu em custo contratual junto ao BNP Paribas (Banco líder) no valor de R$14.961, encerrando suas obrigações relacionadas a covenants financeiros e não financeiros e reduzindo sua exposição a riscos cambiais.
g) Financiamento ICMS
Corresponde ao financiamento de 60% do valor do ICMS efetivamente apurado sobre receitas operacionais.
O montante principal do crédito efetivamente usufruído foi de R$28.372 e vem sendo amortizado conforme às previsões contratuais (prazo de amortização de 60 meses, taxa de juros de 4,5% a 6% a.a. e taxa de serviço equivalente a 1% sobre cada parcela liberada). O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2010 é de R$7.606 (R$13.690 em 31 de dezembro de 2009 e R$19.775 em 01 de janeiro de 2009).
h) Emissão de Debêntures Simples
Em 11 de outubro de 2010, a controlada Embratel colocou R$2.430.000 em debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 3 anos e remunerados a 104% do CDI, com pagamento de juros semestrais. As debêntures não possuem qualquer forma de garantia ao credor. Nesta mesma data, a controlada Embratel cancelou R$1.070.000 em debêntures emitidas e não colocadas.
Os recursos obtidos por meio desta emissão foram aplicados na liquidação financeira da Oferta Pública Voluntária para a aquisição de ações preferenciais da NET.
i) Garantias
As garantias concedidas em razão dos empréstimos e financiamentos constituem-se de notas promissórias, que apesar de não representarem garantias reais, dispõem de instrumentos executáveis em casos de falta de pagamento.

21. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais
A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utilizava instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição a esses riscos, ajustando-os periodicamente a níveis julgados adequados pela Administração. A Sociedade possui ativos e passivos em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente do dólar norte americano.
Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando proteção, segurança e liquidez. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.
b) Gerenciamento de riscos
A estimativa diária dos riscos de mercado é feita com a utilização de instrumentos estatísticos, como o Value at Risk (VaR) paramétrico, o que torna possível consolidar os riscos de juros e câmbio numa medida comum e integrada para todas as operações de financiamento. Além do cálculo do VaR, também é utilizado o conceito de Stress-Test, onde é possível estimar a perda numa situação extrema no cenário macroeconômico.
Todas as operações da Sociedade e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez e registradas em balcão, o que reduz seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente.
c) *Swap* de juros e moedas
Para mitigar os riscos a que estão expostas as controladas Embratel e Star One realizaram alguns contratos de *swap* de juros e moedas com característica de proteção, como segue:

	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Valor de referência (milhares de)		Valor	Valor de referência (milhares de)		Valor
Descrição	R$	US$	justo a receber (a pagar)	R$	US$	justo a receber (a pagar)
Posição Ativa - USD	1.009.585	530.238	930.539	923.498	484.877	1.087.756
Posição Passiva - CDI	(1.009.585)	(530.238)	(1.077.726)	(923.498)	(484.877)	(992.473)
	–	–	(147.187)	–	–	95.283

Adicionalmente, as controladas Embratel e Star One praticaram operações de derivativos baseando-se em oportunidades de mercado, visando ajustar a posição de hedge a níveis julgados adequados pela Administração. Tais operações foram classificadas nas linhas de instrumentos financeiros como circulante e não circulante de acordo com seus vencimentos.

	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Valor de referência (milhares de)		Valor	Valor de referência (milhares de)		Valor
Descrição	R$	US$	justo a receber (a pagar)	R$	US$	justo a receber (a pagar)
Posição Ativa – USD	–	–	–	206.980	108.913	262.609
Posição Ativa – CDI	4.741	2.155	5.034	873.755	376.919	883.751
Posição Passiva – CDI	–	–	–	(206.980)	(108.913)	(232.895)
Posição Passiva – USD	(4.741)	(2.155)	(3.746)	(873.755)	(376.919)	(836.201)
Forward	–	–	–	–	–	4.393
	–	–	1.288	–	–	81.657

Os ganhos (perdas) nas operações decorrem das diferenças das variações nos indexadores contratados e são registrados no Resultado Financeiro consolidado (Nota 10), de acordo com o período de competência.
d) Critérios, premissas e limitações nos cálculos do valor justo
- Disponibilidades, contas a receber e a pagar a curto prazo - Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos - O valor de mercado é calculado trazendo as projeções dos fluxos associados às dívidas contratadas em taxa fixa a valor presente, utilizando-se da estrutura a termo da curva de juros e de cupom cambial, vigente no mercado financeiro para a presente data.
- Operações de derivativos (*swap*) - O valor de mercado é calculado trazendo as projeções dos fluxos associados a cada instrumento a valor presente, utilizando-se da estrutura a termo da curva de juros e de cupom cambial, vigente no mercado financeiro para a presente data.
- Limitações - Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil, estão assim representados:

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Valor contábil (milhares de)		Valor de	Valor contábil (milhares de)		Valor de	Valor contábil (milhares de)		Valor de
	R$	US$	mercado	R$	US$	mercado	R$	US$	mercado
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	**5.215.188**	**3.129.989**	**5.208.451**	2.048.214	1.176.323	2.052.153	3.081.949	1.318.763	3.064.394

e) Análise de sensibilidade
Em 31 de dezembro de 2010, a Administração avaliou os riscos de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente do dólar norte americano, e considerou que os possíveis impactos no resultado em decorrência dos seus ativos e passivos em moeda estrangeira não são relevantes.

22. Provisões

	Consolidado					
	Provável			Possível		
Natureza	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisões						
Previdenciárias e Trabalhistas	**90.983**	85.155	87.096	**201.584**	177.829	122.792
Fiscais	**108.270**	60.888	72.648	**4.168.794**	3.610.193	3.153.522
Cíveis	**210.342**	193.799	180.320	**677.462**	508.714	408.570
Subtotal	**409.595**	339.842	340.064	**5.047.840**	4.296.736	3.684.884
Benefícios a empregados	**62.876**	71.968	61.026	–	–	–
Total de provisões	**472.471**	411.810	401.090	–	–	–

22.1. Contingências
No curso normal dos negócios, a Sociedade e suas controladas estão envolvidas em causas judiciais e discussões potenciais relevantes, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível, regulatória, fiscal, previdenciária e trabalhista.
Parte significativa das contingências envolvem questões de extrema complexidade, com características únicas da Sociedade e/ou do mercado de telecomunicações, que surgiram em função da possibilidade de diferentes interpretações causadas pelas legislações pertinentes e que até a presente data não apresentam jurisprudência consolidada.
Da mesma forma, algumas dessas questões são originadas de procedimentos já adotados anteriormente à privatização da Sociedade, alguns dos quais inclusive fundamentados em instruções de órgãos competentes da época.
Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade e suas controladas acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Sociedade e suas controladas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constituiu provisão.
A Sociedade e suas controladas seguem a Deliberação CVM nº 489/05, que aprovou a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 emitido pelo IBRACON ("NPC 22"), divulgando toda e qualquer informação relevante em nota explicativa quando a chance de ocorrência de passivos contingentes é possível (valores históricos). É provisionada e divulgada a perda contingente sempre que for provável a existência de passivo e razoavelmente estimada.
A movimentação dos saldos consolidados de contingências prováveis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

		Movimentação			
	Saldo em 31/12/2009	Adições/ (reversões)	Pagamentos	Atualizações monetárias (1) e outras	Saldo em 31/12/2010
Previdenciárias e Trabalhistas	85.155	**34.023**	**(28.195)**	**–**	**90.983**
Fiscais	60.888	**57.317**	**(5.189)**	**(4.746)**	**108.270**
Cíveis	193.799	**48.346**	**(43.433)**	**11.630**	**210.342**
	339.842	**139.686**	**(76.817)**	**6.884**	**409.595**

(1) Registrado na rubrica Resultado Financeiro (Nota 10).

22.1.1. Contingências previdenciárias e trabalhistas
As controladas Embratel, Star One, TdB, BrasilCenter, PMS e Tvsat constituíram provisão para ações envolvendo reclamações trabalhistas, principalmente no que se refere a questões salariais, como diferenças e equiparações, horas extras e outras causas.
A provisão foi constituída pela Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, e utiliza como parâmetros decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes.
As controladas Embratel, BrasilCenter, Star One e PMS possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no período de 1996 a 2010, no valor de R$30.390 em 31 de dezembro de 2010 (R$20.636 em 31 de dezembro de 2009 e R$6.884 em 01 de janeiro de 2009), classificadas como de perda possível pela Administração das controladas.

22.1.2. Contingências fiscais

	Consolidado					
	Provável			Possível		
Causas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ICMS (a)	**14.648**	21.969	37.975	**1.884.844**	1.613.415	1.197.401
CSLL/IRPJ (b)	**–**	–	824	**136.926**	134.631	86.923
IRRF/CIDE (c)	**2.113**	1.819	1.819	**139.283**	139.493	138.779
PIS (d)	**7.456**	7.170	644	**178.606**	178.627	181.737
COFINS (e)	**74.243**	20.216	19.010	**173.088**	169.465	396.649
FUST/FUNTTEL (f)	**–**	–	–	**612.888**	486.866	283.649
ILL/Saldo Negativo de IRPJ (g)	**–**	–	–	**400.644**	390.397	390.397
Outras (h)	**9.810**	9.714	12.376	**642.515**	497.299	477.987
Total	**108.270**	60.888	72.648	**4.168.794**	3.610.193	3.153.522

Segue abaixo descrição das principais contingências tributárias da Sociedade e suas controladas:
a) ICMS
As controladas Embratel e TdB possuem contingências fiscais pelo não recolhimento de ICMS e referentes a tomada de créditos supostamente indevidos. Aquelas cuja probabilidade de perda foram classificadas como provável totalizam R$14.648 em 31 de dezembro de 2010 (R$7.047 em 31 de dezembro de 2009 e R$23.053 em 01 de janeiro de 2009) e aquelas cuja probabilidade de perda foram avaliadas como possível pela Administração e consultores jurídicos das controladas somam o valor de aproximadamente R$261.402 em 31 de dezembro de 2010 (R$149.762 em 31 de dezembro de 2009 e R$140.949 em 01 de janeiro de 2009).
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a controlada PMS foi autuada no valor de R$288.763, referente ao ICMS sobre determinadas atividades, entendidas pela Administração como não integrantes dos serviços de comunicação de dados. A Administração desta controlada e seus consultores jurídicos julgam como possível a probabilidade de perda desta causa.
A controlada Star One possui autuações fiscais no valor total de R$1.334.679 em 31 de dezembro de 2010 (R$1.174.890 em 31 de dezembro de 2009 e R$767.689 em 01 de janeiro de 2009, que inclui a controlada PMS), nas quais se exige ICMS sobre cessão de capacidade satelital e provimento de acesso à Internet. A Administração da controlada Star One e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.
b) CSLL/IRPJ
A Sociedade e suas controladas Embratel e Star One possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL no valor total de R$136.926 em 31 de dezembro de 2010 (R$124.807 em 31 de dezembro de 2009 e R$76.855 em 01 de janeiro de 2009) referentes à não homologação de compensações. A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível em avaliação feita pelos consultores jurídicos e pela Administração da controlada Embratel.
c) IRRF/CIDE
As controladas Embratel e TdB possuem autuações fiscais no valor total de R$141.396 em 31 de dezembro de 2010 (R$131.236 em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009), sendo R$91.198 (R$84.072 em 31 de dezembro de 2009) de IRRF e R$50.198 (R$47.164 em 31 de dezembro de 2009) de CIDE, decorrentes de suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Destas contingências, a Administração das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como perda provável o montante de R$2.113 (R$1.819 em 31 de dezembro de 2009) e como possível o montante de R$139.283 (R$147.164 em 31 de dezembro de 2009).
d) PIS
As controladas Embratel e TdB possuem autuações de PIS no valor total de R$186.062 em 31 de dezembro de 2010 (R$185.797 em 31 de dezembro de 2009 e R$182.381 em 01 de janeiro de 2009), substancialmente decorrentes de suposto recolhimento a menor em períodos anteriores a 1995, com base na Lei Complementar nº 7/70. A Administração das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como provável a perda de R$7.456 em 31 de dezembro de 2010 (R$7.170 em 31 de dezembro de 2009 e R$631 em 01 de janeiro de 2009) e como possível a perda de R$178.606 em 31 de dezembro de 2010 (R$178.627 em 31 de dezembro de 2009 e R$181.737 em 01 de janeiro de 2009).
e) COFINS
As controladas Embratel, Star One e TdB possuem contingências de COFINS no valor total de R$247.331 em 31 de dezembro de 2010 (R$189.681 em 31 de dezembro de 2009 e R$415.659 em 01 de janeiro de 2009), decorrentes substancialmente de glosas de compensações e supostos recolhimentos a menor, das quais R$74.243 em 31 de dezembro de 2010 (R$20.216 em 31 de dezembro de 2009 e R$19.010 em 01 de janeiro de 2009) foram avaliadas pela Administração das controladas e seus consultores jurídicos como de perda provável e R$173.088 em 31 de dezembro de 2010 (R$169.465 em 31 de dezembro de 2009 e R$396.649 em 01 de janeiro de 2009) como de perda possível.
f) FUST/FUNTTEL
Em janeiro de 2006, as controladas Embratel, TdB e PMS impetraram Mandado de Segurança com pedido liminar, em razão da edição da Súmula nº 01/2005 da ANATEL, visando ter assegurado seu direito de continuar a recolher o FUST de acordo com a base de cálculo prevista na Lei nº 9.998/00 e Despacho nº 29/03 da Superintendência de Universalização da ANATEL. Nos meses de janeiro a abril de 2006, as controladas depositaram judicialmente a totalidade das parcelas vincendas do FUST, calculadas de acordo com a Súmula nº 01/2005. A partir de maio de 2006, as controladas passaram a depositar judicialmente a parcela em discussão e a efetuar o recolhimento da parcela remanescente. A probabilidade de perda dessa causa foi classificada como possível em avaliação feita pela Administração destas controladas e pelos seus consultores jurídicos.
Após a edição da citada Súmula nº 01/2005 da ANATEL, as controladas TdB, PMS, Embratel e Star One receberam autuações da ANATEL referentes a supostos recolhimentos a menor de FUST no valor de R$480.320 em 31 de dezembro de 2010 (R$406.574 em 31 de dezembro de 2009 e R$233.677 em 01 de janeiro de 2009), principalmente em razão da exclusão dos custos de interconexão e EILD da base do FUST. A probabilidade de perda dessas causas foi classificada como possível em avaliação feita pela Administração destas controladas e pelos seus consultores jurídicos.
As controladas Embratel, PMS, TdB e Star One possuem autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL no valor de R$132.568 em 31 de dezembro de 2010 (R$80.292 em 31 de dezembro de 2009 e R$49.972 em 01 de janeiro de 2009). A probabilidade de perda destas causas é classificada como possível na avaliação feita pela Administração destas controladas e seus consultores jurídicos.
Em dezembro de 2006, as controladas TdB, PMS e a antiga controlada VSP (incorporada na controlada Embratel em 2008) foram intimadas por edital quanto a notificações de lançamento de débitos do FUNTTEL. Não é possível identificar o valor, origem dos débitos e período de autuação, uma vez que o edital não continha estes elementos. Desta forma, foi impetrado Mandado de Segurança com o objetivo de afastar os efeitos do mencionado edital, tendo sido concedida liminar em janeiro de 2007. Estes valores não estão provisionados nas demonstrações financeiras.
g) Imposto de Renda na Fonte sobre o Lucro Líquido ("ILL")/saldo negativo de IRPJ
As controladas Embratel, Star One e PMS possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de IRPJ, PIS, COFINS, CIDE, CSLL e IRRF com créditos de ILL e IRPJ no valor total de R$400.644 em 31 de dezembro de 2010 (R$390.397 em 31 de dezembro e 01 de janeiro de 2009). A Administração das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.
h) Outras contingências tributárias
A controlada Embratel possui contingências decorrentes de multas pela não entrega de arquivos magnéticos nos formatos previstos na Instrução Normativa nº 86/2001, referentes aos anos de 2001 a 2005, no valor total de R$468.618 em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 janeiro de 2009. A Administração desta controlada e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.
A Sociedade e suas controladas possuem outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo CPMF, ITR, ISS, IPI, II, CSRF, Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e Contribuições para o Senai. A Administração da Sociedade e das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como provável a perda de parte destas causas, no montante de R$9.810 em 31 de dezembro de 2010 e como possível a perda de R$173.897 em 31 de dezembro de 2010.

22.1.3. Contingências cíveis

	Consolidado					
	Provável			Possível		
Causas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ANATEL (a)	**38.188**	42.300	40.379	**479.937**	316.322	208.904
Disputa com terceiros (b)	**172.154**	151.499	139.941	**197.525**	192.392	199.666
Total	**210.342**	193.799	180.320	**677.462**	508.714	408.570

Segue abaixo descrição das principais contingências cíveis da Sociedade e suas controladas:
a) ANATEL
a.1) Implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica
Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia, ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a controlada Embratel possui contingências no valor total de R$150.840 em 31 de dezembro de 2010 (R$73.192 em 31 de dezembro de 2009 e R$70.860 em 01 de janeiro de 2009), tendo a Administração desta controlada e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2010 o valor de R$24.203 (R$21.757 em 31 de dezembro de 2009 e R$19.469 em 01 de janeiro de 2009) como perda provável e R$126.637 em 31 de dezembro de 2010 (R$51.435 em 31 de dezembro de 2009 e R$51.391 em 01 de janeiro de 2009) como perda possível.
a.2) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)
Em decorrência do descumprimento de metas definidas pela ANATEL foram instauradas pela ANATEL PADO's contra a controlada Embratel, tendo a Administração desta controlada e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2010 o valor de R$13.985 (R$20.543 em 31 de dezembro de 2009 e R$20.910 em 01 de janeiro de 2009) como perda provável e R$353.300 (R$264.887 em 31 de dezembro de 2009 e R$157.513 em 01 de janeiro de 2009) como perda possível.
b) Disputa com terceiros
As controladas Embratel, Star One, PMS, BrasilCenter, Tvsat e TdB possuem contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2010, R$121.475 (R$103.797 em 31 de dezembro de 2009 e R$105.083 em 01 de janeiro de 2009) como perda provável e R$138.438 (R$95.032 em 31 de dezembro de 2009 e R$112.549 em 01 de janeiro de 2009) como perda possível.
As controladas Embratel, BrasilCenter, Click 21, Tvsat e TdB, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos e utilizando como parâmetros decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, efetuaram análise sobre as disputas judiciais com clientes, classificando em 31 de dezembro de 2010 como perda provável R$50.679 (R$47.702 em 31 de dezembro de 2009 e R$34.858 em 01 de janeiro de 2009) e como perda possível R$58.956 (R$97.295 em 31 de dezembro de 2009 e R$87.117 em 01 de janeiro de 2009).
Em abril de 2009, a Administração da controlada Star One foi notificada acerca de processo arbitral movido por duas operadoras internacionais de telecomunicações, através do qual é pleiteado ressarcimento por alegados prejuízos comerciais decorrentes de contratos firmados entre 2002 e 2004. A Administração discorda da pretensão das autoras e, através de seus consultores legais, encontra-se em fase de preparação da defesa. Como a causa não explicita os valores pretendidos pelos autores, não é possível no estágio atual ter uma estimativa confiável do montante envolvido e das chances de êxito na causa.

23. Passivo atuarial - TELOS
A Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. Foi instituída pela controlada Embratel em 1º de agosto de 1975.
As controladas Embratel, Star One, PMS e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, nas modalidades de: (a) Contribuição Variável (Embratel, Star One, PMS e Tvsat); (b) Benefício Definido (Embratel); e (c) Plano de Assistência Médica para os aposentados participantes do plano de Benefício Definido (Embratel). Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.
A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano (plano de benefício definido) para os exercícios de 2010 e 2009 é de 17,82%, incidente sobre o salário de participação dos participantes ativos deste plano (4 participantes em 31 de dezembro de 2010). Para o plano de contribuição definida, a contribuição da patrocinadora varia de 3% a 8% do salário aplicável do participante, além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.
Os planos de benefícios previdenciários e de assistência médica mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.
O plano de contribuição definida foi instituído pela controlada Embratel, através da Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998, passando a ser patrocinado também pela controlada Star One a partir de novembro de 2000, pela controlada PMS a partir de fevereiro de 2008 e pela controlada Tvsat a partir de julho de 2008. Os novos empregados contratados aderem, automaticamente, ao novo plano, estando interrompidas quaisquer adesões ao plano de benefício definido.
Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a controlada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo plano de contribuição definida. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto à Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2010, monta à importância de R$51.266 (R$57.679 em 31 de dezembro de 2009 e R$82.436 em 01 de janeiro de 2009).
Por conta das obrigações com o plano de assistência méd

continuação

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.124/0001-12

A receita (despesa) líquida consolidada referente aos planos de benefícios, segundo os critérios estabelecidos no CPC 33 de acordo com cálculo atuarial realizado por atuário independente, inclui os seguintes componentes:

	PBD		PCD		AMAP	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	**(26)**	(8)	**(572)**	(572)	**(19)**	(18)
Custo dos juros	**(134.695)**	(135.507)	**(92.701)**	(111.120)	**(46.589)**	(43.019)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	**178.439**	164.771	**111.241**	121.441	**(898)**	1.530
Reconhecimento de ganhos/(perdas) atuariais	**212.540**	87.827	**(33.924)**	16.090	**–**	–
Receita (Despesa) antes de eventos especiais	**256.258**	117.083	**(15.956)**	25.839	**(47.506)**	(41.507)
Custo de liquidação antecipada do plano	**–**	–	**–**	12.644	**–**	–
Mudança no efeito do limite de ativo	**(239.165)**	(117.124)	**(674)**	(59.173)	**–**	–
Receita (Despesa) a ser reconhecida	**17.093**	(41)	**(16.630)**	(20.690)	**(47.506)**	(41.507)

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

(i)	Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial	10,75% a. a.
(ii)	Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,25% a. a.
(iii)	Taxa anual de inflação a longo prazo	4,50% a. a.
(iv)	Capacidade salarial e de benefícios	100% (1)
(v)	Crescimento dos custos médicos por faixa etária	12,00% a 6,00% a. a.

(1) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

b) Fatores biométricos

(i)	Tábua de mortalidade geral	AT-83, específica por sexo
(ii)	Tábua de mortalidade de inválidos	CSO41
(iii)	Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada
(iv)	Rotatividade	Não utilizada

24. Informações por segmento

A Sociedade possui três segmentos que merecem ser relatados: o segmento de Telecomunicações, o segmento de Satélite e o segmento de TV por assinatura. O segmento de Telecomunicações abrange serviços locais, longa distância nacional e internacional, comunicações de dados e outros serviços. O segmento de satélite fornece transponders para serviços de radiocomunicação, tais como (i) serviços de rede; (ii) serviços de telecomunicação ponto a ponto; e (iii) difusão de programação de rádio e televisão. O segmento de TV por assinatura tem como objetivo principal prestar serviços de telecomunicações, incluindo, mas sem se limitar a, serviços de transmissão de TV paga, dentre os quais serviços de distribuição de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite - DTH. O principal agente de decisão operacional da Sociedade avalia o desempenho dos segmentos baseando-se nas receitas e nos resultados operacionais.

31 de dezembro de 2010	Telecomunicações	Satélite	TV por assinatura	Eliminações (*)	Consolidado
Receita operacional líquida	10.485.654	486.193	552.564	(293.374)	11.231.037
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(5.579.551)	(46.161)	(375.809)	267.560	(5.733.961)
Lucro bruto	4.906.103	440.032	176.755	(25.814)	5.497.076
Despesas operacionais, líquidas	(1.921.057)	(29.856)	(303.841)	25.814	(2.228.940)
Depreciação e amortização	(1.904.791)	(117.165)	(62.343)	–	(2.084.299)
Lucro operacional	1.080.255	293.011	(189.429)	–	1.183.837
Resultado financeiro					
Receita financeira	162.293	26.150	3.289	(6.372)	185.360
Despesa financeira	(365.214)	(38.079)	(1.871)	6.372	(398.792)
Equivalência patrimonial	213.622	–	–	(39.074)	174.548
Lucro (prejuízo) antes de impostos e participações de não controladores	1.090.956	281.082	(188.011)	(39.074)	1.144.953
Imposto de renda e contribuição social	(284.148)	(95.770)	–	–	(379.918)
Participações de não controladores	(4.967)	–	–	(37.062)	(42.029)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	801.841	185.312	(188.011)	(76.136)	723.006
Ativos operacionais	18.623.995	1.066.737	875.145	–	20.565.877
O total do Ativo inclui:					
Investimentos em coligadas	6.371.361	–	–	–	6.371.361
Passivos operacionais	18.623.995	1.066.737	875.145	–	20.565.877

31 de dezembro de 2009	Telecomunicações	Satélite	TV por assinatura	Eliminações (*)	Consolidado
Receita operacional líquida	10.292.538	438.357	98.362	(227.280)	10.601.977
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(5.875.742)	(67.451)	(88.210)	220.801	(5.810.602)
Lucro bruto	4.416.796	370.906	10.152	(6.479)	4.791.375
Despesas operacionais, líquidas	(1.889.635)	(16.561)	(81.715)	6.479	(1.981.432)
Depreciação e amortização	(1.181.592)	(118.692)	(11.141)	–	(1.311.425)
Lucro (prejuízo) operacional	1.345.569	235.653	(82.704)	–	1.498.518
Resultado financeiro					
Receita financeira	100.523	26.407	1.419	–	128.349
Despesa financeira	78.771	88.075	(410)	–	166.436
Equivalência patrimonial	366.761	(4)	–	(109.425)	257.332
Lucro (prejuízo) antes de impostos e participações de não controladores	1.891.624	350.131	(81.695)	(109.425)	2.050.635
Imposto de renda e contribuição social	(599.355)	(118.817)	–	–	(718.172)
Participações de não controladores	(8.415)	–	–	(46.262)	(54.677)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.283.854	231.314	(81.695)	(155.687)	1.277.786
Ativos operacionais	15.006.371	1.402.165	302.085	(183.617)	16.527.004
O total do Ativo inclui:					
Investimentos em coligadas	1.380.278	–	–	–	1.380.278
Passivos operacionais	15.006.371	1.402.165	302.085	(183.617)	16.527.004

(*) As eliminações referem-se, basicamente, as transações inter-segmento e aos saldos eliminados na consolidação. As receitas eliminadas devem-se, principalmente, às operações de aquisição de capacidade satelital dos segmentos de telecomunicações e TV por assinatura para com o segmento de satélite.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social realizado

Em 29 de outubro de 2010, a Reunião do Conselho de Administração aprovou o aumento do capital no montante de R$399.365, mediante a emissão de 37.735.589.637 novas ações, sendo 19.558.612.629 ações ordinárias e 18.176.977.008 ações preferenciais. A integralização deste aumento de capital foi efetuada, mediante a capitalização de créditos de titularidade dos acionistas controladores de Sociedade (Telmex Solutions Telecomunicações Ltda. ("Telmex Solutions") e Consertel - Controladora de Servicios de Telecomunicaciones S. A. de C.V. ("Consertel")), decorrentes dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e aprovados na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2010.

Em 22 de outubro de 2009, a Reunião do Conselho de Administração aprovou o aumento do capital no montante de R$302.039, mediante a emissão de 28.389.602.968 novas ações, sendo 14.714.524.206 ações ordinárias e 13.675.078.762 ações preferenciais. A integralização deste aumento de capital foi efetuada, principalmente, mediante a capitalização de créditos de dividendos de titularidade dos acionistas controladores diretos da Sociedade (Telmex Solutions e Consertel).

O capital autorizado é de 1 trilhão e duzentos bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. O capital social subscrito é de R$6.018.064, representado por 1.088.244.549 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas (em lotes de mil ações): 564.044.547 mil ações ordinárias e 524.200.002 mil ações preferenciais. O valor patrimonial das ações é de R$9,60 em 31 de dezembro de 2010 (R$9,13 em 31 de dezembro de 2009 e R$8,23 em 01 de janeiro de 2009), por lote de mil, expressos em reais.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

b.2) Reserva de lucros a realizar

Reserva oriunda da cisão da Telebrás (Nota 1), supostamente originada de resultados de correção monetária e de ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos da controlada Embratel. Em 31 de dezembro de 2009, o valor realizado foi de R$401.146. Em consonância com o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/Nº 01/2005, o saldo da Reserva de Lucros a Realizar formado sob a vigência da Lei nº 10.303/01 mantém as características originais, ou seja, a parcela realizada comporá a base de cálculo dos dividendos.

b.3) Reserva para investimentos

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade constituiu reserva para investimentos com a destinação do lucro líquido ajustado remanescente do exercício e dividendos prescritos totalizando R$473.514 (R$1.224.052 em 31 de dezembro de 2009 e R$927.601 em 01 de janeiro de 2009).

A proposta de Orçamento de Capital será submetida à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

c) Dividendos

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido.

Lucro líquido do exercício	723.006
Mudanças de políticas contábeis em 01 de janeiro de 2009 (Nota 2)	67.042
Realização de reserva de lucros a realizar por consequência da adoção do IFRS no exercício de 2009	(14.923)
Base para cálculo da reserva legal	775.125
Apropriação à reserva legal	(38.756)
Lucro líquido ajustado	736.369
Percentual de dividendos mínimos estatutários	25%
Dividendos mínimos	184.092
Dividendos adicionais para pagamento obrigatório aos preferencialistas	80.871
Total de dividendos	264.963
Total de ações em lotes de mil	1.088.244.549
Valor unitário em Reais por lote de mil ações ordinárias	R$0,1613904446
Valor unitário em Reais por lote de mil ações preferenciais	R$0,3318039581

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado (i) direito à prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Sociedade, ou (ii) recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária, o que for maior, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

d) Destinação do lucro líquido ajustado

Lucro líquido do exercício	723.006
Mudanças de políticas contábeis em 01 de janeiro de 2009 (Nota 2)	67.042
Realização de reserva de lucros a realizar por consequência da adoção do IFRS no exercício de 2009	(14.923)
Base para cálculo da reserva legal	775.125
Apropriação à reserva legal	(38.756)
Lucro líquido ajustado	736.369
Percentual de dividendos mínimos estatutários	25%
Dividendos mínimos	(184.092)
Dividendos adicionais para pagamento obrigatório aos preferencialistas	(80.871)
Total de dividendos	(264.963)
Prescrição de dividendos a pagar de exercícios anteriores	2.108
Transferência para reserva de investimentos	473.514

e) Plano de opção de compra de ações

O plano de opção de compra de ações foi aprovado em AGE realizada em 17 de dezembro de 1998 e é regulamentado pela Comissão de Administração do plano de opção de compra de ações, nos limites de sua competência.

Os contratos concedem a opção de compra de ações preferenciais a diretores e certos empregados a preço de exercício pré-definido na data da outorga, estabelecendo os prazos e condições em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção ("vesting period") e o limite máximo de 10 (dez) anos para o exercício deste direito.

As ações adquiridas por exercício da opção manterão todos os direitos pertinentes às ações de igual classe e espécie, inclusive quanto aos dividendos.

Conforme regras estabelecidas no Plano de Opções, com a mudança do controle acionário da Sociedade em 23 de julho de 2004, as opções concedidas se tornaram integralmente exercíveis, podendo ser exercidas dentro dos prazos originais das outorgas recebidas por cada beneficiário.

A Sociedade avaliou o pronunciamento CPC 10 Pagamentos Baseados em Ações, não encontrando efeitos relevantes ou outras divulgações adicionais necessárias.

Quantidade de opções de compra de ações preferenciais (lote de mil ações)

Opções em aberto em 01 de janeiro de 2009	54.475
Opções canceladas em 2009	(4.000)
Opções vendidas em 2009	(4.000)
Opções em aberto em 31 de dezembro de 2009	46.475
Opções em aberto em 31 de dezembro de 2010	**46.475**
Preço médio ponderado de exercício das opções de compra em 31 de dezembro de 2010 (por lote de mil ações, expresso em reais)	**7,71**

26. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, seguem abaixo as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010.

O lucro básico e diluído por ação foi calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias dos controladores e não controladores, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir estabelece o cálculo dos lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias - lucro básico e diluído por ação	**328.438**	652.583
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	**547.861.805**	532.593.374
Lucro básico e diluído por lote de mil ações em R$	**0,60**	1,23
Lucro líquido atribuível a detentores de ações preferenciais - lucro básico e diluído por ação	**394.568**	625.203
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	**509.160.420**	494.970.563
Lucro básico e diluído por lote de mil ações em R$	**0,77**	1,26

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

27. Transações com partes relacionadas

27.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado.

Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

27.2. Composição e natureza das transações

Os principais valores estão descritos a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo			
Circulante			
Contas a receber			
Claro (a)	**255.142**	452.175	388.371
NET (b)	**177.403**	166.668	84.239
Telstar Uruguai	**–**	1	–
Contas a receber (call center) (c)			
Claro	**–**	3.125	7.963
NET	**–**	16	565
Administrações estrangeiras (d)			
Telmex - México	**1.273**	1.709	726
Telmex - Chile	**1.009**	1.810	2.078
Telmex - Argentina	**2.687**	2.178	4.171
Telmex - USA	**13.473**	9.513	9.385
Telmex - Colômbia	**44**	106	183
Telmex - Peru	**196**	102	17
Telmex - Uruguai	**43**	17	–
ATT - USA	**9.238**	10.413	6.154
UNINET - México	**2.207**	1.203	1.489
Telstar Uruguai	**4**	–	–
Despesas antecipadas			
NET	**56.052**	39.897	31.847
Créditos com partes relacionadas			
Claro	**35.228**	–	–
Outros ativos circulantes			
Telmex Solutions	**–**	1	6
Não circulante			
Créditos com partes relacionadas			
Claro (e)	**257.369**	–	–
Outros ativos			
NET	**100.343**	92.160	66.569
Intangível			
NET	**678.409**	858.980	–

(a) Valores a receber da Claro referem-se, principalmente, a tráfego telefônico de longa distância originado em terminais pós-pagos e pré-pagos de usuários desta prestadora, bem como originado em terminais internacionais visitantes na rede da Claro. Contempla também serviços de telecomunicações prestados diretamente à Claro, principalmente relacionados a fornecimento de capacidade de transmissão.

(b) Valores a receber da NET referem-se, principalmente, a serviços de telefonia para assinantes da NET, bem como outros serviços de voz (0800 e VIPLINE) e de internet prestados pela controlada Embratel. Adicionalmente, compreende despesas antecipadas classificadas em outros ativos (circulante e não circulante), referentes a serviços de fornecimento de fibra óptica e compartilhamento de custos relativos aos serviços de telefonia para assinantes da NET.

(c) Valores a receber de *"call center"* referem-se aos serviços de tele-atendimento prestados pela controlada BrasilCenter para a Claro e NET.

(d) Valores a receber de administração estrangeira referem-se a tráfego telefônico de longa distância originado em terminais no exterior e destinado a terminais no Brasil.

(e) Em dezembro de 2010, foi celebrada, com a controlada Telmex do Brasil, a operação de compra do fluxo de receita futura da Claro até o exercício de 2014, até então detido pela Sercotel, por R$292.597 (correspondente a uma carteira de R$395.900), com a contratação de empréstimo externo junto a América Móvil em 04 de janeiro de 2011, sem garantia, com os seguintes instrumentos contratuais:

Tranche 1 - Valor USD59,500,000.00 - (i) taxa de juros: Libor 6 M + Spread 1,5%a.a. (ii) vencimento do principal:15/10/2012

Tranche 2 - Valor USD52,000,000.00 - (i) taxa de juros: Libor 6 M + Spread 1,55%a.a. (ii) vencimento do principal:15/10/2013

Tranche 3 - Valor USD62,000,000.00 - (i) taxa de juros: Libor 6 M + Spread 1,6%a.a. (ii) vencimento do principal:15/10/2014

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar			
Claro (a)	**93.556**	238.922	228.865
NET (a)	**40.602**	52.864	84.491
Telmex - Chile	**111**	100	113
Telmex - USA	**3.658**	2.533	1.357
Telmex - Argentina	**335**	461	558
Telmex - Colômbia	**62**	223	136
Telmex - Peru	**32**	8	25
Telmex - Uruguai	**61**	64	71
UNINET - México	**122**	171	28
Sercotel	**292.597**	–	–
Procisa do Brasil	**2.348**	520	–
Hildebrando	**1.693**	–	–
Telmex México	**(99)**	–	–
Administrações estrangeiras (a)			
Telmex - México	**440**	525	879
Telmex - Chile	**1.209**	295	690
Telmex - USA	**2.033**	2.243	3.075
Telmex - Argentina	**1.113**	529	218
Telmex - Colômbia	**26**	–	–
Telmex - Peru	**40**	19	32
Telmex - Uruguai	**1**	1	7
ATT - USA	**438**	1.690	247
UNINET - México	**55**	57	–
Empréstimos			
Sercotel (c)	**16.840**	–	–
Claro Chile (d)	**26.000**	–	–
Receita antecipada (b)			
NET	**172.536**	169.926	–
Outros			
NET	**21.426**	63.059	–
Procisa do Brasil	**7.440**	426	–
Creo Sistemas, S.A.C.	**–**	960	–
Não circulante			
Receita antecipada			
NET (b)	**487.307**	665.545	–
Empréstimo			
Sercotel (c)	**1.576.274**	–	–
Claro Chile (d)	**986.501**	–	–

(a) Valores a pagar a NET, a Claro e administrações estrangeiras referem-se ao uso de rede dessas empresas para originar ou terminar chamadas telefônicas de longa distância.

(b) Receita antecipada está representada pela operação de venda de capacidade para NET.

(c) As principais informações deste instrumento contratual são: (i) taxa de juros: CDI + 1,4 (ii) vencimento do principal: 27 de agosto de 2014 e 26 de novembro de 2014 e (iii) sem garantias.

(d) As principais informações deste instrumento contratual são: (i) taxa de juros: CDI + 1,4 (ii) vencimento do principal: 08 de novembro de 2014 e (iii) sem garantias.

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Resultado		
Receitas operacionais		
Tráfego nacional		
Claro	**292.423**	415.652
NET	**471.699**	337.729
Tráfego internacional		
Telmex - México	**1.945**	2.107
Telmex - Argentina	**1.627**	2.861
Telmex - USA	**16.324**	16.073
Telmex - Chile	**277**	654
Telmex - Colômbia	**306**	456
Telmex - Peru	**228**	340
Telmex - Uruguai	**119**	128
ATT - USA	**23.301**	20.783
UNINET - México	**4.200**	2.578
Internet banda larga		
Telmex - Argentina	**970**	1.324
Telstar - Uruguai	**14**	4
Call Center		
Claro	**–**	38.517
NET	**–**	16
Custo dos serviços prestados		
Tráfego nacional		
Claro	**(1.146.719)**	(1.285.841)
NET	**(420.002)**	(356.955)
Tráfego internacional		
Telmex - México	**(488)**	(668)
Telmex - Argentina	**(2.088)**	(1.020)
Telmex - USA	**(3.096)**	(2.773)
Telmex - Chile	**(1.395)**	(537)
Telmex - Colômbia	**(201)**	(685)
Telmex - Peru	**(62)**	(86)
Telmex - Uruguai	**(8)**	(23)
ATT - USA	**(4.897)**	(8.335)
UNINET México	**(587)**	(530)
Comercialização de serviços		
Claro	**(53.631)**	(54.896)
NET	**(25.687)**	(23.615)
Gerais e administrativas		
Claro	**(956)**	(1.310)
Procisa do Brasil	**(9.661)**	(11.316)
Creo Sistemas, S.A.C.	**(354)**	(980)
Hildebrando	**(8.692)**	**–**
Telmex México	**(6.667)**	**–**
Outras despesas operacionais, líquidas		
Telmex Solutions	**(5)**	5
Telmex México	**–**	(2.667)
Creo Sistemas, S.A.C.	**–**	(970)

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Telmex - México	**(58)**	(283)
Telmex - Argentina	**69**	837
Telmex - USA	**(437)**	(1.202)
Telmex - Chile	**(11)**	(1)
Telmex - Colômbia	**(5)**	(71)
Telmex - Peru	**(8)**	(44)
Telmex - Uruguai	**(2)**	(11)
ATT - USA	**(322)**	(1.131)
UNINET - México	**(85)**	(228)
NET	**10.899**	6.618
Telmex - Ecuador	**(2)**	–
Sercotel	**(18.884)**	–
Despesas financeiras		
Telmex - México	**9**	233
Telmex - Argentina	**114**	(190)
Telmex - USA	**209**	(326)
Telmex - Chile	**27**	(282)
Telmex - Colômbia	**4**	99
Telmex - Peru	**4**	9
Telmex - Uruguai	**3**	24
ATT - USA	**56**	292
UNINET - México	**9**	(6)
Sercotel	**(16.707)**	–
Claro Chile	**(26.000)**	–

A controlada Embratel possui com a NET um modelo de negócio (NET Fone) que visa o compartilhamento de resultados, para proporcionar aos assinantes serviços integrados de vídeo, banda larga e voz (*triple-play*) através da rede bi-direcional da NET. A comercialização deste produto iniciou-se no final de março de 2006.

O contrato deste modelo do NET Fone tem como principal objetivo a exploração de serviços de voz com base nas outorgas de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) da controlada Embratel e/ou mediante outra estrutura que melhor se adapte à sua exploração pelas partes, mediante a utilização da rede da NET para acesso aos clientes finais, com a utilização simultânea da rede de comunicações da controlada Embratel.

Adicionalmente, foi celebrado entre as partes o Contrato de Locação de Fibra Óptica que permite a controlada Embratel alugar fibra óptica excedente da NET. Este contrato possibilita que a controlada Embratel amplie sua rede de acesso ao mercado e representa um passo importante para que a controlada Embratel amplie, de forma ágil, sua oferta de serviços de telecomunicações integrados (voz local e de longa distância, dados, banda larga, Internet, imagem e serviço de administração de redes) para vários segmentos.

As principais transações da Sociedade e de suas controladas envolvendo a NET estão registradas com base em preços e condições definidos conforme segue:

- Projetos especiais - Pagos com base no percentual de custos incorridos de cada projeto, de acordo com o contrato.
- Despesas de acesso à rede - Pagas de acordo com o aumento da base de assinantes do NET Fone.
- Despesas de aluguel de fibras ópticas - Pagas de acordo com contrato específico realizado em condições usuais de mercado.
- Despesa NET Fone - Pagos com base em 50% do resultado líquido apurado das contas faturadas pela controlada Embratel, deduzidos os custos de interconexão.
- A NET é responsável pela emissão de faturas dos clientes de NET Fone e por repassar os valores pertinentes à controlada Embratel.
- Despesa de pequenas e médias empresas - Pagas de acordo com cláusulas contratuais específicas, a 50% do resultado líquido apurado das contas faturadas pela controlada Embratel, deduzidos de impostos e interconexão.

Em dezembro de 2009, a controlada Embratel investiu o montante de R$873.539 na aquisição irretratável e irrevogável de direito de uso de capacidade de transmissão gerada pela rede coaxial Net pelo prazo de 5 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período mediante futura negociação comercial entre as partes. A Sociedade considera o valor do investimento como intangível, a ser amortizado pelo prazo do contrato.

Adicionalmente, em dezembro de 2009 foi formalizada operação de venda de capacidade, pelo valor de R$849.632, através da qual é concedido a NET direito irrevogável de uso do backbone IP da controlada Embratel pelo prazo de 5 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período mediante futura negociação comercial entre as partes. Este valor foi registrado como receita antecipada e será apropriado a resultado de acordo com o prazo contratual.

Os valores a receber e a pagar decorrentes destas transações foram demonstrados líquidos no balanço patrimonial, tendo sido pagos durante o 1º trimestre de 2010.

A controlada Embratel também possui acordo celebrado com a Claro, desde outubro de 2006, tendo por objeto a aquisição pela Claro de Capacidade de Backbone para seu uso, composto de capacidade do Backbone Próprio da controlada Embratel, necessária à interligação das estações do Backbone Claro e demais estações que venham a ser adicionadas à Topologia deste Backbone. Não constitui objeto do acordo a capacidade destinada à conexão de estações rádio-base da Claro com os demais elementos de rede ou capacidades satelitais, que somente serão disponibilizadas mediante contratação específica. Em dezembro de 2008 as partes assinaram aditivo contratual para contemplar a possibilidade de variação na entrega mensal de capacidade.

27.3. Remuneração dos administradores

O valor das remunerações do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária, por serviços prestados é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Salários/pro labore	**828**	829	**6.201**	5.281
Benefícios diretos e indiretos	**–**	–	**737**	736
Bônus	**–**	–	**549**	489
Participação nos resultados	**–**	–	**1.983**	1.680
Total	**828**	829	**9.470**	8.186

28. Seguros

A Administração da Sociedade considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros, sendo que na modalidade de riscos operacionais os montantes em 31 de dezembro de 2010 são como seguem:

Controlada	Valor em risco para danos materiais (1)
EBT	**17.205.407**
Star One (2)	**264.122**
TdB	**150.879**
PMS	**132.538**
BrasilCenter	**48.455**
Tvsat	**285.640**

(1) A apólice de riscos operacionais contempla cobertura para lucros cessantes conforme condições constantes das mesmas.

(2) Os seguros em órbita dos satélites B4, C1 e C2 e dos 11 transponders do satélite C12 são objetos de apólices específicas.

O limite máximo de indenização é de R$581.000 abrangendo todas as empresas do grupo, estando sujeito para cada empresa às condições da apólice.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Sociedade.

29. Evento subsequente

Em 13 de janeiro de 2011, a controlada Embratel concluiu a aquisição, por oferta pública voluntária, das ações preferenciais remanescentes em circulação da NET. Esta oferta foi simultânea em São Paulo e Nova Iorque.

Como resultado total da OPA, a controlada Embratel adquiriu um total 193.701.299 ações preferenciais, e foram investidos R$4.457.187, representativas de 84,8% da totalidade das ações preferenciais da NET em circulação na data do leilão.

A atual participação, direta e indireta, da Sociedade, em conjunto com a controlada Embratel, no capital social total da NET é de 91,9%.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS HENRIQUE MOREIRA
Presidente do Conselho de Administração

JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ
Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Diretor Presidente e Vice-Presidente da Empresa

DILIO SERGIO PENEDO
Membro

ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA
Membro

JOEL KORN
Membro

OSCAR VON HAUSKE SOLIS
Membro

ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO
Membro

DIRETORES

ISAAC BERENSZTEJN
Diretor Econômico-Financeiro
e Diretor de Relações com Investidores

DIRETORIA DE CONTROLADORIA

MÁRCIA MOTTA SÁ
Diretora
CRC-RJ-051.848-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

1. O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as demonstrações financeiras da controladora e consolidado da Embratel Participações S.A. ("Embrapar"), levantadas em 31 de dezembro de 2010, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração e auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. ("Ernst & Young Terco") conforme parecer emitido em 8 de fevereiro de 2011.

2. O Conselho Fiscal, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Valores Adicionados e as notas explicativas às Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, com base nas análises periódicas, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e, ainda, valendo-se do parecer dos Auditores Independentes, Ernst & Young Terco, apresentado sem ressalvas, é de opinião que as demonstrações financeiras referidas acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da controladora e consolidada da Embrapar em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

3. Em consonância com o disposto no Art. 163 da Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal opina favoravelmente pela aprovação das referidas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2011.

RUY DELL'AVANZI
Presidente do Conselho

EDISON GIRALDO
Conselheiro Efetivo

ANDRÉ LEAL FAORO
Conselheiro Efetivo

continua

continuação

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.124/0001-12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Embratel Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Embratel Participações S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Embratel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Embratel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Embratel Participações S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL
CNPJ/MF nº 33.530.486/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – Embratel submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

1 - Introdução
A Embratel é referência nacional em telecomunicações, prestando serviços de voz, dados, multimídia e redes corporativas. A Embratel é controlada pela Embratel Participações S.A. ("Embrapar"), empresa que detém 99,2% de suas ações ordinárias, e tem entre seus principais investimentos as participações em:

- Primesys Soluções Empresariais S.A. ("Primesys") - empresa de terceirização de serviços de telecomunicações, que atende a clientes de grande porte como os grandes bancos de varejo.
- Star One S.A. ("Star One") - maior operadora de satélites de comunicações da América Latina, fornecendo capacidade satelital para diversas aplicações, tais como, transmissão de televisão, dados, voz e banda larga.
- Embratel Tvsat Telecomunicações Ltda. ("Via Embratel") – empresa de televisão por assinatura via satélite Direct To Home (DTH).
- Brasilcenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter") - operadora de call center que faz o atendimento a clientes Embratel.

A Embratel tem participação, direta e indireta através da GB Empreendimentos e Participações S.A. – "GB", na Net Serviços de Comunicação S.A. ("NET"), operadora de TV por assinatura e banda larga.

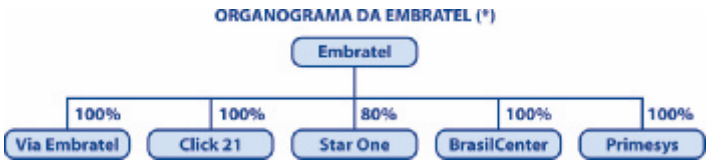
Histórico
A força da marca Embratel foi construída em 45 anos de atuação entre os brasileiros. Criada em 1965, a empresa incorporou o satélite às comunicações do país em 1969, provendo a base tecnológica para a formação de redes nacionais de televisão. Lançou o Discagem Direta à Distância (DDD) e uma sucessão de inovações indispensáveis ao desenvolvimento, como a Rede Nacional de Telex, a Discagem Direta Internacional (DDI) e a Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes (Renpac) – um salto para o mercado corporativo. Nos anos 90, introduziu a Internet comercial no Brasil.
Ao vencer o desafio de dotar o país de uma infraestrutura de telecomunicações, a Companhia tornou-se presente em todo o território nacional. Graças à sofisticada rede de satélites, transporte terrestre de sinais (rádio e fibra óptica) e serviços, a Companhia é reconhecida pela tecnologia de ponta, qualidade dos produtos e capacidade de relacionamento com os clientes. Esses atributos reforçam a sua competitividade ante as transformações profundas no setor, motivadas por um novo modelo de telecomunicações, pela privatização e pela internacionalização do mercado.
Nesse cenário concorrencial, a Embratel avança na convergência de serviços e na adoção da tecnologia IP (Internet Protocol), fiel à sua trajetória de inovação contínua. Para os clientes corporativos, desenvolve soluções convergentes de telefonia e dados em redes IP; para os residenciais, oferece a alternativa Triple Play – telefonia, Internet banda larga e televisão por assinatura. A dianteira da empresa no mundo IP vai ao encontro de um fator-chave no futuro das comunicações: a oferta de banda para a convergência de voz, dados, vídeo e outros serviços multimídia.

Ingresso da Telmex e Investimentos no País
Em 2004 a Teléfonos de México S.A. de C.V. ("Telmex") adquiriu o controle de sua controladora Embrapar, já tendo investido em torno de R$6,3 bilhões como parte de amplo programa de reestruturação operacional e financeira, dando às empresas do grupo condições de crescer e maior capacidade de competição no mercado.
A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços e o desenvolvimento do Brasil, investindo em média R$1,5 bilhão ao ano em infraestrutura necessária ao crescimento de serviços de telefonia local, transmissão de dados, Internet banda larga, via satélite e TV por assinatura.

Aquisições
Em 07 de outubro de 2010, em leilão realizado na BM&FBOVESPA - Segmento BOVESPA, a Embratel adquiriu, através da oferta pública de ações ("OPA"), 143.853.436 ações preferenciais de emissão da NET. Dado que esta quantidade representava mais de 2/3 das ações preferenciais em circulação na data do leilão, a Embratel estendeu a OPA até 13 de janeiro de 2011, tendo adquirido neste período mais 49.847.863 ações preferenciais. Ao final, o número total de ações preferenciais adquiridas através da OPA foi de 193.701.299, e o valor pago R$4.457 milhões.
A atual participação, direta e indireta, da Embratel, em conjunto com a Embrapar, no capital social total da NET é de 91,9%.

Universalização
Em nome da integração de todos os brasileiros, a Embratel cumpre com fidelidade e pontualidade o compromisso de facilitar o acesso à telefonia fixa, seja qual for a localização ou a condição sócio-econômica dos usuários. A Embratel foi a primeira a ter metas de universalização certificadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em janeiro de 2007. Ao final de 2010, eram 1.660 os telefones de uso público (TUPs) instalados pela empresa, conforme prevê o contrato de concessão e o Plano Geral de Metas para Universalização (PGMU) da telefonia.

Estrutura Acionária em 2010



(*) Compreende as principais empresas do grupo.

Recuperação Econômica e Inflação
O ano de 2010 foi um ano de crescimento econômico para o Brasil – o crescimento do PIB foi de 7,5% quando comparado a 2009 – impulsionado principalmente pelo início da recuperação das economias mais desenvolvidas (EUA, Europa e Japão), pela forte retomada da demanda mundial por commodities (petróleo e derivados, minérios e alimentos) e pela robustez do mercado interno doméstico (famílias, governo e investimentos). Porém, a aceleração do crescimento causou um aumento significativo da inflação em 2010, fazendo com que esta ficasse próxima do limite superior da meta do Banco Central do Brasil (6,5% ao ano). Para 2011 são esperados aumentos sucessivos na taxa básica de juros (Selic) para tentar conter o consumo e trazer a inflação para o centro da meta (4,5% ao ano).
Aproveitando a boa fase da economia nacional a Embrapar teve um ano de bons resultados, aumentando suas receitas com uma gestão focada em custos e investimentos com alto nível de retorno, o que implicou em uma melhora significativa de sua margem EBITDA.
Em 2010 a Companhia manteve sua estratégia de diversificação e massificação de receitas, diminuindo sua dependência da linha de negócios Longa Distância através de investimentos para o crescimento e fortalecimento das linhas de negócios Serviços Locais (Livre e NET Fone) e TV por Assinatura (Via Embratel).

Serviços Locais
A Embratel manteve o contínuo crescimento de sua participação no Mercado de Serviços Fixos Locais, liderado pelo NET Fone via Embratel, e Livre, ofertas de telefonia local para o mercado residencial.
A Embratel manteve-se na primeira posição no ranking de recepção de linhas entre as operadoras de telefonia fixa pelo segundo ano consecutivo, superando a marca de 1 milhão de linhas portadas.

Via Embratel
Outro ponto de destaque em 2010 foi a evolução da linha de negócios de TV por Assinatura Via Satélite ("Via Embratel") lançada em 1º de dezembro de 2008.
Ao final de 2010, a Via Embratel contabilizava uma base superior a 1 milhão de assinantes, um crescimento de 300% em relação à base de 2009, representando cerca de 12% do market share do mercado total de TV por Assinatura e 25% do segmento de TV por assinatura via satélite - DTH.

Patrocínio aos Jogos Olímpicos Rio 2016
Em março de 2011, o consórcio formado pelas empresas Embratel e Claro foi escolhido para se tornar o patrocinador nacional exclusivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na categoria Serviços de Telecomunicações, associando sua marca aos Jogos Olímpicos Rio 2016 e ao Comitê Olímpico Brasileiro. O Consórcio Embratel-Claro apresentou a melhor proposta e a mais consistente do ponto de vista técnico, contemplando projetos de apoio ao desenvolvimento do esporte olímpico brasileiro e de promoção dos Jogos Olímpicos Rio 2016 por todo o País.

Empréstimos e Financiamentos
No ano de 2010 a Embratel, baseada na forte geração de caixa do Grupo América Móvil, realizou um programa de redução de exposição ao risco cambial. Os pré-pagamentos das dívidas estrangeiras, realizados com o intuito de zerar o risco cambial da empresa e diminuir seu custo de captação líquido (taxa de juros + custo de hedge), visaram também aproveitar as condições favoráveis de mercado e as baixas cotações do Dólar Americano (USD) frente ao Real (BRL).
Por outro lado, para suportar o investimento realizado na oferta pública voluntária pelas ações preferenciais em circulação da NET, a Embratel colocou no mercado em outubro de 2010, R$2.430 milhões em debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 3 anos, cujos recursos foram integralmente destinados à liquidação financeira da OPA da NET.

Impostos, Taxas e Contribuições
Em 2010, no consolidado, foram reconhecidas como despesas de impostos e contribuições cerca de R$4,6 bilhões. Dentre esses tributos, destacam-se ICMS, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, além de outras contribuições federais, tais como: FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações), FISTEL (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações) e Taxa de Renovação da Concessão ANATEL.

Governança Corporativa

- Governança corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a empresa, particularmente seus acionistas. Para isso, a Embratel dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Política de Divulgação, Política de Relações com Investidores, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente.
- Projeto Sarbanes Oxley ("SOX") - a Companhia está dando continuidade ao cumprimento da Lei Sarbanes Oxley, visando manter um elevado nível dos controles internos e, na condição de investimento relevante da Telmex Internacional, suportar o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. Em 2010, encontravam-se levantados e revisados 73 processos relevantes, tendo sido processadas as melhorias e correções necessárias. A Administração da Embratel avalia que a aplicação das exigências da SOX acabou por trazer relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos.
- Conselho de Administração – Composto por sete membros, todos eleitos em Assembleia Geral.
- Código de Ética – implantado em 2005, o Código reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Comitê de Ética se reúne periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas.

Em atendimento às disposições contidas na Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

2 - Setor de Telecomunicações

Regulatório
Entre as inovações da telefonia fixa que começaram a vigorar em 2010 ou tiveram seu desenvolvimento iniciado em 2010, destacam-se:

- Uso Eficiente do Espectro: em novembro de 2010, a Anatel aprovou a Resolução nº 548/10 cujo anexo constitui o Regulamento para Avaliação do Uso Eficiente do Espectro de Radiofreqüências. Por meio de tal instrumento foram definidos os critérios para avaliação da eficiência de uso do espectro para sistemas terrestres ponto a ponto e ponto-área e para sistemas satélites.
- Serviço Móvel Pessoal (SMP) por meio de Rede Virtual: em novembro de 2010 foi publicada pela Anatel a Resolução nº 550/10 por meio da qual foi aprovado o Regulamento para exploração do SMP por meio de Rede Virtual.
- Regulamentação do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU): em fevereiro de 2010, a Anatel aprovou o Regulamento do PGMU do Sistema Telefônico Fixo Comutado ("STFC") objeto do Decreto nº 4769/03 com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 6424/08, tendo por função estabelecer, de forma mais detalhada, os critérios e procedimentos para acompanhamento e controle referentes ao cumprimento de obrigações de universalização do STFC definidas nos decretos mencionados. Uma série de obrigações impostas à Embratel no texto da consulta pública foram suprimidas no texto final.
- Contratos de Concessão, PGMQ e PGMU: no ano de 2009 foi iniciado o processo de consultas públicas prévias à revisão dos termos dos Contratos de Concessão para a prestação do STFC, Plano Geral de Metas de Qualidade ("PGMQ") e Plano Geral de Metas de Universalização ("PGMU") válido para o período de 2011-2015. O mencionado processo teve continuidade ao longo de todo o ano de 2010 e permanecerá em curso ao longo do ano de 2011. A assinatura foi adiada de dezembro de 2010 para maio de 2011 devido a negociações sobre metas adicionais de universalização no PGMU. A consulta pública do PGMQ também será refeita considerando alterações propostas pelo Conselho Diretor da Anatel.
- Alterações em Condições de Uso de Radiofreqüências: em fevereiro de 2010, a Anatel aprovou alterações no Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofreqüências na faixa de 3,5 GHz e, em dezembro de 2010, no Regulamento relativo à faixa de 450 MHz. As alterações introduzidas trazem desafios e oportunidades para as prestadoras de serviços de telecomunicações.

Revisão de importantes normas aplicáveis aos serviços de telecomunicações: no ano de 2010 foi iniciado o processo de revisão através de várias consultas públicas em andamento, dentre outros, do Regulamento sobre critério de reajuste das tarifas das chamadas do STFC envolvendo acessos do SMP, Regulamento de Fiscalização, Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada, Regulamento de Acompanhamento e Controle dos Bens Vinculados à Concessão, Regulamento do STFC, Regulamento de Remuneração de Redes do STFC e Regulamento de áreas locais.

Competências Tecnológicas - A Rede da Embratel
A Embratel está na linha de frente da convergência tecnológica. Operadora do maior Backbone IP do país, graças ao pioneirismo na introdução da Internet entre os brasileiros, a empresa oferece serviços integrados para os clientes residenciais e corporativos, ocupando mais uma vez a posição de vanguarda em novas tecnologias. Os recursos do mundo IP proporcionam soluções convergentes de voz, Internet, televisão e outros serviços para residências e corporações – não só as grandes, mas também as médias e pequenas empresas. Com cobertura nacional, a Embratel tem respostas integradas para todo o mercado. Sua atuação conta com a sinergia de pessoas e fatores tecnológicos – a maior equipe de engenheiros do Brasil na área de telecomunicações e uma infraestrutura de fibras ópticas, rádio-comunicação e satélites construída em mais de quatro décadas. Presente em todo o território nacional com o mais destacado quadro de profissionais brasileiros em telecomunicações. A eles somam-se os especialistas da Star One, que operam os satélites e da Primesys que operam redes corporativas.

Soluções Residenciais
No mercado domiciliar, atendido pela solução Triple Play, a parceria com a NET tem sido decisiva. Graças à capilaridade da rede de cabos coaxiais da Net e da malha de fibras ópticas da Embratel, mais de 3 milhões de clientes residenciais e empresariais formavam a base do NET Fone ("NET Fone") ao fim de 2010. A aceitação do produto demonstra como a integração de serviços no mundo IP abre um novo caminho para as comunicações, impulsionada por fatores como os avanços em tecnologia e infraestrutura, a diversificação de conteúdos e a demanda dos consumidores por praticidade e interatividade.
Marco recente do processo de inovação contínua da Embratel, a dianteira de mercado na tecnologia IP foi proporcionada pelo ingresso definitivo da empresa na telefonia local – um dos maiores desafios superados pela Embratel. Mesmo depois da privatização das telecomunicações, no fim dos anos 90, o acesso aos potenciais clientes da telefonia fixa permanecia fechado. As concessionárias detinham, com suas malhas de cabos, a exclusividade na oferta do serviço em todos os estados.
A Embratel abriu o próprio caminho à custa de tecnologia de ponta, e seu primeiro passo foi levar a telefonia local a clientes corporativos que já utilizavam os serviços de transmissão de dados. Suas centrais PABXs foram conectadas às modernas centrais telefônicas New Generation Network (NGN), com tecnologia IP da empresa, antes restritas ao tráfego interurbano e internacional. O segundo passo foi para o mercado residencial com o Livre - telefone fixo da Embratel. O terceiro passo foi o ingresso na era da convergência, através do lançamento do NET Fone em 2006, firmando-se como alternativa real de concorrência na telefonia fixa.

Redes IP
As competências tecnológicas e a infraestrutura da Embratel, potencializadas pelos recursos inteligentes do mundo IP, são vantagens competitivas no desenvolvimento de serviços integrados para o mercado empresarial. Com a convergência em redes IP, a empresa amplia a presença entre esses clientes, otimizando as possibilidades técnicas do tráfego de voz, dados e imagens em formato digitalizado num mesmo meio de transmissão.
Os serviços IP para o mercado corporativo proporcionam soluções diversificadas, de acordo com a necessidade do cliente. Entre elas, a formação de redes corporativas (Intranet) e comunidades de negócios (Extranet) para o tráfego nacional e internacional de voz, dados e videoconferência, conectando matrizes, filiais e parceiros em tempo real. Outros serviços interligam redes e realizam transmissão de dados e vídeo via satélite, utilizados por bancos, cadeias de postos de combustíveis e de varejo. A tecnologia IP também proporciona soluções de videoconferência em redes de duas ou mais empresas.
A Embratel recebeu a certificação de "Empresa Cisco Golden Partner", concedida pela Cisco aos parceiros que comprovem a existência de profissionais especializados e processos internos que garantam qualidade na prestação de serviços IP, desde a etapa de pré-vendas até o suporte operacional.

Redes HFC (Hybrid Fiber Coaxial)
A Embratel iniciou ao longo de 2010 a construção de rede própria HFC (Hybrid Fiber Coaxial) em mercados complementares aos da NET, de forma a ampliar a capilaridade da Embratel em cerca de 2,5 milhões de casas passadas, para oferta de serviços banda larga e de telefonia para os mercados residencial, pequenas e médias empresas ("PME") e corporativo, utilizando a tecnologia HFC de última geração.

Rede Internacional
A Rede Internacional de transmissão da Embratel é composta por 11 dos principais sistemas de cabos submarinos internacionais, os quais interligam o Brasil com os principais parceiros de negócios ao redor do mundo, alcançando todos os continentes. Destacam-se o Atlantis 2, que conecta Brasil diretamente a Europa, a África e a Argentina, e o Americas II, enlace de alta capacidade entre Brasil e Estados Unidos, ampliado para 260 Gbps de capacidade em 2010 e já em nova expansão, a ser concluída em 2011, a qual permitirá alcançar da ordem de 500 Gbps de capacidade própria da Embratel. Ampliando a diversidade da rede de transmissão, a Embratel também dispõe de capacidade em cabos privados e conexões diretas via enlaces terrestres de fronteira em fibra óptica com Argentina, Uruguai e Paraguai, garantindo assim uma rede de elevada disponibilidade.
Existem três centrais de comutação digitais para telefonia internacional e plataformas de redes de dados, todos com interconexão para as principais empresas de telecomunicações internacionais. Estas plataformas permitem o provimento de serviços de voz e dados com abrangência mundial. A rede IP internacional da Embratel está interconectada à rede internet mundial, com alto grau de confiabilidade e qualidade, através de 6 provedores de acesso nos pontos de presença da Embratel em Miami e Nova Iorque, os quais escoam o tráfego brasileiro de Internet por 150 Gbps de capacidade entre Brasil e Estados Unidos.

Solução e Administração de Redes
No atendimento a clientes corporativos de médio e grande porte, a Embratel conta com a expertise da Primesys, líder nacional na operação de redes administradas. A Primesys oferece serviços de alto valor agregado e terceirização completa de telecomunicações, posicionando-se como parceira preferencial de companhias e instituições que têm nas comunicações um fator crítico para o crescimento dos negócios.
A Primesys desenvolve e gerencia soluções customizadas, adaptando a tecnologia de ponta a toda a cadeia de valor do cliente, incluindo terceirização de redes internas e externas, incorporação de recursos humanos e equipamentos e gestão de contratos. Com recursos avançados de redes convergentes, a empresa assegura alta qualidade e segurança no compartilhamento de voz, dados e vídeo, tendo por base acordos de nível de qualidade de serviço firmados com cada cliente.
Reconhecida no mercado brasileiro pela excelência, a Primesys tem quatro diferenciais competitivos:

- nível de qualidade de serviço;
- abrangência;
- inovação e parcerias;
- experiência e pioneirismo.

Satélites de Comunicações
Pioneira em comunicações via satélite no Brasil, com o lançamento em 1985 da primeira geração de satélites brasileiros para comunicações domésticas, - o Brasilsat A1 e posteriormente o A2, a Companhia conta atualmente com uma frota de seis satélites em órbita geoestacionária (B2, B3, B4, C1, C2 e C12).
Todos os seus ativos no espaço, com exceção de um satélite lançado em condomínio com uma outra empresa, são operados a partir do Centro de Controle da Star One em Guaratiba (RJ). A frota da Star One compõe o maior sistema de satélites de comunicações da América Latina, os quais são capazes de receber e transmitir sinais de televisão, rádio, telefonia, Internet e dados para aplicações de entretenimento, telemedicina, teleducação e negócios, necessários para a interligação do país e essenciais para as comunidades mais distantes.
Os satélites mais recentes da Star One, o C1 e C2 foram lançados respectivamente em novembro de 2007 e abril de 2008. Estes novos satélites ampliaram a capacidade de recepção, transmissão e a abrangência das operações da empresa para toda a América do Sul indo até a América do Norte, fortalecendo a estratégia de expansão e renovação da frota, com oferta de novos serviços.
Com o compromisso renovado com o País e seus clientes para oferecimento de mais capacidade satelital para serviços de telecomunicações de maior qualidade via satélite, a Companhia, através da Star One, assinou em dezembro de 2009, contrato de construção e entrega em órbita de mais um satélite da série C - o Star One C3. A execução do projeto e construção do Star One C3 teve início em janeiro de 2010. O lançamento deste novo satélite está previsto para o primeiro semestre de 2012.
O Star One C3 terá configuração de 28 transponders em Banda C, faixa destinada à comunicação em geral, e 16 em Banda Ku, faixa destinada à transmissão de sinais de vídeo, dados, Internet e voz diretamente para os usuários. Sua cobertura abrangerá toda a América do Sul, incluindo o mar territorial brasileiro até a região do pré-sal, disponibilizando, com isso, maior capacidade de comunicação para a indústria de petróleo.

Referência em Inovação
Antes de virar produtos e ganhar o Brasil, todas as novas soluções desenvolvidas pela Embratel têm endereço certo: o Centro de Referência Tecnológica ("CRT"), na Ilha do Fundão, Rio de Janeiro. A empresa é a única operadora de telecomunicações do País a ter um centro do gênero, criado em 2001 para pôr à prova a eficiência e a qualidade dos serviços de telefonia, redes e transmissão de dados.
O CRT é um laboratório de testes e simulações em que a Embratel mantém um ambiente integrado com todas as tecnologias usadas em suas operações. Todos os equipamentos e redes que atendem aos clientes estão representados no centro. O local também integra fornecedores e clientes em torno de tecnologias de ponta que, depois, estarão ao alcance de todos os brasileiros.
Para muitos fornecedores, o centro oferece oportunidade única para a adaptação de produtos ao sistema telefônico brasileiro. A telefonia nacional tem especificidades raras, como a discagem direta a cobrar. O CRT, com engenheiros e técnicos especializados, além de efetivo móvel de pesquisadores em diversas áreas da empresa, está certificado pela ISO 17025, que atesta a qualidade da gestão do conhecimento que é marca na história da Embratel.

3 - Serviços
A Embratel oferece um portfólio completo de soluções de telecomunicação a todo o mercado brasileiro, incluindo telefonia local, longa distância nacional e internacional, transmissão de dados, vídeo e Internet, além de assegurar atendimento em qualquer ponto do território nacional por meio de soluções via satélite. Dentre esses serviços destacamos:

- **Redes Multiserviços, Redes Administradas e *Outsourcing*** - São soluções para formação de redes corporativas que utilizam diversas tecnologias (IP MPLS, Frame Relay, ATM e satélite). A Embratel pode assumir a gestão e a operação do ambiente de telecomunicações ou a rede corporativa de uma empresa. Por meio da Primesys é possível agregar maior valor às soluções de redes administradas da Embratel.
- **Internet e Valor adicionado** – A Embratel oferece desde uma simples conexão à Internet (dedicada) até a formação de redes para empresas e provedores (ISP), passando por serviços de hospedagem de *software*, *hardware* e gerência de segurança.
- **Internet residencial –** Para o mercado residencial, a Embratel oferece o Click 21, a Internet gratuita, que garante qualidade de conexão e serviços, através de chamada telefônica local.
- **Telefonia avançada –** São soluções de telefonia local, longa distância nacional e internacional, e de relacionamento (0800, 0300, 4004 e atendimento automático), com uso de Redes Inteligentes que proporcionam aos seus clientes corporativos economia, controle nos gastos além de facilidades que agregam valor aos seus respectivos negócios.
- **Telefonia básica de longa distância –** Como uma provedora de serviços de telefonia em todo território nacional, a Embratel oferece planos de tarifas para os mercados corporativo e residencial que são definidos de acordo com o perfil de consumo de cada cliente.
- **Telefonia local** – A Embratel oferece atualmente dois produtos de telefonia local residencial: o Livre e o Net Fone. Com o Livre, serviço oferecido sobre a rede fixa da Embratel, os clientes residenciais contam com planos, pós-pagos e pré-pagos, adequados às suas necessidades e ao seu perfil de uso, além de tarifas econômicas. O Net Fone é o serviço de voz local residencial da Embratel oferecido em parceria com a Net. Assim como o Livre, o valor da franquia mensal pode ser usado para fazer qualquer tipo de ligação local ou de longa distância pelo 21. Ambos oferecem serviços inteligentes: Identificador de Chamadas e Chamada em Espera; sendo que o Net Fone também oferece Siga-me e Conferência a Três, e o Livre disponibiliza Secretária Eletrônica. Já para o mercado corporativo a Embratel oferece telefonia local através dos serviços Vipline, Número Único e Embratel PME. Através da fatura detalhada, a empresa tarifa o serviço local por minuto permitindo ao usuário melhor controle de suas despesas com telecomunicações. O serviço de número único permite à empresa reunir as vantagens obtidas com a centralização e a eficiência de um serviço 0800, sem que ela própria ou o consumidor sejam onerados com o custo de ligações de longa distância. O Embratel PME é uma solução de telefonia e Internet destinada às pequenas e médias empresas, que reune oferta simples e uma Central de Atendimento exclusiva e pessoal.
- **TV por Assinatura DTH** - A Via Embratel é a TV por Assinatura da Embratel. Distribui sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite. Este novo serviço disponibiliza uma grande variedade de canais com pacotes de diferentes preços. A proposta é oferecer mais diversão, conhecimento, cultura e educação, complementando a programação dos canais abertos.
- **Outros Serviços** – A Embratel oferece, também, serviços para comunicação de dados, voz e imagem, além de transmissão de sinais de televisão e rádio.

4 - Desempenho Econômico – Financeiro Consolidado

Demonstrativo de Resultado Consolidado R$ milhões	2009	2010	%
Receita líquida	**10.580,7**	**11.219,1**	**6,0%**
Custos de serviços e produtos vendidos	(5.833,2)	(5.758,3)	-1,3%
Despesas de vendas	(1.272,7)	(1.409,1)	10,7%
Despesas gerais & administrativas	(635,8)	(639,0)	0,5%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(65,8)	(174,2)	164,7%
EBITDA	**2.773,2**	**3.238,5**	**16,8%**
Equivalência Patrimonial	43,0	85,9	99,8%
Depreciação & amortização	(1.292,3)	(2.069,0)	60,1%
EBIT	**1.523,9**	**1.255,4**	**-17,6%**
Receita financeira, variações cambiais e monetárias	125,0	180,5	44,4%
Despesa financeira, variações cambiais e monetárias	170,4	(399,3)	na
Lucro antes do IR e participação de não controlador	**1.819,3**	**1.036,6**	**-43,0%**
Imposto de renda e contribuição social	(719,0)	(377,4)	-47,5%
Participação de não controlador	(46,3)	(37,1)	-19,9%
Lucro líquido	**1.054,0**	**622,1**	**-41,0%**

Receita Líquida - A Embratel encerrou 2010 com uma receita líquida de R$11,2 bilhões representando um crescimento de 6,0% (R$638 milhões) em relação a 2009, devido principalmente ao crescimento de 461,8% (R$454 milhões) na receita de serviços de DTH, 13,1% (R$279 milhões) na receita de serviços locais, 5% (R$150 milhões) na receita de comunicação de dados, uma redução de 3,8% (R$188 milhões) na receita de longa distância e redução de 13,9% (R$58 milhões) em outros serviços.
EBITDA - O EBITDA totalizou R$3.239 milhões, um aumento de 16,8% (R$465 milhões) quando comparados ao ano de 2009, principalmente em decorrência do projeto de redução de custos de acesso alugado a terceiros.
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e Participação Societária – Em 2010, a Embratel apresentou um lucro operacional antes do resultado financeiro e participações societárias de R$1.169 milhões, equivalente a 10,4% da receita líquida.
Lucro Líquido – Em 2010, a Embratel apresentou um lucro líquido de R$622 milhões.
Situação Financeira – A Embratel finalizou o ano com uma posição de caixa de R$73 milhões. A dívida total ao final de dezembro de 2010 era de R$5.215 milhões, sendo 97,1% a longo prazo. A dívida líquida ao final de 2010 era de R$5.142 milhões.

5 – Atendimento à Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
Em 14 de janeiro de 2003, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Instrução nº 381, a qual dispõe sobre a divulgação, pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa.
A Embratel tem como procedimento envolver previamente os seus Departamentos de Controladoria, Governança Corporativa e Jurídico na avaliação do objeto de serviços a serem prestados pelos auditores externos em adição ao exame das demonstrações financeiras, para concluir, à luz das legislações pertinentes, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes.
Além disso, todos os serviços de auditoria contratados passam pela aprovação prévia do Comitê de Auditoria da Embrapar.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os auditores independentes que prestam serviço para a Embratel e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

6 – Investimentos

Investimentos recorrentes operacionais
Em 2010, a Embratel investiu R$2.301 milhões. A maior parcela dos investimentos da Companhia foi direcionada para atender a Investimentos em Acessos, Infraestrutura e Serviços Locais, representando 59,9% do total de investimentos no ano. Outra parcela importante representa 20,8% do total, direcionado para atender à Infraestrutura de rede. Adicionalmente, 9,6% dos investimentos foram alocados aos Investimentos com Serviços de Dados e Internet, 3,7% direcionados para satélites (Star One) e 5,9% para outros itens, como por exemplo, Tecnologia da Informação e Call Center.
Em 2010, a Star One investiu R$82 milhões para a construção e entrega em órbita de novo satélite, - o Star One C3, que terá cobertura na América do Sul, e irá operar em Banda C e em Ku. O investimento total no projeto do Star One C3 está estimado em US$270 milhões.

Em R$ MM	2010	2010	2009	2009	2008	2008
Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais	1.379	59,9%	766	50,3%	790	43,9%
Infraestrutura de Rede	479	20,8%	400	26,3%	574	31,9%
Serviços de dados e Internet	221	9,6%	228	15,0%	326	18,1%
Star One	85	3,7%	62	4,1%	40	2,2%
Outros (Incluindo TI)	137	5,9%	65	4,3%	71	3,9%
TOTAL EMBRAPAR	**2.301**	**100,0%**	**1.521**	**100,0%**	**1.801**	**100,0%**

Expansão de DTH
Do total de R$1.379 milhões investidos em Acesso, Infraestrutura e Serviços Locais em 2010, foram destinados 40% para expansões do serviço de DTH (Direct To Home) o que representou um investimento de R$551 milhões.

7 - Responsabilidade Social

Instituto Embratel e Responsabilidade Social Corporativa
A Responsabilidade Social é, para a Embratel, um de seus valores institucionais. E o Instituto Embratel, seu braço social, tem como objetivo primordial promover e colaborar para o desenvolvimento e a execução de projetos e atividades de natureza cultural, científica, educacional, esportiva e social, com ênfase naqueles de grande interesse comunitário.
Criado em 2001 e reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) desde 2003, o Instituto Embratel incorpora os compromissos socioambientais cultivados há quatro décadas pela Embratel.
Ao longo de 10 anos de atuação, as ações do Instituto Embratel confirmam a solidez da Responsabilidade Social da Embratel em âmbito nacional e o compromisso com o desenvolvimento social, sustentável e a democratização ao acesso da informação e do conhecimento.
Dentre os investimentos de relevância social, o Instituto Embratel destaca:

Educação

- **Projeto Embratel Educação** - Realizado em âmbito nacional, disponibiliza as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para escolas públicas situadas em regiões de difícil acesso e comunicação, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e em posição muito excluída socialmente no ranking do Atlas de Exclusão Social. A atuação do Projeto Embratel Educação atinge 65 mil alunos em todo o país. Dentre as comunidades do campo atendidas estão as Técnico-Agrícolas, Indígenas, Quilombolas, Assentamentos, Reservas Extrativistas e Comunidades Rurais.
- **Cooperação Socioeducacional – GESAC** - O Instituto Embratel e o Ministério das Comunicações firmaram o Termo de Cooperação para levar, online e em CD-ROM, conteúdos socioeducacionais aos 12.000 Pontos de Presença do Programa GESAC (Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão).
- **Projeto Faz Universitário -** Consiste na seleção de alunos de baixa renda para receberem bolsa de estudos, por quatro anos, em universidade particular na Bahia. Ao longo do projeto, o Instituto Embratel possibilitou a mais de 450 estudantes a conquista de um diploma.

Cultura

- **Ação Social Pela Música -** Viabiliza programas de prática musical para crianças e adolescentes de comunidades de baixa renda, sobretudo aquelas submetidas a graves iniquidades pela recorrência da fome, da violência e da exposição ao crime.
- **Prêmio Imprensa Embratel – Edição 2010 -** Criado em 1999 como forma de estimular a análise e o debate jornalístico, o prêmio reconhece as melhores reportagens e trabalhos fotográficos e cinematográficos em 17 categorias.
- **Parceria com a Fundação Biblioteca Nacional -** A parceria possibilitou a digitalização de 310 videoconferências que integram o acervo da Biblioteca Digital do Instituto Embratel.

Cidadania

- **ASUME** – O Instituto Embratel implantou no Brasil o programa de desenvolvimento humano ASUME, criado em 1980 por uma associação civil mexicana. A filosofia internacional do projeto foi mantida, tendo como diretriz que todo ser humano é aperfeiçoável, apto a melhorar e desenvolver todas as suas capacidades inatas através de um processo contínuo e permanente de Superação Pessoal. O Instituto Embratel atuou na Regional Nordeste, em oito estados, e na Regional São Paulo (Capital e Campinas) totalizando 49 facilitadores e 129 funcionários/voluntários, além do Instituto Claro, com nove facilitadores.
- **Projeto Ponto Comunidade -** Em caráter socioeducativo, promove o acesso aos mais modernos meios de comunicação, levando a cultura digital como uma das formas de inclusão social.
- **Cidade do bem -** Em parceria com a ONG "Amigos do Bem", que há 17 anos auxilia povoados em estado de miséria na região Nordeste do Brasil, o Instituto Embratel oferece aos 600 moradores do município de Buíque (PE) acesso à Internet banda larga via satélite e o sistema de telefonia VOIP – além de todo o conteúdo do Projeto Embratel Educação.
- **Fundação Gol de Letra -** Em acordo técnico-educacional, disponibiliza acesso a internet banda larga ao laboratório de informática da sede da instituição, no Caju, bairro no Rio de Janeiro e atende diretamente a 1.200 crianças e adolescentes.
- **Casa Digital Maricá** - Recebeu do Instituto Embratel 22 computadores e a instalação de uma rede integrada com acesso à Internet banda larga, via satélite. Em 2010, a Casa Digital capacitou 175 professores da rede pública municipal de ensino e contabil

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL
CNPJ/MF nº 33.530.486/0001-29

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
			Reapresentação			Reapresentação	
	Notas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo							
Circulante		**2.634.369**	3.358.241	3.156.985	**2.910.532**	3.706.536	3.476.771
Caixa e equivalentes de caixa	12	**10.642**	658.485	403.079	**73.269**	1.009.281	564.315
Instrumentos financeiros		**–**	1.288	60.204	**–**	1.288	68.503
Contas a receber	13	**1.941.905**	2.005.923	2.042.523	**2.124.167**	2.093.868	2.096.682
Estoques		**34.505**	27.720	104.825	**34.533**	27.720	110.089
Dividendos e juros sobre capital próprio		**1.408**	193.755	5.762	**–**	–	–
Tributos a recuperar	14	**499.843**	315.315	405.527	**525.105**	385.613	476.587
Despesas antecipadas		**48.124**	58.269	45.312	**48.948**	63.980	58.716
Créditos com partes relacionadas	25	**10.742**	19.507	11.073	**78**	11.263	3.177
Outros ativos circulantes		**87.200**	77.979	78.680	**104.432**	113.523	98.702
Não circulante		**15.434.113**	10.820.846	9.890.483	**15.712.025**	11.181.759	10.374.187
Tributos a recuperar	14	**216.774**	205.543	239.254	**233.587**	214.409	247.421
Tributos diferidos	14	**551.659**	664.541	887.180	**570.191**	715.486	957.345
Depósitos judiciais		**173.823**	157.458	147.123	**189.373**	170.260	158.338
Instrumentos financeiros		**–**	–	108.436	**–**	–	108.436
Outros ativos		**133.480**	136.422	125.375	**143.109**	147.793	127.311
Investimentos	15	**6.454.495**	1.557.576	1.239.934	**4.801.630**	423.521	377.072
Imobilizado	16	**6.767.340**	6.766.031	6.815.882	**8.597.242**	8.133.156	8.024.839
Intangível	17	**1.136.542**	1.333.275	327.299	**1.176.893**	1.377.134	373.425
Total do ativo		**18.068.482**	14.179.487	13.047.468	**18.622.557**	14.888.295	13.850.958

		Controladora			Consolidado		
			Reapresentação			Reapresentação	
	Notas	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante		**3.096.674**	3.631.806	3.905.141	**3.342.846**	3.846.217	4.079.071
Empréstimos e financiamentos	20	**151.405**	625.011	1.337.476	**152.738**	720.246	1.466.003
Instrumentos financeiros	21	**–**	81.172	–	**–**	95.885	–
Fornecedores	18	**1.101.420**	1.066.673	1.266.936	**1.189.495**	1.148.400	1.294.095
Obrigações Fiscais	19	**716.105**	664.200	650.292	**786.623**	698.210	665.953
Dividendos		**152.690**	250.247	23.980	**153.042**	250.685	23.989
Obrigações sociais e trabalhistas		**83.080**	72.050	77.859	**101.953**	92.356	98.646
Provisões	22	**429.000**	368.910	359.405	**449.423**	389.822	377.742
Passivo atuarial - Telos	23	**27.977**	29.078	37.997	**27.977**	29.078	37.997
Passivos com partes relacionadas	25	**96.034**	29.752	32.535	**52.191**	1.008	297
Receitas antecipadas		**180.340**	177.805	–	**181.329**	178.794	–
Outras obrigações		**158.623**	266.908	118.661	**248.075**	241.733	114.349
Não circulante		**5.996.450**	2.344.575	1.742.717	**6.132.306**	2.660.525	2.238.441
Empréstimos e financiamentos	20	**4.941.364**	1.070.114	1.143.829	**5.062.450**	1.327.968	1.615.946
Instrumentos financeiros	21	**–**	43.673	–	**–**	51.302	–
Passivo atuarial - Telos	23	**475.919**	455.342	429.426	**475.919**	455.342	429.673
Obrigações fiscais	19	**606**	2.428	2.528	**805**	2.566	2.660
Tributos diferidos	19	**29.690**	38.035	81.533	**44.235**	88.338	92.335
Receitas antecipadas		**548.871**	734.983	85.401	**548.871**	734.983	86.104
Recursos capitalizáveis e outras obrigações		**–**	–	–	**26**	26	11.723
Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")	24	**8.975.358**	8.202.706	7.399.610	**9.147.405**	8.381.553	7.533.446
Patrimônio líquido	24	**8.672.109**	8.202.706	7.399.610	**8.844.156**	8.381.553	7.533.446
Capital social realizado		**4.465.355**	4.465.355	4.465.355	**4.465.355**	4.465.355	4.465.355
Reservas de capital		**1.001.417**	1.001.417	1.001.417	**1.001.417**	1.001.417	1.001.417
Reservas de lucros		**3.205.337**	2.735.934	1.932.838	**3.205.337**	2.735.934	1.932.838
Participação de não controlador		**–**	–	–	**172.047**	178.847	133.836
AFAC	24	**303.249**	–	–	**303.249**	–	–
Total do passivo, patrimônio líquido e AFAC		**18.068.482**	14.179.087	13.047.468	**18.622.557**	14.888.295	13.850.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

		Reservas de capital		Reservas de lucros							
	Capital social realizado	Juros sobre obras em andamento	Outras reservas	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva prêmio emissão de debêntures	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Patrimônio líquido controladora	Participação de não controlador	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2009 (reapresentação)	4.465.355	865.593	135.824	371.607	1.537.306	–	23.925	–	7.399.610	133.836	7.533.446
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	1.054.018	1.054.018	–	1.054.018
Destinação do lucro líquido do exercício ajustado											
Constituição da reserva legal	–	–	–	52.826	–	–	–	(52.826)	–	–	–
Dividendos propostos (Nota 24.c.)	–	–	–	–	–	–	–	(246.422)	(246.422)	–	(246.422)
Juros sobre capital próprio (Nota 24.d.)	–	–	–	–	–	–	–	(4.500)	(4.500)	–	(4.500)
Constituição de reserva para investimentos	–	–	–	–	752.765	–	–	(752.765)	–	–	–
Realização da reserva de lucros por consequência da adoção do IFRS	–	–	–	–	–	–	(2.495)	2.495	–	–	–
Participação de não controlador	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.313	2.313
Dividendos adicionais de controlada de 2008 pagos em 2009	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(812)	(812)
Dividendo adicional proposto de controlada – excedente ao mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	–	–	43.510	43.510
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentação)	4.465.355	865.593	135.824	424.433	2.290.071	–	21.430	–	8.202.706	178.847	8.381.553
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**622.091**	**622.091**	**–**	**622.091**
Destinação do lucro líquido do exercício ajustado											
Constituição da reserva legal	**–**	**–**	**–**	**32.176**	**–**	**–**	**–**	**(32.176)**	**–**	**–**	**–**
Dividendos propostos (Nota 24.c.)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(152.688)**	**(152.688)**	**–**	**(152.688)**
Constituição de reserva para investimentos	**–**	**–**	**–**	**–**	**458.065**	**–**	**–**	**(458.065)**	**–**	**–**	**–**
Constituição da reserva de prêmio na emissão de debêntures	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**592**	**–**	**(592)**	**–**	**–**	**–**
Realização da reserva de lucros por consequência da adoção do IFRS	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(21.430)**	**21.430**	**–**	**–**	**–**
Participação de não controlador	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.853**	**1.853**
Dividendos adicionais de controlada de 2009 pagos em 2010	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(43.510)**	**(43.510)**
Dividendo adicional proposto de controlada – excedente ao mínimo obrigatório	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**34.857**	**34.857**
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**4.465.355**	**865.593**	**135.824**	**456.609**	**2.748.136**	**592**	**–**	**–**	**8.672.109**	**172.047**	**8.844.156**
		1.001.417			**3.205.337**						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

		Controladora		Consolidado	
			Reapresentação		Reapresentação
	Notas	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receita operacional líquida	5	**10.101.736**	9.886.885	**11.219.120**	10.580.647
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	6	**(7.207.616)**	(6.771.643)	**(7.743.208)**	(7.035.690)
Lucro bruto		**2.894.120**	3.115.242	**3.475.912**	3.544.957
Despesas operacionais, líquidas		**(1.921.496)**	(1.867.896)	**(2.306.455)**	(2.064.018)
Comercialização dos serviços	7	**(1.159.140)**	(1.170.301)	**(1.419.048)**	(1.283.753)
Gerais e administrativas	8	**(617.473)**	(625.812)	**(713.228)**	(714.463)
Outras despesas operacionais	9	**(144.883)**	(71.783)	**(174.179)**	(65.802)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e resultado de participações societárias		**972.624**	1.247.346	**1.169.457**	1.480.939
Resultado financeiro	10	**(211.911)**	175.633	**(218.807)**	295.379
Equivalência patrimonial e provisão para cobertura de passivo a descoberto	15	**91.591**	193.625	**85.892**	42.962
Lucro antes de impostos e participação de não controlador		**852.304**	1.616.604	**1.036.542**	1.819.280
Imposto de renda e contribuição social	11	**(230.213)**	(562.586)	**(377.389)**	(719.000)
Participação de não controlador		**–**	–	**(37.062)**	(46.262)
Lucro líquido do exercício		**622.091**	1.054.018	**622.091**	1.054.018
Quantidade de ações (lotes de mil)		**7.267.739**	7.267.739	**–**	–
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais		**85,60**	145,03	**–**	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
		Reapresentação		Reapresentação
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**622.091**	1.054.018	**622.091**	1.054.018
Depreciação e amortização	**1.853.730**	1.120.164	**2.068.976**	1.292.311
Perdas (ganhos) monetários e cambiais, líquidos	**24.043**	(473.736)	**23.224**	(618.752)
Efeitos de "swap" e "forward"	**40.308**	201.446	**47.623**	238.855
Participação de não controlador	**–**	–	**37.062**	46.262
Baixa de imobilizado e intangível	**(47.749)**	72	**(31.733)**	12.657
Equivalência patrimonial	**(2.952)**	(275.317)	**(85.892)**	(42.963)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**104.537**	156.993	**101.192**	215.452
Outras atividades operacionais	**5.707**	–	**20.443**	–
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	**210.797**	71.076	**–**	–
Redução (aumento) de contas a receber	**140.507**	137.824	**24.001**	107.140
Redução da provisão para devedores duvidosos	**(76.489)**	(101.224)	**(54.300)**	(104.326)
Redução (aumento) de tributos a recuperar circulante e não circulante	**(195.799)**	123.923	**(158.710)**	123.986
Aumento de depósitos judiciais	**(16.365)**	(10.335)	**(19.113)**	(11.922)
Aumento de juros provisionados	**142.506**	102.425	**155.823**	119.777
Aumento (redução) de fornecedores	**34.747**	(200.263)	**41.095**	(145.695)
Aumento de obrigações fiscais circulante e não circulante	**50.123**	29.119	**86.689**	47.736
Aumento (redução) de provisões	**60.090**	9.505	**59.601**	12.079
Redução de receitas antecipadas	**(183.578)**	(22.245)	**(183.578)**	(21.959)
Outras variações no capital circulante e não circulante, líquidas	**50.135**	194.901	**119.318**	121.198
	2.816.389	2.118.346	**2.873.812**	2.445.854
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Adições de investimento	**(2.670.770)**	(310.612)	**(1.994.770)**	(3.482)
Adições de ágio	**(2.297.447)**	–	**(2.297.447)**	–
Adições de imobilizado e intangível	**(1.610.557)**	(1.203.745)	**(2.300.741)**	(1.521.346)
Redução de capital	**17**	–	**–**	–
	(6.578.757)	(1.514.357)	**(6.592.958)**	(1.524.828)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Empréstimos obtidos	**4.947.365**	911.762	**5.068.451**	911.762
Empréstimos pagos	**(1.657.259)**	(1.226.212)	**(2.007.841)**	(1.327.540)
Juros pagos	**(64.718)**	(100.420)	**(93.359)**	(118.981)
Liquidação de "swap" e "forward"	**(163.867)**	90.751	**(193.524)**	83.985
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(1.996)**	(24.464)	**(45.593)**	(25.286)
AFAC	**55.000**	–	**55.000**	–
	3.114.525	(348.583)	**2.783.134**	(476.060)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(647.843)**	255.406	**(936.012)**	444.966
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**658.485**	403.079	**1.009.281**	564.315
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**10.642**	658.485	**73.269**	1.009.281
Divulgação suplementar de informação dos fluxos de caixa				
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(306.733)	–	(403.853)
Transações não caixa:				
Aquisição de capacidade (Nota 25.2)	–	(873.539)	–	(873.539)
Venda de capacidade (Nota 25.2)	–	849.632	–	849.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 01 DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Histórico e contexto operacional

A Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel ("Embratel" ou "Sociedade"), iniciou suas atividades em 16 de setembro de 1965, de acordo com a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, atuando na exploração dos serviços de longa distância, sendo responsável pela prestação de serviços públicos de telecomunicações em âmbito nacional e internacional. A Sociedade tem como controladora a Embratel Participações S.A. ("Embrapar"), que possui 99,20% do seu capital total.

A Sociedade ou suas controladas exploram serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por satélite (DTH) e outros serviços a nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital, sendo estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

A Sociedade detém controle direto dos seguintes principais investimentos: (i) Star One S.A. ("Star One"), que é a principal provedora brasileira de capacidade satelital para serviços de radiocomunicação tais como: serviços de rede, serviços de telecomunicações ponto a ponto e difusão de programa de rádio e televisão; (ii) Primesys Soluções Empresariais S.A. ("PMS"), que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações; e (iii) Embratel Tvsat Telecomunicações Ltda. ("Tvsat"), prestadora de serviços de telecomunicações, incluindo, mas sem se limitar a, serviços de transmissão de TV paga, dentre os quais serviços de distribuição de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite - DTH.

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas à Embratel pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso. Este ônus corresponde ao pagamento, a cada biênio, do correspondente a 2% de receita, do ano anterior ao do pagamento, do Serviço Telefônico Fixo Comutado, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes. Da mesma forma, a licença para a exploração dos serviços de satélites brasileiros outorgadas à controlada Star One, renovadas em 31 de dezembro de 2005 até 31 de dezembro de 2020, é a título oneroso, e pode ser renovada por mais 15 anos.

A Sociedade possui participação direta e indireta (através da coligada GB Empreendimentos e Participações S.A. ("GB") na Net Serviços de Comunicação S.A. ("NET"), cujo objetivo é atuar direta ou indiretamente na distribuição de sinais de televisão por assinatura, no provimento de acesso a serviços de valor adicionado, na prestação de outros serviços de telecomunicações, e em qualquer outra modalidade de distribuição de sinais de qualquer espécie, através de sua rede e na produção de seus próprios canais locais.

A Sociedade é acionista da NET e não integra o seu grupo de controle, tendo pelo Acordo de Acionistas apenas a prerrogativa de aprovação em certas operações de natureza extraordinária ou ainda envolvendo partes relacionadas, sem direito a veto.

Em 2010, a Embratel adquiriu, através de Oferta pública voluntária ("OPA"), 186.547.731 ações preferenciais de emissão da NET com valor total de R$4.292.217. Desta forma a Sociedade passa a deter 60,3% do capital total da NET em 31 de dezembro de 2010 (5,9% em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009).

Em 1º de outubro de 2007, a Embratel constituiu a controlada Embratel Tvsat Telecomunicações Ltda. ("Tvsat"), com o objetivo principal de prestar serviços de telecomunicações, incluindo, mas sem se limitar a, serviços de transmissão de TV paga, dentre os quais serviços de distribuição de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite - DTH. A autorização para prestação deste serviço foi publicada no Diário Oficial da União em 14 de maio de 2008, tendo o lançamento no mercado nacional ocorrido em 1º de dezembro de 2008. Em 01 de dezembro de 2009 a Tvsat recebeu a autorização para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC até 31 de dezembro de 2010, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") seria custo ou valor justo.

A Sociedade adota o IFRS pela primeira vez em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais incluem os demonstrativos financeiros comparativos de 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações financeiras em 01 de janeiro de 2009, a data de transição para o IFRS. O IFRS 1 ("First time adoption of International Reporting Standards" – Primeira adoção dos Padrões Internacionais de Contabilidade) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e relativas interpretações, do IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira consolidada em IFRS (ou seja, 31 de dezembro de 2010). O IFRS 1 também exige que essas políticas sejam aplicadas na data de transição para o IFRS, e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em IFRS.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota 2.13.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 08 de fevereiro de 2011.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subseqüente ocorre a cada encerramento mensal de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

b. Recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ganhos não realizados em operações com derivativos e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem os derivativos. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

b. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos, empréstimos e financiamentos.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.4. Contas a receber

Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de telefonia local e de longa distância nacional e internacional, faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, bem como valores a receber pela prestação de serviços de dados, local, DTH e outros serviços.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada na Nota 13.

2.5. Saldos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica Resultado Financeiro quando incorridos. Os efeitos das variações cambiais estão detalhados na Nota 10.

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534 revisado pela Deliberação nº 624 de 28 de janeiro de 2010.

2.6. Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição reduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e referem-se, substancialmente, a "handsets" (aparelhos telefônicos digitais). As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.7. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas nas quais a Sociedade possui influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme CPC18.

O ágio relacionado com coligadas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado, e está fundamentado em rentabilidade futura, não sendo portanto testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Sociedade e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, inclusive aquelas no exterior, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com as adotadas pela Sociedade.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Sociedade determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Sociedade calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

2.8. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada, ajustados aos seus valores de recuperação, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 16 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Conforme requerido pelo OCPC 10, a Administração efetuou estudos técnicos para constituir e suportar a vida útil econômica estimada de seus ativos de longo prazo e, como consequência, houve reconhecimento de despesa de depreciação e amortização adicional em R$485.665 em 31 de dezembro de 2010.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43.

A Sociedade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Sociedade; (ii) o ativo imobilizado da Sociedade é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Sociedade opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Sociedade ao longo dos anos e (iv) a Sociedade possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil econômica dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Quando aplicável, o imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e sua contrapartida registrada como impostos a recuperar.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

2.9. Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por ágios, softwares, licenças regulatórias e direitos irrevogáveis de uso, cuja composição está demonstrada na Nota 17.

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 deixaram de ser amortizados, estando submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável ou caso algum fator interno ou externo evidencie a necessidade de aplicação do teste durante o ano calendário.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil econômica indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil econômica, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

2.10. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, incluindo intangíveis de vida útil econômica indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, quando disponível. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

2.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação cambial ou monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

2.12. Tributação

Impostos sobre vendas

As controladas da Sociedade estão sujeitas, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3,0% e 7,60%;
- Imposto sobre Serviços (ISS) de 2% a 5%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 25% a 35%

Esses tributos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda – IRPJ e a contribuição social - CSLL. O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência de exercícios e calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9%. Os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis, geram ativos ou passivos fiscais diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Tributos diferidos

T

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

O saldo total das provisões para contingências é registrado no passivo circulante, uma vez que não é possível estimar o prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 22.

2.14. Passivo atuarial

A Embratel e suas controladas Star One, PMS e Tvsat, patrocinam uma entidade para administrar os fundos de pensão e outros benefícios de aposentadoria para seus empregados (Nota 23). As contribuições para os planos são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência.

2.15. Benefícios a empregados

A Sociedade e suas controladas, Star One, Click 21 Comércio e Publicidade Ltda. - "Click 21", BrasilCenter Comunicações Ltda - "BrasilCenter", PMS e Tvsat constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas empresariais e individuais. A Sociedade e suas controladas registraram esta despesa na demonstração do resultado, no grupo de despesas gerais e administrativas (R$86.803 e R$70.273 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente). A controlada BrasilCenter classifica a referida provisão no grupo de comercialização de serviços, totalizando R$1.837 em 31 de dezembro de 2010 (R$2.228 em 31 de dezembro de 2009).

2.16. Receitas antecipadas

Representadas, principalmente, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.17. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Sociedade concluiu que não houve ajuste relevante nas demonstrações financeiras nos exercícios apresentados.

2.19. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados à favor da Sociedade. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa da sua realização.

2.20. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com Programa de Integração Social - "PIS", Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - "COFINS" (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio).

2.21. Participação de não controlador

Referem-se a participação de terceiro na controlada Star One.

2.22. Lucro por ação

O lucro líquido por lote de mil ações está calculado com base no número de ações nas datas das demonstrações financeiras.

2.23. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n° 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC e revisado pela Deliberação 641 de 07 de outubro de 2010.

2.24. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2011.

A Administração da Sociedade não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Sociedade no período de aplicação inicial.

Segue abaixo um sumário destes novos procedimentos e interpretações analisados pela Administração:

IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte Relacionada (Revisada)

A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários

Oferece orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de:

- Circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação;
- Transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo;
- Mudança na classificação dos ativos financeiros;
- Mudança nos passivos e ativos contingentes.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros

Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRIC 9 Programas de Fidelização de Clientes

O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.

IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo

Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo.

IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital

Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Sociedade não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Sociedade.

3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Sociedade eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2009 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Sociedade preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board – IASB" para as demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Sociedade adotou como data de transição para 1º de janeiro de 2009. A Sociedade adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas na Nota 3.2.

As Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as Demonstrações financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o "*International Financial Reporting Standard* – IFRS".

3.1. Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

O CPC 37 R (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Sociedade efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Sociedade (com indicação a correspondente Norma Internacional):

As isenções a seguir são aplicáveis às operações:

a) Exceções obrigatórias para combinações de negócios: a Sociedade adotou o CPC 15 (IFRS 3R) a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2010 com efeito retroativo apenas para o exercício imediatamente anterior (iniciado em 01 de janeiro de 2009); cabendo ressaltar que não ocorreu nenhuma combinação de negócios após a data de transição;

b) Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição: a Sociedade optou por não re-mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõe o saldo deste ativo;

c) Isenção relativa à classificação dos instrumentos financeiros: A Sociedade optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com o CPC 38 na data de transição dos novos CPCs. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações;

d) Isenção para mensuração dos benefícios a empregados: A Sociedade optou por diferir todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente a partir de 01 de janeiro de 2009.

As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas demonstrações contábeis na data da adoção inicial:

a) Contratos de seguros CPC 11 (IFRS 4): A norma não é aplicável às operações da Sociedade.

b) Contratos de concessão ICPC 01 (IFRIC 12): A Sociedade não possui operações de concessão de serviços públicos que se enquadrem no escopo do ICPC 01.

O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

a) Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros: A Sociedade não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC.

b) Registro de operações de hedge: A Sociedade não possuía qualquer operação classificada como *hedge accounting* para fins de CPC na data de transição.

c) Mudanças nas estimativas: As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.

3.2. Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Sociedade apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido da controladora e consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

3.2.1. Balanço de abertura em 01.01.2009

Conciliação de adoção inicial

	Controladora		
	01/01/2009 BRGAAP	Ajustes CPC's	01/01/2009 CPC's
Ativo			
Circulante	3.594.071	(437.086)	3.156.985
Caixa e equivalentes de caixa	403.079	–	403.079
Instrumentos financeiros	60.204	–	60.204
Contas a receber	2.042.523	–	2.042.523
Estoques	104.825	–	104.825
Dividendos e juros sobre capital próprio (g)	103.205	(97.443)	5.762
Partes relacionadas	11.073	–	11.073
Tributos a recuperar	405.527	–	405.527
Tributos diferidos (e) (i)	339.643	(339.643)	–
Despesas antecipadas	45.312	–	45.312
Outros ativos circulantes	78.680	–	78.680
Não circulante	9.398.736	491.747	9.890.483
Tributos a recuperar	239.254	–	239.254
Tributos diferidos (e) / (i)	556.125	331.055	887.180
Depósitos judiciais (a)	91.130	55.993	147.123
Instrumentos financeiros	108.436	–	108.436
Outros ativos	125.375	–	125.375
Investimentos (b) / (c) / (g)	919.560	320.374	1.239.934
Imobilizado (b)	6.787.193	28.689	6.815.882
Intangível (b)	571.663	(244.364)	327.299
Total do ativo	12.992.807	54.661	13.047.468

	Controladora		
	01/01/2009 BRGAAP	Ajustes CPC's	01/01/2009 CPC's
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	3.876.011	29.130	3.905.141
Empréstimos e financiamentos	1.337.476	–	1.337.476
Fornecedores	1.266.936	–	1.266.936
Obrigações fiscais	650.292	–	650.292
Impostos diferidos (e)	26.863	(26.863)	–
Dividendos	23.980	–	23.980
Obrigações sociais e trabalhistas	77.859	–	77.859
Participação de empregados nos resultados (h)	53.041	(53.041)	–
Provisões (h)	–	359.405	359.405
Provisão para contingências (a) / (h)	250.371	(250.371)	–
Passivo atuarial - Telos	37.997	–	37.997
Partes relacionadas	32.535	–	32.535
Outras obrigações	118.661	–	118.661
Não circulante	1.741.111	1.606	1.742.717
Empréstimos e financiamentos	1.143.829	–	1.143.829
Passivo atuarial - Telos (i)	454.683	(25.257)	429.426
Impostos, taxas e contribuições	2.528	–	2.528
Impostos diferidos (e)	54.670	26.863	81.533
Receitas antecipadas	85.401	–	85.401
Patrimônio líquido	7.375.685	23.925	7.399.610
Capital social realizado	4.465.355	–	4.465.355
Reservas de capital	1.001.417	–	1.001.417
Reservas de lucros (c) / (i)	1.908.913	23.925	1.932.838
Total do passivo e patrimônio líquido	12.992.807	54.661	13.047.468

	Consolidado		
	01/01/2009 BRGAAP	Ajustes CPC's	01/01/2009 CPC's
Ativo			
Circulante	3.852.790	(376.019)	3.476.771
Caixa e equivalentes de caixa	564.315	–	564.315
Instrumentos financeiros	68.503	–	68.503
Contas a receber	2.096.682	–	2.096.682
Estoques	110.089	–	110.089
Partes relacionadas	3.177	–	3.177
Tributos a recuperar	476.587	–	476.587
Tributos diferidos (e)	376.019	(376.019)	–
Despesas antecipadas	58.716	–	58.716
Outros ativos circulantes	98.702	–	98.702
Não circulante	9.939.806	434.381	10.374.187
Tributos a recuperar	247.421	–	247.421
Tributos diferidos (i) / (e)	589.913	367.432	957.345
Depósitos judiciais (a)	98.644	59.694	158.338
Instrumentos financeiros	108.436	–	108.436
Outros ativos	127.075	236	127.311
Investimentos (b) / (c)	153.826	223.246	377.072
Imobilizado	8.024.839	–	8.024.839
Intangível (b)	589.100	(215.675)	373.425
Diferido (f)	552	(552)	–
Total do ativo	13.792.596	58.362	13.850.958

	Consolidado		
	01/01/2009 BRGAAP	Ajustes CPC's	01/01/2009 CPC's
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	4.057.854	21.217	4.079.071
Empréstimos e financiamentos	1.466.003	–	1.466.003
Fornecedores	1.294.095	–	1.294.095
Obrigações fiscais	665.953	–	665.953
Impostos diferidos (e)	37.665	(37.665)	–
Dividendos (g)	24.801	(812)	23.989
Obrigações sociais e trabalhistas	98.646	–	98.646
Participação de empregados nos resultados (h)	61.021	(61.021)	–
Provisões (h)	–	377.743	377.743
Provisão para contingências (a) / (h)	257.028	(257.028)	–
Passivo atuarial – Telos	37.997	–	37.997
Partes relacionadas	297	–	297
Outras obrigações	114.348	–	114.348
Não circulante	2.226.033	12.408	2.238.441
Empréstimos e financiamentos	1.615.946	–	1.615.946
Passivo atuarial - Telos (i)	454.930	(25.257)	429.673
Impostos, taxas e contribuições	2.660	–	2.660
Impostos diferidos (e)	54.670	37.665	92.335
Receitas antecipadas	86.104	–	86.104
Recursos capitalizáveis e outras obrigações	11.723	–	11.723
Participação minoritária (j)	133.024	(133.024)	–
Patrimônio líquido	7.375.685	157.761	7.533.446
Capital social realizado	4.465.355	–	4.465.355
Reserva de capital	1.001.417	–	1.001.417
Reservas de lucros (c) / (i)	1.908.913	23.925	1.932.838
Participação de não controlador (g) / (j)	–	133.836	133.836
Total do passivo e patrimônio líquido	13.792.596	58.362	13.850.958

3.2.2. Balanço em 31.12.2009 reapresentado

	Controladora		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPC's	31/12/2009 CPC's
Ativo			
Circulante	3.691.003	(332.762)	3.358.241
Caixa e equivalentes de caixa	658.485	–	658.485
Instrumentos financeiros	1.288	–	1.288
Contas a receber	2.005.923	–	2.005.923
Estoques	27.720	–	27.720
Dividendos e juros sobre capital próprio (g)	210.797	(17.042)	193.755
Partes relacionadas	19.507	–	19.507
Tributos a recuperar	315.315	–	315.315
Tributos diferidos (e)	315.720	(315.720)	–
Despesas antecipadas	58.269	–	58.269
Outros ativos circulantes	77.979	–	77.979
Não circulante	10.425.773	395.073	10.820.846
Tributos a recuperar	205.543	–	205.543
Tributos diferidos (e) / (i)	357.408	307.133	664.541
Depósitos judiciais (a)	91.320	66.138	157.458
Outros ativos	136.422	–	136.422
Investimentos (b) / (c) / (g)	1.320.099	237.477	1.557.576
Imobilizado	6.766.031	–	6.766.031
Intangível (b)	1.548.950	(215.675)	1.333.275
Total do ativo	14.116.776	62.311	14.179.087

	Controladora		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPC's	31/12/2009 CPC's
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	3.574.180	57.626	3.631.806
Empréstimos e financiamentos	625.011	–	625.011
Instrumentos financeiros	81.172	–	81.172
Fornecedores	1.066.673	–	1.066.673
Obrigações fiscais	664.200	–	664.200
Impostos diferidos (e)	8.512	(8.512)	–
Dividendos	250.247	–	250.247
Obrigações sociais e trabalhistas	72.050	–	72.050
Participação de empregados nos resultados (h)	61.680	(61.680)	–
Provisões (h)	–	368.910	368.910
Provisão para contingências (a) / (h)	241.092	(241.092)	–
Passivo atuarial – Telos	29.078	–	29.078
Partes relacionadas	29.752	–	29.752
Receitas antecipadas	177.805	–	177.805
Outras obrigações	266.908	–	266.908
Não circulante	2.361.320	(16.745)	2.344.575
Empréstimos e financiamentos	1.070.114	–	1.070.114
Instrumentos financeiros	43.673	–	43.673
Passivo atuarial – Telos (i)	480.599	(25.257)	455.342
Impostos, taxas e contribuições	2.428	–	2.428
Impostos diferidos (e)	29.523	8.512	38.035
Receitas antecipadas	734.983	–	734.983
Patrimônio líquido	8.181.276	21.430	8.202.706
Capital social realizado	4.465.355	–	4.465.355
Reserva de capital	1.001.417	–	1.001.417
Reservas de lucros (c) / (i)	2.714.504	21.430	2.735.934
Total do passivo e patrimônio líquido	14.116.776	62.311	14.179.087

	Consolidado		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPC's	31/12/2009 CPC's
Ativo			
Circulante	4.049.099	(342.563)	3.706.536
Caixa e equivalentes de caixa	1.009.281	–	1.009.281
Instrumentos financeiros	1.288	–	1.288
Contas a receber	2.093.868	–	2.093.868
Estoques	27.720	–	27.720
Partes relacionadas	11.263	–	11.263
Tributos a recuperar	385.613	–	385.613
Tributos diferidos (e)	342.563	(342.563)	–
Despesas antecipadas	63.980	–	63.980
Outros ativos circulantes	113.523	–	113.523
Não circulante	10.772.215	409.544	11.181.759
Tributos a recuperar	214.409	–	214.409
Tributos diferidos (e) / (i)	381.510	333.976	715.486
Depósitos judiciais (a)	99.451	70.809	170.260
Outros ativos	147.676	117	147.793
Investimentos (b) / (c)	202.770	220.751	423.521
Imobilizado	8.133.156	–	8.133.156
Intangível (b)	1.592.809	(215.675)	1.377.134
Diferido (f)	434	(434)	–
Total do ativo	14.821.314	66.981	14.888.295

	Consolidado		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPC's	31/12/2009 CPC's
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	3.877.734	(31.517)	3.846.217
Empréstimos e financiamentos	720.246	–	720.246
Instrumentos financeiros	95.885	–	95.885
Fornecedores	1.148.400	–	1.148.400
Obrigações fiscais	698.210	–	698.210
Impostos diferidos (e)	58.815	(58.815)	–
Dividendos (g)	294.196	(43.511)	250.685
Obrigações sociais e trabalhistas	92.356	–	92.356
Participação de empregados nos resultados (h)	71.968	(71.968)	–
Provisões (h)	–	389.822	389.822
Provisão para contingências (a) / (h)	247.045	(247.045)	–
Passivo atuarial – Telos	29.078	–	29.078
Partes relacionadas	1.008	–	1.008
Receitas antecipadas	178.794	–	178.794
Outras obrigações	241.733	–	241.733
Não circulante	2.626.967	33.558	2.660.525
Empréstimos e financiamentos	1.327.968	–	1.327.968
Instrumentos financeiros	51.302	–	51.302
Passivo atuarial – Telos (i)	480.599	(25.257)	455.342
Impostos, taxas e contribuições	2.566	–	2.566
Impostos diferidos (e)	29.523	58.815	88.338
Receitas antecipadas	734.983	–	734.983
Recursos capitalizáveis e outras obrigações	26	–	26
Participação minoritária (j)	135.337	(135.337)	–
Patrimônio líquido	8.181.276	200.277	8.381.553
Capital social realizado	4.465.355	–	4.465.355
Reserva de capital	1.001.417	–	1.001.417
Reservas de lucros (c) / (i)	2.714.504	21.430	2.735.934
Participação de não controlador (g) / (j)	–	178.847	178.847
Total do passivo e patrimônio líquido	14.821.314	66.981	14.888.295

	Controladora		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPC's	31/12/2009 CPC's
Receita operacional líquida	9.886.885	–	9.886.885
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(6.771.643)	–	(6.771.643)
Lucro bruto	3.115.242	–	3.115.242
Receitas (despesas operacionais)	(1.867.896)	–	(1.867.896)
Comercialização dos serviços	(1.170.301)	–	(1.170.301)
Gerais e administrativas	(625.812)	–	(625.812)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(71.783)	–	(71.783)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.247.346	–	1.247.346
Resultado financeiro	175.633	–	175.633
Equivalência patrimonial e provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas (c)	196.120	(2.495)	193.625
Lucro antes de impostos e participação de não controlador	1.619.099	(2.495)	1.616.604
Imposto de renda e contribuição social	(562.586)	–	(562.586)
Lucro líquido do exercício	1.056.513	(2.495)	1.054.018

	Consolidado		
	31/12/2009 BRGAAP	Ajustes CPC's	31/12/2009 CPC's
Receita operacional líquida	10.580.647	–	10.580.647
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(7.035.690)	–	(7.035.690)
Lucro bruto	3.544.957	–	3.544.957
Receitas (despesas operacionais)	(2.064.018)	–	(2.064.018)
Comercialização dos serviços	(1.283.753)	–	(1.283.753)
Gerais e administrativas	(714.463)	–	(714.463)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(65.802)	–	(65.802)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.480.939	–	1.480.939
Resultado financeiro	295.379	–	295.379
Equivalência patrimonial e provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas (c)	45.457	(2.495)	42.962
Lucro antes de impostos e participação de não controlador	1.821.775	(2.495)	1.819.280
Imposto de renda e contribuição social	(719.000)	–	(719.000)
Participação de não controlador	(46.262)	–	(46.262)
Lucro líquido do exercício	1.056.513	(2.495)	1.054.018

a) *Apresentação de depósitos judiciais*: No Brasil, de acordo com a NPC 22/05, não raramente, a administração de uma entidade questiona a legitimidade de determinados passivos, e, por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão são depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra o desfecho favorável da questão para a entidade, o depósito deverá ser apresentado deduzindo o valor do passivo. Quanto à divulgação, conforme parágrafo 76, nos casos em que, para fins de divulgação, ocorrer a compensação de passivos com os valores depositados em juízo, permitida nos termos desta NPC, deverão ser destacadas, em nota explicativa, as quantias em que estão sendo compensadas e a explicação das eventuais diferenças existentes.

Para o IFRS, conforme CPC 37 (IFRS 1), uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é de que no caso de depósitos judiciais uma entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos uma vez que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das demonstrações financeiras de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto a Sociedade efetuou a reclassificação dos saldos, registrando no grupo de ativo não circulante os valores de depósitos judiciais.

b) *Reclassificação de ágios em coligadas:* Os ágios suportados por expectativa de rentabilidade futura de coligadas foram reclassificados para o investimento.

c) *Reconhecimento por equivalência patrimonial dos ajustes pela adoção das práticas de IFRS em controladas e coligadas:* Representa os ajustes de práticas contábeis para a adoção do IFRS, identificadas nas controladas e coligadas na controladora e nas coligadas no consolidado.

d) *Deságio em controlada:* De acordo com o CPC 15, a Sociedade procedeu a baixa contábil do deságio em controlada, com consequente reconhecimento dos tributos diferidos, no balanço de abertura com o correspondente ajuste em lucros acumulados, bem como reclassificou os deságios em coligadas para apresentação líquida dos seus ágios correspondentes.

e) *Reclassificação dos impostos diferidos:* De acordo com o CPC 37 (IFRS 1), quando a entidade apresenta ativos correntes e não correntes, e passivos correntes e não correntes, classificando-os separadamente no balanço patrimonial, ela não deverá classificar impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos como correntes. Portanto a Sociedade efetuou a reclassificação do imposto de renda diferido líquido que estava classificado no ativo circulante e não circulante, para o imposto de renda diferido ativo e passivo não circulante.

f) *Ativo diferido:* A Sociedade efetuou a baixa dos valores reconhecidos na controlada Click 21 como gastos pré-operacionais e que poderiam ser reclassificados para outros grupos do balanço, diretamente na conta de lucros acumulados no balanço de abertura.

g) *Dividendos propostos*: De acordo com o CPC 24 (IAS 10), somente os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo antes da aprovação pelos acionistas.

h) *Provisões:* Para fins de apresentação, os valores de provisão para participação de empregados no resultado e de contingências foram reclassificados para a rubrica de Provisões.

i) *Passivo atuarial – Telos*: A Sociedade procedeu ao reconhecimento do ganho oriundo da migração dos cálculos atuariais, anteriormente pela Deliberação CVM 371, para os cálculos com base nos requerimentos estabelecidos na IAS 19, com relação ao Plano de Assistência Médica para os aposentados participantes do plano de Benefício Definido. Quando os cálculos atuariais resultam em benefícios para a Sociedade, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano. A Sociedade utiliza-se do "corridor approach" para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no resultado do exercício.

j) *Participação de não controladores*: Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme NBC T 08 (Norma Brasileira de Contabilidade), a participação de não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas deve ser destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do grupo do patrimônio líquido, a participação de não controladores, no lucro ou prejuízo líquido (do exercício) das controladas deve ser destacada e apresentada, respectivamente, como dedução ou adição ao lucro ou prejuízo líquido consolidado.

Pelo CPC 36 (IAS 27), a participação de não controladores deve ser apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado deve ser atribuído aos controladores e aos não

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL
CNPJ/MF nº 33.530.486/0001-29

8. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Serviços de terceiros (1)	**(276.788)**	(266.407)	**(334.467)**	(312.846)
Pessoal	**(168.198)**	(176.353)	**(185.322)**	(193.484)
Depreciação e amortização	**(69.184)**	(72.626)	**(74.221)**	(78.723)
Participação de empregados nos resultados (Nota 2.15)	**(77.201)**	(61.285)	**(86.803)**	(70.273)
Tributos	**(8.557)**	(23.608)	**(12.150)**	(30.140)
Outros	**(17.545)**	(25.533)	**(20.265)**	(28.997)
Total	**(617.473)**	(625.812)	**(713.228)**	(714.463)

(1) Referem-se a gastos com manutenção, conservação e limpeza, serviços públicos e de informática, auditoria, assessoria e consultoria.

9. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Provisão para contingências (Nota 22)	**(132.029)**	(104.968)	**(139.560)**	(109.003)
Despesas com multas, líquidas	**(41.817)**	(30.332)	**(43.229)**	(32.532)
Direito de uso de passagem	**9.358**	12.079	**9.358**	12.079
Ressarcimento de prejuízos (1)	**–**	–	**–**	29.912
Acordo com operadoras	**8.607**	31.034	**8.607**	31.034
Recuperação de crédito	**33.070**	34.338	**33.070**	34.338
Baixa de bens do ativo imobilizado	**(4.121)**	(72)	**(20.137)**	(12.657)
Despesas legais e judiciais	**(2.673)**	(2.897)	**(2.794)**	(3.004)
Doações e patrocínios	**(10.546)**	(11.724)	**(10.600)**	(11.724)
Outros	**(4.732)**	759	**(8.894)**	(4.245)
Total	**(144.883)**	(71.783)	**(174.179)**	(65.802)

(1) Decorrente de acordo com fornecedor, por atrasos na construção para entrega em órbita dos satélites C-1 e C-2.

10. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receitas financeiras				
Receitas com operações financeiras	**169.674**	114.912	**195.373**	146.148
Variações monetárias ativas	**287**	290	**287**	290
Variações cambiais - contas ativas	**(16.411)**	(23.165)	**(15.136)**	(21.474)
Subtotal	**153.550**	92.037	**180.524**	124.964
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras	**(275.342)**	(206.586)	**(299.774)**	(226.067)
Variações monetárias passivas	**(21.898)**	4.003	**(21.905)**	3.999
Variações cambiais - contas passivas (1)	**(68.221)**	286.179	**(77.652)**	392.483
Subtotal	**(365.461)**	83.596	**(399.331)**	170.415
Total	**(211.911)**	175.633	**(218.807)**	295.379

(1) Valores líquidos dos resultados oriundos dos contratos de "hedge" e "forward de moeda", apurados no mesmo período (despesa de R$40.308 e R$201.446 na controladora e despesa de R$47.623 e R$238.855 no consolidado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente).

Em 2010, o dólar norte-americano acumulou desvalorização de 4,31% (desvalorização de 25,49% no mesmo período de 2009) em relação ao Real.

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Sociedade optou em 2010 pela apuração do imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL com base no lucro real trimestral. As suas controladas optaram pelo cálculo destes tributos com base no lucro real anual, utilizando-se da faculdade de suspender ou reduzir o pagamento destes tributos mediante comprovação através do levantamento de balancetes mensais.

O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência de exercício e calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido de 10% a título de adicional de imposto de renda, conforme previsto em lei. A CSLL foi calculada à alíquota de 9%.

Os saldos de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social sobre o lucro da Sociedade e de suas controladas, compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual limitou a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos, são demonstrados como segue:

	31/12/2010		31/12/2009	
Sociedade/ controladas	Prejuízo fiscal	Base negativa de contribuição social	Prejuízo fiscal	Base negativa de contribuição social
Embratel(1)	**91.559**	**58.016**	231.829	211.644
PMS(1)	**146.062**	**146.240**	178.573	178.746
Tvsat (2)	**230.517**	**230.546**	82.763	82.764
BrasilCenter (1)	**42.475**	**43.649**	35.077	36.251
Click 21 (1)	**8.080**	**8.081**	7.186	7.187
Total	**518.693**	**486.532**	535.428	516.592

(1) Devido a dúvidas quanto a realização integral do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL foram constituídas provisões para perda no montante de R$22.890 em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 na Embratel e R$42.066 em 31 de dezembro de 2010 (R$26.573 em 31 de dezembro de 2009) na controlada PMS.

(2) Em razão de certas controladas não apresentarem histórico de lucros tributáveis e devido às incertezas quanto à sua realização, os respectivos créditos fiscais diferidos não foram contabilizados, conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 32. A Administração destas controladas mantém monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas as condições previstas no citado Pronunciamento.

11.1. Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido é formado pela despesa corrente, calculada sobre o lucro tributável apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a legislação fiscal vigente, e, também, da despesa diferida líquida, calculada sobre as diferenças temporárias ativas e passivas originadas ou realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. O resultado diferido é resultante do cálculo do IRPJ e da CSLL sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e outras despesas temporariamente indedutíveis, assim como receitas temporariamente não tributáveis (Notas 14 e 19).

Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Corrente				
Contribuição social	**(37.190)**	(108.405)	**(77.114)**	(134.543)
Imposto de renda	**(88.487)**	(297.188)	**(198.854)**	(369.005)
Total corrente	**(125.677)**	(405.593)	**(275.968)**	(503.548)
Diferido				
Contribuição social	**(28.487)**	(35.408)	**(27.741)**	(50.860)
Imposto de renda	**(76.049)**	(121.585)	**(73.680)**	(164.592)
Total diferido	**(104.536)**	(156.993)	**(101.421)**	(215.452)
Total das despesas	**(230.213)**	(562.586)	**(377.389)**	(719.000)

A despesa corrente de imposto de renda e contribuição social apresentada nos resultados consolidados é, substancialmente, oriunda da Sociedade e de suas controladas Star One e PMS.

11.2. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com as alíquotas nominais

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes de impostos e participação de não controlador	**852.304**	1.616.604	**1.036.542**	1.819.280
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal – 34%	**(289.784)**	(549.645)	**(352.425)**	(618.556)
Créditos fiscais não constituídos em função de Instrução CVM 371/02 (1)	**–**	–	**(67.413)**	(37.897)
Equivalência patrimonial e provisão para cobertura de passivo a descoberto	**31.141**	65.833	**29.203**	14.607
Exclusões (adições) permanentes diversas (2)	**28.430**	(78.774)	**13.246**	(77.154)
Despesa de IRPJ e CSLL na demonstração do resultado	**(230.213)**	(562.586)	**(377.389)**	(719.000)

(1) O consolidado em 31 de dezembro de 2010 é representado, substancialmente, pelos créditos não reconhecidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social das controladas BrasilCenter e Tvsat, em função das incertezas quanto à realização dos mesmos.

(2) Exclusões (adições) permanentes no consolidado em 31 de dezembro de 2010, referem-se, principalmente, a recuperação destes tributos calculados sobre as perdas apuradas nos contratos de SWAP especulativos na Embratel contabilizados no segundo trimestre. Em 31 de dezembro de 2009 correspondiam aos ganhos nas operações com derivativos, as perdas no recebimento de crédito e provisão constituída para eventual não realização do ativo diferido na Embratel.

12. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Disponibilidades e valores equivalentes						
Caixa e bancos	**9.826**	21.221	83.019	**49.279**	29.024	118.807
Aplicações financeiras no exterior	**–**	1.410	12.399	**–**	1.410	12.399
Fundos de investimento financeiro	**–**	589.701	308.440	**13.709**	933.192	433.983
Outras aplicações	**850**	47.351	–	**10.328**	47.351	–
Provisão para imposto de renda e outros	**(34)**	(1.198)	(779)	**(47)**	(1.696)	(874)
Total	**10.642**	658.485	403.079	**73.269**	1.009.281	564.315

Demonstrativo das aplicações financeiras no exterior e dos fundos de investimentos:

	Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Over SELIC	**5**	536.204	308.031
LFT	**–**	–	409
CDB	**845**	100.848	–
Aplicação off-shore	**–**	1.410	12.399
Provisão para IR e outros	**(34)**	(1.198)	(779)
Total	**816**	637.264	320.060

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Over SELIC	**13.994**	844.660	433.002
Debêntures	**9.198**	–	–
CDB	**845**	135.883	–
Aplicação off-shore	**–**	1.410	12.399
LFT	**–**	–	981
Provisão para IR e outros	**(47)**	(1.696)	(874)
Total	**23.990**	980.257	445.508

Uma parcela das aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas está representada por fundos de investimento exclusivos ("FIs"), classificados como Multimercado e Referenciado DI, ambos de curto prazo, destinados à Sociedade e empresas afiliadas e controladas/controladoras, ou que tenham sua autorização para participar dos fundos. Foram constituídos sob a forma de condomínios abertos com prazo indeterminado de duração e possuem liquidez diária. A Administração da carteira dos FIs é realizada por gestores externos. Integram a carteira dos fundos, Títulos Públicos Federais, Títulos de Emissão de Instituições Financeiras, Cotas de Fundos de Investimento, Operações Compromissadas ou outros Valores Mobiliários, de acordo com o regulamento vigente dos fundos. Estes títulos e valores mobiliários estão registrados, conforme o caso, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, ou na Bolsa de Mercadorias & Futuros-BM&F.

13. Contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Serviços de voz	**1.378.583**	1.457.223	1.580.667	**1.378.583**	1.457.223	1.580.667
Dados, empresas de telecomunicações e outros serviços	**954.877**	1.017.495	1.019.474	**1.191.964**	1.138.459	1.088.595
Administradoras estrangeiras	**88.324**	87.573	99.974	**67.548**	66.414	99.974
Subtotal	**2.421.784**	2.562.291	2.700.115	**2.638.095**	2.662.096	2.769.236
Provisão para devedores duvidosos	**(479.879)**	(556.368)	(657.592)	**(513.928)**	(568.228)	(672.554)
Total	**1.941.905**	2.005.923	2.042.523	**2.124.167**	2.093.868	2.096.682

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Serviços faturados	**1.700.069**	1.817.630	1.826.588	**1.886.004**	1.913.515	1.894.803
Serviços a faturar	**721.715**	744.661	873.527	**752.091**	748.581	874.433
Contas a receber bruto	**2.421.784**	2.562.291	2.700.115	**2.638.095**	2.662.096	2.769.236
Provisão para devedores duvidosos	**(479.879)**	(556.368)	(657.592)	**(513.928)**	(568.228)	(672.554)
Contas a receber líquido	**1.941.905**	2.005.923	2.042.523	**2.124.167**	2.093.868	2.096.682

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Vencimento do contas a receber bruto						
A vencer	**1.412.579**	1.328.709	1.363.152	**1.601.202**	1.434.881	1.429.756
Vencido, com atraso de						
01 a 30 dias	**303.846**	365.817	349.966	**306.216**	361.903	348.547
31 a 60 dias	**156.803**	164.787	228.920	**154.821**	161.148	229.992
61 a 90 dias	**60.278**	134.468	97.034	**58.033**	132.285	96.855
Mais de 90 dias	**488.278**	568.510	661.043	**517.823**	571.879	664.086
Total	**2.421.784**	2.562.291	2.700.115	**2.638.094**	2.662.096	2.769.236

A Sociedade e suas controladas monitoram suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e em 01 de janeiro de 2009 composto, regra geral, por valores em atraso há mais de 90 dias, dos clientes usuários dos serviços de voz básica, voz avançada, dados e outros serviços, complementada ou reduzida por valores estimados com base em análises específicas.

A movimentação na provisão com devedores duvidosos foi como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo final em 01 de janeiro de 2009	657.592	672.554
Despesa com devedores duvidosos	354.942	357.504
Redução decorrente de outras contas a receber (1)	(36.897)	(36.897)
Baixa da provisão (2)	(419.269)	(424.933)
Saldo final em 31 de dezembro de 2009	556.368	568.228
Despesa com devedores duvidosos	**285.152**	**307.817**
Decréscimo decorrente de outras contas a receber (1)	**(12.412)**	**(12.412)**
Baixa da provisão (2)	**(349.229)**	**(349.705)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	**479.879**	**513.928**

(1) Redução ocorrida principalmente em função dos acordos com operadoras.

(2) Reconhecimento da perda em faturas oriundas de serviços de voz e dados, após período de intensas ações de cobrança e reconhecimento da perda.

14. Tributos diferidos e a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Tributos a recuperar						
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	**143.401**	18.755	100.710	**146.539**	56.179	157.252
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	**495.163**	462.000	513.639	**531.168**	500.826	533.259
Outros (1)	**78.053**	40.103	30.432	**80.985**	43.017	33.497
Total	**716.617**	520.858	644.781	**758.692**	600.022	724.008
Circulante	**499.843**	315.315	405.527	**525.105**	385.613	476.587
Não circulante	**216.774**	205.543	239.254	**233.587**	214.409	247.421
Tributos diferidos						
Prejuízo fiscal	**–**	35.067	204.386	**5.596**	60.091	246.750
Base negativa de contribuição social	**5.222**	19.048	71.576	**7.236**	28.181	86.826
Provisão para devedores duvidosos	**156.479**	182.486	184.596	**159.512**	185.259	188.652
Provisão para contingências	**127.367**	104.784	116.663	**127.431**	104.975	116.663
Provisão para ajuste ao valor de realização de ativo imobilizado e intangível	**38.633**	72.171	108.746	**38.633**	72.171	108.746
Contratos de "SWAP" (2)	**–**	51.966	37.349	**1.689**	59.563	41.140
Plano de assistência médica – aposentadoria	**88.130**	79.328	65.216	**88.130**	79.328	65.216
Outros valores (demais provisões)	**135.828**	119.691	98.648	**141.964**	125.918	103.352
Total	**551.659**	664.541	887.180	**570.191**	715.486	957.345

(1) No consolidado, representados, principalmente, pelos créditos fiscais de INSS e do PIS e COFINS apurados de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03 e aqueles retidos na fonte por órgãos públicos federais, nos moldes do artigo 64 da Lei 9.430/96.

(2) Créditos sobre perdas em operações com derivativos, líquido de provisão constituída de R$23.140 em 01 de janeiro de 2009, em decorrência de dúvidas quanto a realização, considerando as projeções atuais de comportamento do câmbio e das limitações impostas no art. 33, da IN SRF nº 25.

O ativo fiscal diferido de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias dedutíveis é reconhecido contabilmente pelas controladas Embratel, Star One e PMS, considerando a ocorrência de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido pelo Pronunciamento Técnico nº 32.

A existência de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, trazidos a valor presente, realizados pelas referidas controladas que indicam a plena utilização destes ativos dentro do prazo estabelecido na Instrução CVM n° 371/02. Tais estudos, aprovados pelos Conselhos Fiscal e de Administração, correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados destas controladas. Nesse sentido, e devido a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual estas controladas estão inseridas, poderão gerar diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma projetado para realização total do ativo fiscal diferido líquido:

Ano	Controladora	Consolidado
2011	**239.736**	**246.490**
2012	**97.002**	**103.922**
2013	**98.528**	**99.424**
2014	**28.900**	**29.607**
2015 a 2020	**57.803**	**46.513**
Total (1)	**521.969**	**525.956**

(1) Ativo fiscal diferido líquido do passivo fiscal diferido no montante de R$29.690 na controladora e R$44.235 no consolidado

15. Investimentos

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos e provisão para cobertura de passivo a descoberto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2009			Movimentação							Saldos em 31/12/2010	
	Investimentos	Ágio	Provisão para cobertura de passivo a descoberto	Redução da provisão para cobertura de passivo a descoberto	Resultado da Equivalência Patrimonial	Redução de capital	Aquisição / subscrição de ações	Adição de ágio	Dividendos	AFAC	Investimentos	Ágio
Star One	539.300	–	–	–	**148.935**	–	–	–	**(1.408)**	–	**686.827**	–
BrasilCenter	41.133	–	–	–	**(9.328)**	–	–	–	–	**10.000**	**41.805**	–
Tvsat	317.504	–	(88.639)	88.639	**(276.648)**	–	**666.000**	–	–	–	**706.856**	–
PMS	234.968	–	–	–	**55.092**	–	–	–	**(72.825)**	–	**217.235**	–
NET	200.775	215.675	–	–	**85.422**	–	**1.994.770**	**2.297.447**	–	–	**2.280.967**	**2.513.122**
GB	7.052	–	–	–	**470**	–	–	–	–	–	**7.522**	–
Outros (1)	1.169	–	–	–	**(991)**	**(17)**	–	–	–	–	**161**	–
	1.341.901	215.675	(88.639)	88.639	**2.952**	**(17)**	**2.660.770**	**2.297.447**	**(74.233)**	**10.000**	**3.941.373**	**2.513.122**
	1.557.576			91.591							**6.454.495**	

(1) Representa, principalmente, o saldo e movimentações de investimento na controlada Click 21.

Em 31 de dezembro de 2010, os detalhes do investimento nas principais controladas e coligadas diretas, são como se seguem:

Controladas/ coligadas	Lucro (prejuízo) líquido	Patrimônio líquido e AFAC	Quantidade de ações/ quotas (lotes de mil) Ordinárias	Preferenciais	% de participação Total	Capital votante
Star One	**185.312**	**860.237**	**83.958**	**–**	**80,0%**	**80,0%**
PMS	**55.092**	**217.235**	**1.699**	**3.398**	**100,0%**	**100,0%**
Tvsat	**(188.009)**	**706.856**	**861.504**	**–**	**100,0%**	**100,0%**
BrasilCenter	**(9.328)**	**41.805**	**80.839**	**–**	**100,0%**	**100,0%**
NET	**307.151**	**3.814.666**	**2.581**	**203.685**	**60,1%**	**2,3%**
GB	**70.510**	**822.384**	**106**	**432**	**0,9%**	**0,5%**

O valor de mercado das ações da NET, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na BOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2010 a R$22,61 (R$23,62 em 31 de dezembro de 2009 e R$13,29 em 01 de janeiro de 2009) por ação. As demais investidas não possuem ações negociadas em Bolsas de Valores.

Os investimentos no consolidado estão compostos como se seguem:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial			
NET	**2.280.967**	200.775	155.557
GB	**7.522**	7.052	5.821
Ágio na aquisição de investimentos			
NET	**2.513.122**	215.675	215.675
Outros	**19**	19	19
Total	**4.801.630**	423.521	377.072

16.Imobilizado:

		Controladora								
Custo ou avaliação		01/01/2009	Adições	Baixas (4)	Transferências (3)	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências (3)	31/12/2010
Equipamentos de comutação		4.982.084	-	(12.887)	564.864	5.534.061	-	**(955)**	**396.724**	**5.929.830**
Equipamentos de transmissão		10.196.082	-	(98.553)	523.964	10.621.493	-	**(1.132)**	**621.104**	**11.241.465**
Prédios e canalização		1.336.910	-	(3)	4.803	1.341.710	-	**(9)**	**3.130**	**1.344.831**
Terrenos		187.081	-	-	-	187.081	-	-	-	**187.081**
Outros ativos										
Bens de uso geral (1)		873.017	-	(8.526)	27.615	892.106	-	**(3.917)**	**57.590**	**945.779**
Infra-estrutura de telecomunicações		958.792	-	(4.947)	26.623	980.468	-	**2.595**	**41.856**	**1.024.919**
Ajuste ao valor de realização		(1.166.711)	-	-	-	(1.166.711)	-	**799**	-	**(1.165.912)**
Obras em andamento										
Imobilizado em andamento (2)		600.995	772.489	(25.305)	(992.222)	355.957	**1.128.849**	**(1.698)**	**(748.984)**	**734.124**
Estoque de investimento		76.463	400.864	(4)	(332.779)	144.544	**438.694**	**(794)**	**(396.985)**	**185.459**
Total		18.044.713	1.173.353	(150.225)	(177.132)	18.890.709	**1.567.543**	**(5.111)**	**(25.565)**	**20.427.576**
Depreciação	Taxas anuais depreciação (%)	01/01/2009	Adições	Baixas (4)	Transferências (3)	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências (3)	31/12/2010
Equipamentos de comutação	10 a 20	(2.465.380)	(443.316)	12.851	-	(2.895.845)	**(669.065)**	**689**	-	**(3.564.221)**
Equipamentos de transmissão	5 a 20	(7.223.482)	(576.083)	98.552	-	(7.701.013)	**(836.867)**	**348**	**145**	**(8.537.387)**
Prédios e canalização	4	(865.421)	(40.970)	3	-	(906.388)	**(40.105)**	**1**	**(145)**	**(946.637)**
Outros ativos										
Bens de uso geral (1)	10 a 20	(744.500)	(39.189)	8.525	-	(775.164)	**(40.096)**	**2.347**	-	**(812.913)**
Infra-estrutura de telecomunicações	4, 5 e 10	(754.390)	(53.886)	7.307	-	(800.969)	**(48.648)**	**(1.747)**	-	**(851.364)**
Ajuste ao valor de realização		824.342	130.359	-	-	954.701	**98.233**	**(648)**	-	**1.052.286**
Total		(11.228.831)	(1.023.085)	127.238	-	(12.124.678)	**(1.536.548)**	**990**	-	**(13.660.236)**
Imobilizado líquido		6.815.882	150.268	(22.987)	(177.132)	6.766.031	**30.995**	**(4.121)**	**(25.565)**	**6.767.340**

(1) Veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios

(2) Composição de Imobilizado em andamento:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Serviços de dados e internet	**89.195**	68.724	43.353
Acesso, infra-estrutura e serviços locais	**336.906**	138.537	300.971
Infra-estrutura de rede	**252.948**	134.638	197.908
Tecnologia da informação	**53.602**	12.899	51.787
Outras	**1.473**	1.159	6.976
Total	**734.124**	355.957	600.995

(3) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação bem como para o intangível

(4) Inclui R$22.915 de baixa de equipamentos para aporte de capital na controlada BrasilCenter.

		Consolidado								
Custo ou avaliação		01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências (3)	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências (3)	31/12/2010
Equipamentos de comutação		5.064.235	-	(12.887)	590.649	5.641.997	-	**(955)**	**414.153**	**6.055.195**
Equipamentos de transmissão		12.321.985	-	(113.366)	677.133	12.885.752	-	**(5.213)**	**1.067.248**	**13.947.787**
Prédios e canalização		1.346.633	-	(3)	4.803	1.351.433	-	**(9)**	**3.130**	**1.354.554**
Terrenos		191.471	-	-	-	191.471	-	-	-	**191.471**
Outros ativos										
Bens de uso geral (1)		921.712	-	(8.526)	39.945	953.131	-	**(3.952)**	**61.995**	**1.011.174**
Infra-estrutura de telecomunicações		979.020	-	(4.947)	32.167	1.006.240	-	**(11.773)**	**50.427**	**1.044.894**
Ajuste ao valor de realização		(1.166.711)	-	-	-	(1.166.711)	-	**799**	-	**(1.165.912)**
Obras em andamento										
Imobilizado em andamento (2)		648.145	920.186	(2.390)	(1.047.867)	518.074	**1.376.202**	**(1.696)**	**(820.638)**	**1.071.942**
Estoque de investimento		98.638	568.928	(4)	(483.461)	184.101	**876.791**	**(809)**	**(804.515)**	**255.568**
Total		20.405.128	1.489.114	(142.123)	(186.631)	21.565.488	**2.252.993**	**(23.608)**	**(28.200)**	**23.766.673**
Depreciação	Taxas anuais depreciação (%)	01/01/2009	Adições	Baixas	Transferências (3)	31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências (3)	31/12/2010
Equipamentos de comutação	10 a 20	(2.481.504)	(454.181)	12.851	-	(2.922.834)	**(681.354)**	**689**	-	**(3.603.499)**
Equipamentos de transmissão	5 a 20	(8.327.527)	(711.117)	100.780	-	(8.937.864)	**(1.015.626)**	**2.796**	**145**	**(9.950.549)**
Prédios e canalização	4	(866.088)	(41.588)	3	-	(907.673)	**(40.724)**	**1**	**(145)**	**(948.541)**
Outros ativos										
Bens de uso geral (1)	10 a 20	(767.194)	(48.079)	8.525	-	(806.748)	**(48.690)**	**2.378**	-	**(853.060)**
Infra-estrutura de telecomunicações	4, 5 e 10	(762.318)	(56.903)	7.307	-	(811.914)	**(52.410)**	**(1.745)**	-	**(866.069)**
Ajuste ao valor de realização		824.342	130.359	-	-	954.701	**98.234**	**(648)**	-	**1.052.287**
Total		(12.380.289)	(1.181.509)	129.466	-	(13.432.332)	**(1.740.570)**	**3.471**	-	**(15.169.431)**
Imobilizado líquido		8.024.839	307.605	(12.657)	(186.631)	8.133.156	**512.423**	**(20.137)**	**(28.200)**	**8.597.242**

(1) Veículos, equipamentos de informática, móveis e utensílios

(2) Composição de Imobilizado em andamento:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Equipamentos de transmissão	**133.873**	52.400	–
Serviços de dados e internet	**102.188**	82.804	56.071
Acesso, infra-estrutura e serviços locais	**502.991**	212.910	319.942
Infra-estrutura de rede	**267.873**	142.448	199.423
Tecnologia da informação	**60.240**	13.031	55.056
Outras	**4.777**	14.481	17.653
Total	**1.071.942**	518.074	648.145

(3) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação bem como para o intangível

a) Bens vinculados aos contratos de concessão.

O contrato de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional prevê a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação do serviço objeto da concessão, de modo a garantir a continuidade destes ao final da concessão.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

b) Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade possui imóveis e outros ativos imobilizados, arrolados e/ou nomeados à penhora em processos judiciais, no montante de R$362.261 (R$366.362 em 31 de dezembro de 2009 e R$474.082 em 01 de janeiro de 2009).

c) Satélite Star One C3

A controlada Star One assinou em dezembro de 2009, contrato com a Orbital Sciences Corporation dos Estados Unidos para a entrega em órbita do satélite Star One C3. O investimento total do projeto está estimado em US$270 milhões. Em 31 de dezembro de 2010, o montante relacionado a esse contrato está registrado na rubrica obras em andamento, totalizando R$133.873 (R$52.400 em 31 de dezembro de 2009).

O Star One C3 terá configuração de 28 transponders em Banda C, faixa destinada à comunicação em geral, e 16 em Banda Ku, faixa destinada à transmissão de sinais de vídeo, dados, internet e voz diretamente para os usuários. Sua cobertura abrangerá a América do Sul. O Star One C3, a exemplo de todos os demais satélites da controlada Star One, será operado da estação terrena de Guaratiba, localizada no Estado do Rio de Janeiro. Essa estação, ativada em 1985, controla os satélites e as comunicações, realiza o rastreamento dos mesmos, e é capacitada para dar suporte de serviços de lançamento. A estação é certificada pela ISO 9001:2008 desde julho de 1998. Simultaneamente a controlada Star One opera a estação terrena de Tanguá (estação back-up), também localizada no Estado do Rio de Janeiro.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Sociedade avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento, são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Sociedade, bem como em dados de mercado comparáveis e representam a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

• Receitas - Projetadas com base no orçamento anual do próximo exercício e no plano de negócios da Sociedade, considerando a evolução histórica dos serviços de cada uma das controladas.

• Custos e despesas operacionais - Projetados com base no desempenho histórico da Sociedade em concordância com o modelo de remuneração de redes vigente e considerando os custos de aquisição necessários para sustentar os crescimentos previstos.

• Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento previsto para os próximos anos, o aumento em nossa capilaridade de acesso local, bem como os recursos necessários para a manutenção de nossa planta atual.

17. Intangível

		Controladora							
Custo		01/01/2009	Adições	Transferências (3)	31/12/2009	Adições	Baixa	Transferências (3)	31/12/2010
Softwares		1.173.934	-	91.150

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL
CNPJ/MF nº 33.530.486/0001-29

	Consolidado							
Custo	**01/01/2009**	**Adições**	**Transferências (3)**	**31/12/2009**	**Adições**	**Baixa**	**Transferências (3)**	**31/12/2010**
Softwares	1.303.149	-	100.649	1.403.798	-	-	**50.463**	**1.454.261**
Direito de uso de passagem	279.535	-	1.238.928	1.518.463	-	-	-	**1.518.463**
Direito de uso de passagem – juros a apropriar	-	-	(266.461)	(266.461)	-	**51.870**	-	**(214.591)**
Licenças regulatórias	52.045	7.436	-	59.481	-	-	-	**59.481**
Ágio (1)	38.823	-	-	38.823	-	-	-	**38.823**
Outros	53.718	20.625	1.511	75.854	-	-	-	**75.854**
Ajuste ao valor de realização (2)	(157.725)	-	-	(157.725)	-	-	-	**(157.725)**
Intangível em andamento	-	899.701	(887.996)	11.705	**47.978**	-	**(22.263)**	**37.420**
Total	1.569.545	927.762	186.631	2.683.938	**47.978**	**51.870**	**28.200**	**2.811.986**

Amortização	**Taxas anuais de amortização (%)**	**01/01/2009**	**Adições**	**Transferências (3)**	**31/12/2009**	**Adições**	**Baixa**	**Transferências (3)**	**31/12/2010**
Softwares	20	(1.165.329)	(68.575)	-	(1.233.904)	**(66.422)**	-	-	**(1.300.326)**
Direito de uso de passagem	3 a 20	(121.601)	(36.392)	813	(157.180)	**(256.014)**	-	-	**(413.194)**
Licenças regulatórias	5 e 6,67	(4.866)	(5.040)	-	(9.906)	**(4.267)**	-	-	**(14.173)**
Ágio (1)		(12.489)	-	-	(12.489)	-	-	-	**(12.489)**
Ajuste ao valor de realização (2)	3 a 20	156.968	501	-	157.469	**256**	-	-	**157.725**
Outros		(48.803)	(1.178)	(813)	(50.794)	**(1.842)**	-	-	**(52.636)**
Total		(1.196.120)	(110.684)	-	(1.306.804)	**(328.289)**	-	-	**(1.635.093)**
Intangível líquido		373.425	817.078	186.631	1.377.134	**(280.311)**	**51.870**	**28.200**	**1.176.893**

(1) Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos até aquela data. A partir de 1º de janeiro de 2009 não são mais amortizados, devendo apenas ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.
(2) O ajuste ao valor de realização refere-se aos sistemas de processamento de dados (softwares) das antigas controladas Vésper São Paulo S.A. ("VSP") e Vésper S.A., incorporadas pela Embratel em fevereiro de 2008.
(3) Representam transferências de intangível em andamento para operação bem como do imobilizado para intangível.

18. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Moeda nacional	**1.031.746**	1.007.367	1.171.274	**1.094.601**	1.077.477	1.191.134
Moeda estrangeira	**69.674**	59.306	95.662	**94.894**	70.923	102.961
Total	**1.101.420**	1.066.673	1.266.936	**1.189.495**	1.148.400	1.294.095

19. Obrigações fiscais e tributos diferidos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Obrigações Fiscais						
Federais						
PIS/COFINS [1]	**59.015**	58.984	61.334	**68.770**	68.402	67.079
FUNTTEL	**105.934**	84.512	64.066	**106.483**	84.800	64.154
IRPJ e CSLL [2]	**33.563**	69.748	–	**68.863**	71.530	–
Taxa de renovação de concessão ANATEL (Nota 1)	**43.180**	–	46.093	**43.180**	–	46.093
FUST [3]	**8.135**	8.618	7.722	**9.213**	9.166	7.980
FISTEL	**6.174**	10.782	94	**6.173**	10.781	94
INSS	**3.155**	2.155	2.227	**4.032**	2.845	2.978
Outros	**10.661**	7.328	9.506	**12.245**	8.508	9.827
Estaduais						
ICMS	**425.630**	418.396	456.532	**457.883**	437.702	463.768
Outros	**13.941**	83	–	**1.404**	83	407
Municipais						
ISS	**4.760**	3.589	2.844	**6.499**	4.407	3.713
Outros	**2.563**	2.433	2.402	**2.683**	2.552	2.520
Total	**716.711**	666.628	652.820	**787.428**	700.776	668.613
Circulante	**716.105**	664.200	650.292	**786.623**	698.210	665.953
Não circulante	**606**	2.428	2.528	**805**	2.566	2.660
Tributos diferidos						
IRPJ e CSLL Lei nº 8.200/91 - correção monetária complementar	**29.488**	30.339	31.603	**29.488**	30.339	31.253
IRPJ e CSLL - contrato Swap/Hedge	**–**	7.696	49.930	**–**	7.696	56.894
IRPJ e CSLL - depreciação dos satélites	**–**	**–**	–	**14.404**	50.303	4.188
IRPJ e CSLL - variação cambial	**–**	**–**	–	**141**	–	–
IRPJ e CSLL - prêmio sobre emissão de debêntures	**202**	**–**	–	**202**	–	–
Total	**29.690**	38.035	81.533	**44.235**	88.338	92.335

[1] Em 1999, as controladas questionaram a mudança introduzida pela Lei nº 9.718/98 que aumentava: (a) a receita tributável para cálculo de PIS e COFINS, incluindo receita financeira e variações cambiais e (b) a alíquota do COFINS de 2% para 3%. Apesar deste questionamento, a Sociedade e suas controladas continuaram a provisionar o valor total do passivo fiscal e efetuaram depósito judicial no período de agosto de 1999 a abril de 2001. Entretanto, a partir de maio de 2001, baseada em jurisprudência, a Sociedade e suas controladas decidiram descontinuar a prática dos depósitos, passando a recolher PIS e COFINS nos termos da legislação em vigor. Em 29 de agosto de 2002, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 66, que permitiu a liquidação das obrigações fiscais que estavam sendo discutidas judicialmente sem a incidência de multas. A Embratel decidiu então, baseada na referida MP e na petição apresentada em juízo para liquidar a dívida, por apresentar os impostos e contribuições provisionados, no valor de R$173.122, líquidos dos correspondentes depósitos judiciais no mesmo montante.
[2] Provisões líquidas das antecipações de IRPJ e CSLL no montante de R$114.361 no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (R$333.906 na controladora e R$359.197 no consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R$166.187 na controladora e R$22.890 no consolidado em 01 de janeiro de 2009), recolhidas com base na apuração do lucro tributável pela sistemática do balancete de suspensão/redução, exceto para a Embratel, que optou pelo pagamento destes tributos com base no lucro real trimestral.

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Controladora	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Moeda nacional									
Empréstimos bancários	**27.882**	**22.916**	**50.798**	217.510	145.144	362.654	457.395	–	457.395
Partes relacionadas	**41.506**	**2.441.689**	**2.483.195**	–	–	–	–	–	–
Notas promissórias	**–**	**–**	**–**	–	–	–	402.869	–	402.869
Debêntures	**66.738**	**2.433.525**	**2.500.263**	–	–	–	–	–	–
Finame	**9.188**	**41.718**	**50.906**	1.667	30.122	31.789	–	–	–
Financiamento de ICMS	**6.090**	**1.516**	**7.606**	6.110	7.580	13.690	6.131	13.644	19.775
Subtotal	**151.405**	**4.941.364**	**5.092.769**	225.287	182.846	408.133	866.395	13.644	880.039
Moeda estrangeira									
Empréstimos bancários	**–**	**–**	**–**	399.724	887.268	1.286.992	471.081	1.130.185	1.601.266
Subtotal	**–**	**–**	**–**	399.724	887.268	1.286.992	471.081	1.130.185	1.601.266
Total de dívida	**151.405**	**4.941.364**	**5.092.769**	625.011	1.070.114	1.695.125	1.337.476	1.143.829	2.481.305

Consolidado	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Moeda nacional									
Empréstimos bancários	**27.882**	**22.916**	**50.798**	217.510	145.144	362.654	457.395	–	457.395
Partes relacionadas	**42.840**	**2.562.775**	**2.605.615**	–	–	–	–	–	–
Notas promissórias	**–**	**–**	**–**	–	–	–	402.869	–	402.869
Debêntures	**66.738**	**2.433.525**	**2.500.263**	–	–	–	–	–	–
Finame	**9.188**	**41.718**	**50.906**	1.683	30.122	31.805	189	16	205
Financiamento de ICMS	**6.090**	**1.516**	**7.606**	6.110	7.580	13.690	6.131	13.644	19.775
Subtotal	**152.738**	**5.062.450**	**5.215.188**	225.303	182.846	408.149	866.584	13.660	880.244
Moeda estrangeira									
Empréstimos bancários	**–**	**–**	**–**	399.724	887.268	1.286.992	471.081	1.130.185	1.601.266
Financiamento dos satélites C-1 e C-2	**–**	**–**	**–**	95.219	257.854	353.073	128.338	472.101	600.439
Subtotal	**–**	**–**	**–**	494.943	1.145.122	1.640.065	599.419	1.602.286	2.201.705
Total da dívida	**152.738**	**5.062.450**	**5.215.188**	720.246	1.327.968	2.048.214	1.466.003	1.615.946	3.081.949

Os empréstimos e financiamentos contratados são para cobertura das necessidades operacionais da Sociedade e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2010, a posição de endividamento era:

Controladora	Montante	%	Custo médio da dívida
Em moeda nacional			
Circulante	151.405	3,0%	99,32% CDI
Não circulante	4.941.364	97,0%	107,96% CDI
Total de dívida	5.092.769	100,0%	

Consolidado	Montante	%	Custo médio da dívida
Em moeda nacional			
Circulante	152.738	2,9%	99,44% CDI
Não circulante	5.062.450	97,1%	108,09% CDI
Total de dívida	5.215.188	100,0%	

a) Cronograma de pagamento
Em 31 de dezembro de 2010, a amortização do principal de longo prazo apresentava as seguintes composições por ano de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2012	**42.877**	**42.877**
2013	**2.444.919**	**2.444.919**
2014	**2.453.502**	**2.574.588**
2015	**66**	**66**
Total	**4.941.364**	**5.062.450**

b) Composição percentual da dívida total por moeda de origem

	Controladora (%)			Consolidado (%)		
	31/12/2010	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Dólar norte-americano	**–**	75,9	64,5	**–**	80,1	71,4
TJLP	**1,0**	–	–	**1,0**	–	–
Reais	**99,0**	24,1	35,5	**99,0**	19,9	28,6
Total	**100,0**	100,0	100,0	**100,0**	100,0	100,0

c) Empréstimos bancários
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram captados, respectivamente, R$45.676 e R$880.094 e liquidados, respectivamente, R$1.627.275 e R$820.147 de valores de principal.
d) Partes relacionadas
No segundo semestre de 2010 a Embratel e sua controlada Star One captaram recursos em moeda nacional junto à Sercotel S.A. de C.V. ("Sercotel"), nos montantes totais de R$1.485.188 na controladora e R$1.606.274 no consolidado, tendo sido liquidados R$30.000 na controladora e no consolidado, que destinam-se, basicamente, à aquisição de ações da NET e a realização do pré-pagamento de dívidas existentes com outras instituições financeiras, buscando-se principalmente reduzir a exposição ao risco cambial. Adicionalmente, para a aquisição de ações da NET também foram captados R$986.501 junto a Claro Chile (Nota 25.2).
e) Notas promissórias
Em 10 de junho de 2009, no vencimento, a Embratel resgatou o montante total de R$400.000 referente às 16 notas promissórias comerciais emitidas e subscritas em dezembro de 2008, em série única, com valor nominal unitário de R$25.000 e remuneradas ao equivalente à acumulação de 118,50% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.
f) Financiamento do satélite Star One C-1 e Star One C-2
Em 29 novembro de 2010, a controlada Star One liquidou antecipadamente os contratos de financiamento em moeda estrangeira através de recursos advindos de linha de crédito assinada com parte relacionada -Sercotel (Nota 25.2) de até R$450.000, dos quais foram sacados R$121.086 até 31 de dezembro de 2010.
Os valores liquidados destes respectivos empréstimos foram como seguem abaixo:
• Financiamento do satélite Star One C1
Principal: USD92.815 equivalentes a R$160.292
Juros e outros encargos: USD6.615 equivalentes a R$11.425
Total: USD99.430 equivalentes a R$171.717
• Financiamento do satélite Star One C2
Principal: USD82.052 equivalentes a R$141.027
Juros e outros encargos: USD5.741 equivalentes a R$9.871
Total: USD87.793 equivalentes a R$150.898
O pagamento antecipado visa reduzir as incertezas e riscos cambiais da controlada Star One.
Em virtude da liquidação antecipada de tais empréstimos, a controlada Star One incorreu em custo contratual junto ao BNP Paribas (Banco líder) no valor de R$14.961, encerrando suas obrigações relacionadas a covenants financeiros e não financeiros e reduzindo sua exposição a riscos cambiais.
g) Financiamento ICMS
Corresponde ao financiamento de 60% do valor do ICMS efetivamente apurado sobre receitas operacionais.
O montante principal do crédito efetivamente usufruído foi de R$28.372 e vem sendo amortizado conforme às previsões contratuais (prazo de amortização de 60 meses, taxa de juros de 4,5% a 6% a.a. e taxa de serviço equivalente a 1% sobre cada parcela liberada). O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2010 é de R$7.606 (R$13.690 em 31 de dezembro de 2009 e R$19.775 em 01 de janeiro de 2009).
h) Emissão de Debêntures Simples
Em 11 de outubro de 2010, a Embratel colocou R$2.430.000 em debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, com prazo de vencimento de 3 anos e remunerados a 104% do CDI, com pagamento de juros semestrais. As debêntures não possuem qualquer forma de garantia ao credor. Nesta mesma data, a Embratel cancelou R$1.070.000 em debêntures emitidas e não colocadas.
Os recursos obtidos por meio desta emissão foram aplicados na liquidação financeira da oferta Pública Voluntária para a aquisição de ações preferenciais da NET.
i) Garantias
As garantias concedidas em razão dos empréstimos e financiamentos constituem-se de notas promissórias, que apesar de não representarem garantias reais, dispõem de instrumentos executáveis em casos de falta de pagamento.

21. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais
A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utilizava instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição a esses riscos, ajustando-os periodicamente a níveis julgados adequados pela Administração. A Sociedade possui ativos e passivos em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente do dólar norte americano.
Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando proteção, segurança e liquidez. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.
b) Gerenciamento de riscos
A estimativa diária dos riscos de mercado é feita com a utilização de instrumentos estatísticos, como o Value at Risk (VaR) paramétrico, o que torna possível consolidar os riscos de juros e câmbio numa medida comum e integrada para todas as operações de financiamento. Além do cálculo do VaR, também é utilizado o conceito de Stress-Test, onde é possível estimar a perda numa situação extrema no cenário macroeconômico.
Todas as operações da Sociedade e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez e registradas em balcão, o que reduz seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente.
c) Swap de juros e moedas
Para mitigar os riscos a que estão expostas a Sociedade e sua controlada Star One realizaram alguns contratos de *swap* de juros e moedas com característica de proteção, como segue:

Controladora	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
Descrição	**Valor de referência (milhares de) R$**	**US$**	**Valor justo a receber (a pagar)**	**Valor de referência (milhares de) R$**	**US$**	**Valor justo a receber (a pagar)**
Posição Ativa - USD	**851.776**	**449.434**	**792.343**	901.805	473.809	1.062.238
Posição Passiva - CDI	**(851.776)**	**(449.434)**	**(917.188)**	(901.805)	(473.809)	(968.941)
	–	**–**	**(124.845)**	–	–	93.297

Consolidado	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
Descrição	**Valor de referência (milhares de) R$**	**US$**	**Valor justo a receber (a pagar)**	**Valor de referência (milhares de) R$**	**US$**	**Valor justo a receber (a pagar)**
Posição Ativa - USD	**1.009.585**	**530.238**	**930.539**	923.498	484.877	1.087.756
Posição Passiva - CDI	**(1.009.585)**	**(530.238)**	**(1.077.726)**	(923.498)	(484.877)	(992.473)
	–	**–**	**(147.187)**	–	–	95.283

Adicionalmente, a Embratel e sua controlada Star One possuía operações de derivativos baseando-se em oportunidades de mercado classificadas como instrumentos financeiros circulante, visando ajustar a posição de hedge a níveis julgados adequados pela Administração. Tais operações foram classificadas nas linhas de instrumentos financeiros como circulante e não circulante de acordo com seus vencimentos.

Controladora	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
Descrição	**Valor de referência (milhares de) R$**	**US$**	**Valor justo a receber (a pagar)**	**Valor de referência (milhares de) R$**	**US$**	**Valor justo a receber (a pagar)**
Posição Ativa - USD	**–**	**–**	**–**	148.057	78.571	192.491
Posição Ativa - CDI	**4.741**	**2.155**	**5.034**	873.755	376.919	883.751
Posição Passiva - CDI	–	–	**–**	(148.057)	(78.571)	(169.091)
Posição Passiva - USD	**(4.741)**	**(2.155)**	**(3.746)**	(873.755)	(376.919)	(836.201)
Forward	**–**	**–**	**–**	–	–	4.393
	–	**–**	**1.288**	–	–	75.343

Consolidado	31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
Descrição	**Valor de referência (milhares de) R$**	**US$**	**Valor justo a receber (a pagar)**	**Valor de referência (milhares de) R$**	**US$**	**Valor justo a receber (a pagar)**
Posição Ativa - USD	**–**	**–**	**–**	206.980	108.913	262.609
Posição Ativa - CDI	**4.741**	**2.155**	**5.034**	873.755	376.919	883.751
Posição Passiva - CDI	–	–	**–**	(206.980)	(108.913)	(232.895)
Posição Passiva - USD	**(4.741)**	**(2.155)**	**(3.746)**	(873.755)	(376.919)	(836.201)
Forward	**–**	**–**	**–**	–	–	4.393
	–	**–**	**1.288**	–	–	81.657

Os ganhos (perdas) nas operações decorrem das diferenças das variações nos indexadores contratados e são registradas no Resultado Financeiro (Nota 10), de acordo com o período de competência.
d) Critérios, premissas e limitações nos cálculos do valor de mercado
• Disponibilidades, contas a receber e a pagar a curto prazo - Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.
• Empréstimos e financiamentos - O valor de mercado é calculado trazendo as projeções dos fluxos associados às dívidas contratadas em taxa fixa a valor presente, utilizando-se da estrutura a termo da curva de juros e de cupom cambial, vigente no mercado financeiro para a presente data.
• Operações de Derivativos (*swap*) - O valor de mercado é calculado trazendo as projeções dos fluxos associados a cada instrumento a valor presente, utilizando-se da estrutura a termo da curva de juros e de cupom cambial, vigente no mercado financeiro para a presente data.
• Limitações - Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.
Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil, estão assim representados:

Controladora	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Valor contábil (milhares de) R$	**US$**	**Valor de mercado**	**Valor contábil (milhares de) R$**	**US$**	**Valor de mercado**	**Valor contábil (milhares de) R$**	**US$**	**Valor de mercado**
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	**5.092.769**	**3.056.517**	**5.086.031**	1.695.125	973.538	1.693.381	2.481.305	1.061.748	2.481.562

Consolidado	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Valor contábil (milhares de) R$	**US$**	**Valor de mercado**	**Valor contábil (milhares de) R$**	**US$**	**Valor de mercado**	**Valor contábil (milhares de) R$**	**US$**	**Valor de mercado**
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	**5.215.188**	**3.129.989**	**5.208.451**	2.048.214	1.176.323	2.052.153	3.081.949	1.318.763	3.064.394

e) Análise de sensibilidade
Em 31 de dezembro de 2010, a Administração avaliou os riscos de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente do dólar norte americano, e considerou que os possíveis impactos no resultado em decorrência dos seus ativos e passivos em moeda estrangeira não são relevantes.

22. Provisões

Controladora	Provável			Possível		
Natureza	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Provisões						
Previdenciárias e Trabalhistas	**79.429**	74.317	76.598	**153.475**	139.638	103.792
Fiscais	**103.609**	56.228	66.127	**2.470.125**	2.097.625	2.060.237
Cíveis	**191.570**	176.685	163.637	**631.145**	504.190	405.684
Subtotal	**374.608**	307.230	306.362	**3.254.745**	2.741.453	2.569.713
Benefícios a empregados	**54.392**	61.680	53.041			
Total de provisões	**429.000**	368.910	359.403			

Consolidado	Provável			Possível		
Natureza	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Provisões						
Previdenciárias e Trabalhistas	**90.665**	84.930	86.945	**199.642**	176.061	122.158
Fiscais	**103.609**	56.228	66.127	**4.133.543**	3.575.847	3.130.122
Cíveis	**192.273**	176.696	163.649	**637.716**	507.249	407.786
Subtotal	**386.547**	317.854	316.721	**4.970.901**	4.259.157	3.660.066
Benefícios a empregados	**62.876**	71.968	61.021			
Total de provisões	**449.423**	389.822	377.742			

22.1 - Contingências
No curso normal dos negócios, a Sociedade e suas controladas estão envolvidas em causas judiciais e discussões potenciais relevantes, as quais foram ou podem vir a ser levantadas pelas autoridades competentes, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível, regulatória, fiscal, previdenciária e trabalhista.
Parte significativa das contingências envolvem questões de extrema complexidade, com características únicas da Sociedade e/ou do mercado de telecomunicações, que surgiram em função da possibilidade de diferentes interpretações causadas pelas legislações pertinentes e que até a presente data não apresentam jurisprudência consolidada.
Da mesma forma, algumas dessas questões são originadas de procedimentos já adotados anteriormente à privatização da Sociedade, alguns dos quais inclusive fundamentados em instruções de órgãos competentes da época.
Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade e de suas controladas acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Sociedade, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constituiu provisão.
A Sociedade e suas controladas seguem a Deliberação CVM nº 489/05, que aprovou a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 emitido pelo IBRACON ("NPC 22"), divulgando toda e qualquer informação relevante em nota explicativa quando a chance de ocorrência de passivos contingentes é possível (valores históricos). É provisionada e divulgada a perda contingente sempre que for provável a existência de passivo e razoavelmente estimada.
A movimentação dos saldos de contingências prováveis, para o período findo em 31 de dezembro de 2010, está demonstrada a seguir:

Controladora		Movimentação			
	Saldo em 31/12/2009	**Adições/ (reversões)**	**Pagamentos**	**Atualizações monetárias (1) e outras**	**Saldo em 31/12/2010**
Previdenciárias e Trabalhistas	74.317	**27.213**	**(22.101)**	**-**	**79.429**
Fiscais	56.228	**57.315**	**(5.189)**	**(4.746)**	**103.608**
Cíveis	176.685	**47.501**	**(43.284)**	**10.669**	**191.571**
	307.230	**132.029**	**(70.574)**	**5.923**	**374.608**

Consolidado		Movimentação			
	Saldo em 31/12/2009	**Adições/ (reversões)**	**Pagamentos**	**Atualizações monetárias (1) e outras**	**Saldo em 31/12/2010**
Previdenciárias e Trabalhistas	84.930	**33.931**	**(28.196)**	**–**	**90.665**
Fiscais	56.228	**57.316**	**(5.189)**	**(4.746)**	**103.609**
Cíveis	176.696	**48.313**	**(43.406)**	**10.670**	**192.273**
	317.854	**139.560**	**(76.791)**	**5.924**	**386.547**

(1) Registrado na rubrica Resultado Financeiro (Nota 10).

22.1.1 Contingências previdenciárias e trabalhistas
A Embratel e suas controladas Star One, BrasilCenter, PMS e Tvsat constituíram provisão para ações envolvendo reclamações trabalhistas, principalmente no que se refere a questões salariais, como diferenças e equiparações, horas extras e outras causas.
A provisão foi constituída pela Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, e utiliza como parâmetros decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes.
A Embratel e suas controladas PMS, BrasilCenter e Star One possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no período de 1996 a 2010, no valor de R$11.094 na controladora e R$30.390 no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (R$5.804 na controladora e R$20.636 no consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R$5.804 na controladora e R$6.884 no consolidado em 01 de janeiro de 2009), classificadas como de perda possível pela Administração da Sociedade e das controladas.

22.1.2. Contingências fiscais

Controladora	Provável			Possível		
Causas	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
ICMS (a)	**14.648**	21.969	37.975	**252.113**	140.473	131.660
CSLL/IRPJ (b)	**–**	–	824	**133.497**	133.497	85.545
IRRF/CIDE (c)	**293**	–	–	**134.236**	134.446	134.187
PIS (d)	**7.456**	7.170	–	**175.733**	175.733	181.255
COFINS (e)	**74.243**	20.216	17.794	**160.814**	157.189	391.086
FUST/FUNTTEL (f)	**–**	–	–	**598.226**	475.943	277.631
ILL/Saldo Negativo de IRPJ (g)	**–**	–	–	**388.308**	388.308	388.308
Outras (h)	**6.969**	6.873	9.534	**627.198**	492.036	470.565
Total	**103.609**	56.228	66.127	**2.470.125**	2.097.625	2.060.237

Consolidado	Provável			Possível		
Causas	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
ICMS (a)	**14.648**	21.969	37.975	**1.875.555**	1.604.126	1.188.112
CSLL/IRPJ (b)	**–**	–	824	**136.321**	134.026	86.074
IRRF/CIDE (c)	**293**	–	–	**134.236**	134.446	134.187
PIS (d)	**7.456**	7.170	–	**175.733**	175.754	181.277
COFINS (e)	**74.243**	20.216	17.794	**162.281**	158.656	392.553
FUST/FUNTTEL (f)	**–**	–	–	**606.569**	481.453	279.741
ILL/Saldo Negativo de IRPJ (g)	**–**	–	–	**400.644**	390.398	390.397
Outras (h)	**6.969**	6.873	9.534	**642.204**	496.988	477.781
Total	**103.609**	56.228	66.127	**4.133.543**	3.575.847	3.130.122

Segue abaixo descrição das principais contingências tributárias da Sociedade e suas controladas:
a) ICMS
A Embratel possui contingências fiscais pelo não recolhimento de ICMS e referente a tomada de créditos supostamente indevidos para as quais constituíram provisão no montante de R$14.648 em 31 de dezembro de 2010 (R$7.047 em 31 de dezembro de 2009 e R$23.053 em 01 de janeiro de 2009). As causas cuja probabilidade de perda foram avaliadas como possível pelos consultores jurídicos e pela Administração da Sociedade somam o valor de aproximadamente R$252.113 em 31 de dezembro de 2010 (R$140.473 em 31 de dezembro de 2009 e R$131.660 em 01 de janeiro de 2009).
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a controlada PMS foi autuada no valor de R$288.763, referente ao ICMS sobre determinadas atividades, entendidas pela Administração como não integrantes dos serviços de comunicação de dados. A Administração desta controlada e seus consultores jurídicos julgam como possível a probabilidade de perda desta causa.
A controlada Star One possui autuações fiscais no valor total de R$1.334.679 em 31 de dezembro de 2010 (R$1.174.890 em 31 de dezembro de 2009 e R$767.689 em 01 de janeiro de 2009), nas quais se exige ICMS sobre cessão de capacidade satelital e provimento de acesso à Internet. A Administração da controlada Star One e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.
b) CSLL/IRPJ
A Embratel e sua controlada Star One possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL, no valor total de R$133.497 na controladora e R$136.321 no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (R$133.497 na controladora e R$134.026 no consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R$85.545 na controladora e R$86.074 no consolidado em 01 de janeiro de 2009), substancialmente referente à não homologação de compensações. A probabilidade de perda dessa causa foi classificada como possível em avaliação feita pelos consultores jurídicos e pela Administração da Embratel e da controlada.
c) IRRF/CIDE
A Embratel possui autuações fiscais de IRRF e CIDE no valor total de R$134.529 em 31 de dezembro de 2010 (R$134.446 em 31 de dezembro de 2009 e R$134.187 em 01 de janeiro de 2009), substancialmente decorrentes de suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). A Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos avaliam como provável a probabilidade de perda de R$293 e como possível R$134.236 em 31 de dezembro de 2010 (R$134.446 como possível a probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2009).
d) PIS
A Embratel possui autuações de PIS no valor de R$183.189 em 31 de dezembro de 2010 (R$182.903 na controladora e R$182.924 no consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R$181.255 na controladora e R$181.277 no consolidado em 01 de janeiro de 2009, que inclui a controlada PMS), substancialmente decorrentes de suposto recolhimento a menor em períodos anteriores a 1995, com base na Lei Complementar nº 7/70. A Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos avaliam em 31 de dezembro de 2010 como provável a probabilidade de perda de R$7.456 (R$7.170 em 31 de dezembro de 2009) e como possível R$175.733 (R$175.733 na controladora e R$175.754 no consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R$181.255 na controladora e R$181.277 no consolidado em 01 de janeiro de 2009).
e) COFINS
A Embratel e sua controlada Star One possuem contingências de COFINS no valor total de R$235.057 na controladora e R$236.524 no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (R$177.405 na controladora e R$178.872 no consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R$408

Em dezembro de 2006, a controlada PMS e a antiga controlada VSP (incorporada na Embratel em 2008) foram intimadas por edital quanto a notificações de lançamento de débitos do FUNTTEL. Não é possível identificar o valor, origem dos débitos e período de autuação, uma vez que o edital não continha estes elementos. Desta forma, foi impetrado Mandado de Segurança com o objetivo de afastar os efeitos do mencionado edital, tendo sido concedida liminar em janeiro de 2007. Estes valores não estão provisionados nas demonstrações financeiras.

g) Imposto de Renda na Fonte sobre o Lucro Líquido ("ILL")/Saldo negativo de IRPJ

A Embratel e suas controladas Star One e PMS possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de IRPJ, PIS, COFINS, CIDE, CSLL e IRRF com créditos de ILL e IRPJ no valor total de R$388.308 na controladora e R$400.644 no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (R$388.308 na controladora e R$390.398 no consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R$388.308 na controladora e R$390.397 no consolidado em 01 de janeiro de 2009). A Administração da Sociedade e das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.

h) Outras

A Embratel possui contingências decorrentes de multas pela não entrega de arquivos magnéticos nos formatos previstos na Instrução Normativa nº 86/2001, referentes aos anos de 2001 a 2005, no valor total de R$468.618 em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009. A Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda destas causas.

A Sociedade e suas controladas possuem outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo CPMF, ITR, ISS, IPI, II, CSRF, Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e Contribuições para o Senai. A Administração da Sociedade e das controladas e seus consultores jurídicos avaliam como provável a perda de parte destas causas, no montante de R$6.969 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (R$6.873 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2009) e como possível a perda de R$158.580 na controladora e R$173.586 no consolidado em 31 de dezembro de 2010 (R$23.418 na controladora e R$28.370 no consolidado em 31 de dezembro de 2009).

22.1.3 Contingências cíveis

	Controladora					
	Provável			Possível		
Causas	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
ANATEL (a)	**38.188**	42.300	40.379	**479.937**	316.322	208.904
Disputa com terceiros (b)	**153.382**	134.385	123.258	**151.208**	187.868	196.780
Total	**191.570**	176.685	163.637	**631.145**	504.190	405.684

	Consolidado					
	Provável			Possível		
Causas	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
ANATEL (a)	**38.188**	42.300	40.379	**479.937**	316.322	208.904
Disputa com terceiros (b)	**154.085**	134.396	123.270	**157.779**	190.927	198.882
Total	**192.273**	176.696	163.649	**637.716**	507.249	407.786

Segue abaixo descrição das principais contingências cíveis da Sociedade e de suas controladas:

a) ANATEL:

a.1) Implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica

Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia, ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a Embratel possui contingências no valor total de R$150.840 em 31 de dezembro de 2010 (R$73.192 em 31 de dezembro de 2009 e R$70.860 em 01 de janeiro de 2009), tendo a Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2010 o valor de R$24.203 (R$21.757 em 31 de dezembro de 2009 e R$19.469 em 01 de janeiro de 2009) como perda provável e R$126.637 em 31 de dezembro de 2010 (R$51.435 em 31 de dezembro de 2009 e R$51.391 em 01 de janeiro de 2009) como perda possível.

a.2) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência do descumprimento de metas definidas pela ANATEL foram instaurados pela ANATEL PADO's contra a Embratel, tendo a Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2010 o valor de R$13.985 (R$20.543 em 31 de dezembro de 2009 e R$20.910 em 01 de janeiro de 2009) como perda provável e R$353.300 (R$264.887 em 31 de dezembro de 2009 e R$157.513 em 01 de janeiro de 2009) como perda possível.

b) Disputa com terceiros

A Embratel e suas controladas Star One, PMS, BrasilCenter e Tvsat possuem contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração da Sociedade e destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2010, R$103.481 na controladora e R$103.494 no consolidado (R$86.775 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R$88.795 na controladora e no consolidado em 01 de janeiro de 2009) como perda provável e R$93.131 na controladora e R$99.699 no consolidado (R$91.549 na controladora e R$94.535 no consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R$109.956 na controladora e R$112.050 no consolidado em 01 de janeiro de 2009) como perda possível.

A Embratel e suas controladas BrasilCenter, Click 21 e Tvsat, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos e utilizando como parâmetros decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, efetuaram análise sobre as disputas judiciais com clientes, classificando em 31 de dezembro de 2010 como provável a perda de R$49.901 na controladora e R$50.591 no consolidado (R$47.610 na controladora e R$47.621, no consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R$34.463 na controladora e R$34.475 no consolidado em 01 de janeiro de 2009) e como perda possível R$58.077 na controladora e R$58.080 no consolidado (R$96.319 na controladora e R$96.392 no consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R$86.624 na controladora e R$86.832 no consolidado em 01 de janeiro de 2009).

Em abril de 2009, a Administração da controlada Star One foi notificada acerca de processo arbitral movido por duas operadoras internacionais de telecomunicações, através do qual é pleiteado ressarcimento por alegados prejuízos comerciais decorrentes de contratos firmados entre 2002 e 2004. A Administração discorda da pretensão das autoras e, através de seus consultores legais, apresentou defesa em abril de 2010. Como o pedido não explicita os valores pretendidos pelos autores, não é possível no estágio atual ter uma estimativa confiável do montante envolvido e das chances de êxito na causa.

23. Passivo atuarial - TELOS

A Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. Foi instituída pela Embratel em 1º de agosto de 1975.

A Embratel e suas controladas Star One, PMS e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, nas modalidades de: (a) Contribuição Variável (Embratel, Star One, PMS e Tvsat); (b) Benefício Definido (Embratel); e (c) Plano de Assistência Médica para os aposentados participantes do plano de Benefício Definido (Embratel). Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano (plano de benefício definido) para os exercícios de 2010 e 2009 é de 17,82%, incidente sobre o salário de participação dos participantes ativos deste plano (4 participantes em 31 de dezembro de 2010). Para o plano de contribuição definida, a contribuição da patrocinadora varia de 3% a 8% do salário aplicável do participante, além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Os planos de benefícios previdenciários e de assistência médica mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

O plano de contribuição definida foi instituído pela Embratel, através da Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998, passando a ser patrocinado também pela controlada Star One a partir de novembro de 2000, pela controlada PMS a partir de fevereiro de 2008 e pela controlada Tvsat a partir de julho de 2008. Os novos empregados contratados aderem, automaticamente, ao novo plano, estando interrompidas quaisquer adesões ao plano de benefício definido.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo plano de contribuição definida. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto à Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2010, monta à importância de R$51.266 (R$57.679 em 31 de dezembro de 2009 e R$82.189 na controladora e R$82.436 no consolidado em 01 de janeiro de 2009).

Por conta das obrigações com o plano de assistência médica, a Embratel contabilizou em 31 de dezembro de 2001, um passivo adicional no valor de R$193.424 (efeito na controladora Embrapar - R$191.050), em contrapartida ao patrimônio líquido como ajuste de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2010, tal obrigação montava R$452.630 (R$426.741 em 31 de dezembro de 2009 e R$385.234 em 01 de janeiro de 2009).

Seguem abaixo as conciliações dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras:

	Controladora 31/12/2010		
	Plano de Benefício Definido (PBD)	**Plano de Contribuição Definida (PCD)**	**Plano Médico (AMAP)**
Valor presente das obrigações atuariais	**(1.440.205)**	**(993.040)**	**(554.906)**
Valor justo dos ativos	**2.102.444**	**1.148.111**	**1.887**
Valor líquido dos ativos do plano	**662.239**	**155.071**	**(553.019)**
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	**(17.132)**	**–**	**100.389**
Restrição de limite de ativo do plano	**(627.975)**	**(155.071)**	**–**
Ativo atuarial líquido apurado	**17.132**	**–**	**(452.630)**
Ativo atuarial não reconhecido	**(17.132)** (1)	**–**	**–**
Dívida contratada	**–**	**(51.266)** (2)	**–**
Total do passivo atuarial	**–**	**(51.266)**	**(452.630)**

	Controladora 31/12/2009		
	Plano de Benefício Definido (PBD)	**Plano de Contribuição Definida (PCD)**	**Plano Médico (AMAP)**
Valor presente das obrigações atuariais	(1.251.490)	(850.164)	(423.180)
Valor justo dos ativos	1.640.300	1.004.375	1.070
Valor líquido dos ativos do plano	388.810	154.211	(422.110)
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	–	–	(4.631)
Restrição de limite de ativo do plano	(388.810)	(154.211)	–
Passivo atuarial líquido apurado	–	–	(426.741)
Dívida contratada	–	(57.679) (2)	–
Total do passivo atuarial	–	(57.679)	(426.741)

	Controladora 01/01/2009		
	Plano de Benefício Definido (PBD)	**Plano de Contribuição Definida (PCD)**	**Plano Médico (AMAP)**
Valor presente das obrigações atuariais	(1.311.664)	(1.061.292)	(407.400)
Valor justo dos ativos	1.583.350	1.156.755	22.166
Valor líquido dos ativos do plano	271.686	95.463	(385.234)
Restrição de limite de ativo do plano	(271.686)	(95.463)	–
Passivo atuarial líquido apurado	–	–	(385.234)
Dívida contratada	–	(82.189) (2)	–
Total do passivo atuarial	–	(82.189)	(385.234)

	Consolidado 31/12/2010		
	Plano de Benefício Definido (PBD)	**Plano de Contribuição Definida (PCD)**	**Plano Médico (AMAP)**
Valor presente das obrigações atuariais	**(1.440.205)**	**(1.001.261)**	**(554.906)**
Valor justo dos ativos	**2.102.444**	**1.156.672**	**1.887**
Valor líquido dos ativos do plano	**662.239**	**155.411**	**(553.019)**
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	**(17.132)**	**(101)**	**100.389**
Restrição de limite de ativo do plano	**(627.975)**	**(155.310)**	**–**
Ativo atuarial líquido apurado	**17.132**	**–**	**(452.630)**
Ativo atuarial não reconhecido	**(17.132)** (1)	**–**	**–**
Dívida contratada	**–**	**(51.266)** (2)	**–**
Total do passivo atuarial	**–**	**(51.266)**	**(452.630)**

	Consolidado 31/12/2009		
	Plano de Benefício Definido (PBD)	**Plano de Contribuição Definida (PCD)**	**Plano Médico (AMAP)**
Valor presente das obrigações atuariais	(1.251.490)	(857.319)	(423.180)
Valor justo dos ativos	1.640.300	1.011.975	1.070
Valor líquido dos ativos do plano	388.810	154.656	(422.110)
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	–	(20)	(4.631)
Restrição de limite de ativo do plano	(388.810)	(154.636)	–
Passivo atuarial líquido apurado	–	–	(426.741)
Dívida contratada	–	(57.679) (2)	–
Total do passivo atuarial	–	(57.679)	(426.741)

	Consolidado 01/01/2009		
	Plano de Benefício Definido (PBD)	**Plano de Contribuição Definida (PCD)**	**Plano Médico (AMAP)**
Valor presente das obrigações atuariais	(1.311.664)	(1.070.559)	(407.400)
Valor justo dos ativos	1.583.350	1.165.852	22.166
Valor líquido dos ativos do plano	271.686	95.293	(385.234)
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	–	170	–
Restrição de limite de ativo do plano	(271.686)	(95.463)	–
Passivo atuarial líquido apurado	–	–	(385.234)
Dívida contratada	–	(82.436) (2)	–
Total do passivo atuarial	–	(82.436)	(385.234)

(1) Ativo atuarial não contabilizado, principalmente, pelos seguintes motivos: (a) não há previsão de redução de contribuições futuras; e (b) não existem indícios que assegurem que este superávit será mantido nos próximos anos.

(2) Acordo assinado em 1º de setembro de 1999 (Termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial), onde a Embratel se comprometeu a pagar o valor estipulado em até 20 anos, sem previsão de revisão da obrigação em caso de redução da insuficiência atuarial no futuro.

Demonstrativo de movimentação do passivo atuarial:

	Controladora	**Consolidado**
Passivo atuarial em 01 de janeiro de 2009	467.423	467.670
Atualização e juros sobre as obrigações atuariais	(3.674)	(3.921)
Ajuste atuarial - IAS 19	41.506	41.506
Pagamentos efetuados durante o período (plano de contribuição definida)	(20.835)	(20.835)
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2009	484.420	484.420
Atualização e juros sobre as obrigações atuariais	**10.156**	**10.156**
Ajuste atuarial - IAS 19	**47.500**	**47.500**
Pagamentos efetuados durante o período (plano de contribuição definida)	**(38.180)**	**(38.180)**
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2010	**503.896**	**503.896**
Circulante	**27.977**	**27.977**
Não circulante	**475.919**	**475.919**

A receita (despesa) líquida consolidada referente aos planos de benefícios, segundo os critérios estabelecidos no CPC 33 de acordo com cálculo atuarial realizado por atuário independente, inclui os seguintes componentes:

	Controladora					
	PBD		PCD		AMAP	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Custo do serviço corrente	**(26)**	(8)	**(506)**	(513)	**(19)**	(18)
Custo dos juros	**(134.695)**	(135.507)	**(91.932)**	(110.163)	**(46.589)**	(43.019)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	**178.439**	164.771	**110.417**	120.498	**(898)**	1.530
Reconhecimento de (ganhos)/perda atuariais	**212.540**	87.827	**(33.665)**	15.811	**–**	–
Despesa/(receita) antes de eventos especiais	**256.258**	117.083	**(15.686)**	25.633	**(47.506)**	(41.507)
Custo de liquidação antecipada do plano	**–**	–	**–**	12.374	**–**	–
Mudança no efeito do limite de ativo	**(239.165)**	(117.124)	**(860)**	(58.748)	**–**	–
Despesa/(receita) a ser reconhecido	**17.093**	(41)	**(16.546)**	(20.741)	**(47.506)**	(41.507)

	Consolidado					
	PBD		PCD		AMAP	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Custo do serviço corrente	**(26)**	(8)	**(572)**	(572)	**(19)**	(18)
Custo dos juros	**(134.695)**	(135.507)	**(92.701)**	(111.120)	**(46.589)**	(43.019)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	**178.439**	164.771	**111.241**	121.441	**(898)**	1.530
Reconhecimento de ganhos/(perdas) atuariais	**212.540**	87.827	**(33.924)**	16.090	**–**	–
Receita/(despesa) antes de eventos especiais	**256.258**	117.083	**(15.956)**	25.839	**(47.506)**	(41.507)
Custo de liquidação antecipada do plano	**–**	–	**–**	12.644	**–**	–
Mudança no efeito do limite de ativo	**(239.165)**	(117.124)	**(674)**	(59.173)	**–**	–
Receita (Despesa) a ser reconhecido	**17.093**	(41)	**(16.630)**	(20.690)	**(47.506)**	(41.507)

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

(i)	Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial	10,75% a. a.
(ii)	Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,25% a. a.
(iii)	Taxa anual de inflação a longo prazo	4,50% a. a.
(iv)	Capacidade salarial e de benefícios	100% (1)
(v)	Crescimento dos custos médicos por faixa etária	12,00% a 6,00% a. a.

(1) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

b) Fatores biométricos

(i)	Tábua de mortalidade geral	AT-83, específica por sexo
(ii)	Tábua de mortalidade de inválidos	CSO41
(iii)	Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada
(iv)	Rotatividade	Não utilizada

24. Patrimônio líquido

a) Capital social realizado

O capital autorizado é correspondente a 10 bilhões de ações ordinárias. O capital social subscrito, totalmente integralizado é de R$4.465.355, representado por 7.267.739 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O valor patrimonial das ações, por lote de mil ações, expresso em reais, em 31 de dezembro de 2010 é de R$1.193,23 (R$1.128,65 em 31 de dezembro de 2009 e R$1.018,14 em 01 de janeiro de 2009).

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

b.2) Reserva para investimentos

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade constituiu reserva para investimentos com a destinação do lucro líquido ajustado remanescente do exercício no montante de R$458.065 (R$752.765 em 31 de dezembro de 2009 e R$491.949 em 01 de janeiro de 2009).

A proposta de Orçamento de Capital será submetida à aprovação da Assembléia Geral Ordinária.

b.3) Reserva de prêmios na emissão de debêntures

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, que determina que o prêmio recebido na emissão de debêntures seja apropriado ao resultado do exercício pelo prazo de vigência das debêntures, e nos termos da legislação fiscal vigente (Inciso III, do artigo 19, da Lei nº 11.941/09) que define que o referido prêmio não estará sujeito a tributação desde que a empresa mantenha esta receita em conta contábil de Reservas de Lucros, a Sociedade procedeu à destinação da parcela do prêmio na emissão de debêntures reconhecida no resultado do exercício, no montante de R$592, para a Reserva de Prêmio na Emissão de Debêntures.

c) Reserva de capital - juros sobre obras em andamento

Por determinação da Portaria nº 21, de 21 de fevereiro de 1994, e nº 03, de 25 de fevereiro de 1994, a Sociedade calculava, até o ano de 1998, os juros sobre obras em andamento à taxa de 12% a.a. sobre os capitais totais aplicados, passando os mesmos a incorporar o custo de formação das respectivas obras, em contrapartida à receita não operacional, até o limite das despesas financeiras decorrentes de capitais de terceiros que financiam as obras. O valor remanescente, se houvesse, era contabilizado em reserva de capital.

d) Dividendos

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido.

Lucro líquido do exercício	**622.091**
Mudanças de políticas contábeis em 01 de janeiro de 2009 (Nota 2)	**23.925**
Realização de reserva de lucros a realizar por consequência da adoção do IFRS no exercício de 2009	**(2.495)**
Base para cálculo da reserva legal	**643.521**
Apropriação à reserva legal	**(32.176)**
Reserva de Prêmio na Emissão de Debêntures	**(592)**
Lucro líquido ajustado	**610.753**
Percentual de dividendos mínimos estatutários	**25%**
Dividendos mínimos	**152.688**
Total de ações	**7.267.739**
Valor unitário por lote de mil ações ordinárias	**21,0090489972021**

e) Destinação do lucro líquido ajustado

Lucro líquido do exercício	**622.091**
Mudanças de políticas contábeis em 01 de janeiro de 2009 (Nota 2)	**23.925**
Realização de reserva de lucros a realizar por consequência da adoção do IFRS no exercício de 2009	**(2.495)**
Apropriação à reserva legal	**(32.176)**
Lucro líquido ajustado	**611.345**
Dividendos mínimos	**(152.688)**
Constituição da reserva para investimentos	**(458.065)**
Constituição da Reserva Prêmio Emissão Debêntures	**(592)**
	–

25. Transações com partes relacionadas

25.1.Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram, regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo.

Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

25.2. Composição e natureza das transações

Os principais valores estão descritos a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Ativo						
Circulante						
Contas a receber						
BrasilCenter	**2.288**	4.805	2.703	**–**	–	–
Click 21	**42**	41	34	**–**	–	–
Tvsat	**9.695**	292	–	**–**	–	–
PMS	**916**	15.083	11.751	**–**	–	–
Star One	**2.592**	937	1.224	**–**	–	–
Telmex do Brasil Ltda. ("TdB")	**1.015**	1.707	960	**978**	1.707	923
Claro (a)	**252.111**	449.226	385.815	**252.111**	449.226	385.815
NET (b)	**174.973**	166.668	84.239	**177.403**	166.668	84.239
Contas a receber (call center) (c)						
Claro	**–**	–	–	**–**	3.125	7.963
NET	**–**	–	–	**–**	16	565
Administrações estrangeiras (d)						
Telmex - México	**1.273**	1.709	726	**1.273**	1.709	726
Telmex - Chile	**142**	136	160	**172**	136	160
Telmex - Argentina	**1.839**	1.424	2.525	**2.391**	1.856	3.180
Telmex - USA	**9.865**	5.418	4.120	**9.865**	5.418	4.120
Telmex - Colômbia	**44**	106	183	**44**	106	183
Telmex - Peru	**196**	102	17	**196**	102	17
Telmex - Uruguai	**43**	17	–	**43**	17	–
ATT - USA	**9.238**	10.413	6.154	**9.238**	10.413	6.154
UNINET - México	**2.103**	1.097	1.314	**2.103**	1.097	1.314
Telstar Uruguai	**–**	–	–	**4**	1	–
Créditos com partes relacionadas						
BrasilCenter	**1.675**	775	437	**–**	–	–
Click 21	**6.731**	6.950	6.950	**–**	–	–
Embrapar	**6**	6	–	**6**	6	–
Star One	**551**	551	17	**–**	–	–
Embratel Internacional	**17**	–	547	**–**	–	–
TdB	**36**	11.222	3.120	**72**	11.257	3.177
Tvsat	**1.726**	3	2	**–**	–	–
Despesas antecipadas						
NET	**56.052**	39.897	31.847	**56.052**	39.897	31.847
Outros ativos circulantes						
PMS	**–**	58	–	**–**	–	–
Telmex Solutions	**–**	1	6	**–**	1	6
Não circulante						
Outros ativos						
NET	**100.343**	92.160	66.569	**100.343**	92.160	66.569
Intangível						
NET	**678.409**	858.980	–	**678.409**	858.980	–

(a) Valores a receber da Claro referem-se, principalmente, a tráfego telefônico de longa distância originado em terminais pós-pagos e pré-pagos de usuários desta prestadora, bem como originado em terminais internacionais visitantes na rede da Claro. Contempla também serviços de telecomunicações prestados diretamente à Claro, principalmente relacionados a fornecimento de capacidade de transmissão.

(b) Valores a receber da NET referem-se, principalmente, a serviços de telefonia para assinantes da NET, bem como outros serviços de voz (0800 e VIPLINE) e de internet prestados pela Embratel. Adicionalmente, compreende despesas antecipadas classificadas em outros ativos (circulante e não circulante), referentes a serviços de fornecimento de fibra ótica e compartilhamento de custos relativos aos serviços de telefonia para assinantes da NET.

(c) Valores a receber de *"call center"* referem-se aos serviços de tele-atendimento prestados pela controlada BrasilCenter para à Claro e NET.

(d) Valores a receber de administração estrangeira referem-se a tráfego telefônico de longa distância originado em terminais no exterior e destinado a terminais no Brasil.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Passivo						
Circulante						
Contas a pagar						
BrasilCenter	**65**	1.218	–	**–**	–	–
PMS	**154**	116	139	**–**	–	–
Star One	**3.618**	47.588	15.926	**–**	–	–
Embratel Internacional	**17**	–	–	**–**	–	–
TdB	**3.421**	17.425	20.554	**3.421**	17.425	20.554
Claro (a)	**93.549**	238.921	228.215	**93.555**	238.921	228.864
NET (a)	**40.560**	28.931	84.491	**40.602**	28.931	84.491
Telmex - Chile	**111**	100	113	**111**	100	113
Telmex - USA	**3.658**	2.533	1.357	**3.658**	2.533	1.357
Telmex - Argentina	**335**	461	558	**335**	461	558
Telmex - Colômbia	**62**	223	136	**62**	223	136
Telmex - Peru	**32**	8	25	**32**	8	25
Telmex - Uruguai	**61**	64	71	**61**	64	71
UNINET - México	**122**	171	28	**122**	171	28
Procisa do Brasil	**2.348**	520	–	**2.348**	520	–
Hildebrando	**1.693**	4.433	–	**1.693**	–	–
Telmex - México	**(99)**	6.166	–	**(99)**	–	–
Administrações estrangeiras (a)						
Telmex - México	**440**	525	879	**440**	525	879
Telmex - Chile	**1.032**	110	441	**1.032**	110	441
Telmex - USA	**468**	846	179	**468**	846	179
Telmex - Argentina	**1.113**	529	218	**1.113**	529	218
Telmex - Colômbia	**26**	–	–	**26**	–	–
Telmex - Peru	**40**	19	32	**40**	19	32
Telmex - Uruguai	**1**	1	7	**1**	1	7
ATT - USA	**438**	1.690	247	**438**	1.690	247
UNINET - México	**55**	57	–	**55**	57	–
Passivos com partes relacionadas						
BrasilCenter	**5.196**	2.277	10.003	**–**	–	–
Click 21	**7.584**	8.462	9.388	**–**	–	–
PMS	**125**	740	956	**–**	–	–
Star One (c)	**35.237**	18.273	12.188	**–**	–	–
TdB (c)	**47.892**	–	–	**52.191**	1.008	297
Empréstimos						
Sercotel (c)	**15.506**	–	–	**16.840**	–	–
Claro Chile (d)	**26.000**	–	–	**26.000**	–	–
Receita antecipada (b)						
NET	**172.536**	169.926	–	**172.536**	169.926	–
Outras obrigações						
BrasilCenter	**54**	134	–	**–**	–	–
Tvsat	**–**	15	–	**–**	–	–
PMS	**103**	1.320	–	**–**	–	–
TdB	**–**	72	–	**–**	109	–
NET	**21.426**	63.059	–	**21.426**	63.059	–
Procisa do Brasil Proj. Constr.	**7.440**	426	–	**7.440**	426	–
Creo Sistemas, S.A.C.	**–**	960	–	**–**	960	–
Não circulante						
Receita antecipada (b)						
NET	**487.307**	665.545	–	**487.307**	665.545	–
Empréstimos						
Sercotel	**1.455.188**	–	–	**1.576.274**	–	–
Claro Chile	**986.501**	–	–	**986.501**	–	–

(a) Valores a pagar a NET, a Claro e administrações estrangeiras referem-se ao uso de rede dessas empresas para originar ou terminar chamadas telefônicas de longa distância.

(b) Receita antecipada está representada pela operação de venda de capacidade para NET.

(c) As principais informações deste instrumento contratual são: (i) taxa de juros: CDI + 1,4 (ii) vencimento do principal: 27 de agosto de 2014 e 26 de novembro de 2014 e (iii) sem garantias.

(d) As principais informações deste instrumento contratual são: (i) taxa de juros: CDI + 1,4 (ii) vencimento do principal: 08 de novembro de 2014 e (iii) sem garantias.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	**31/12/2009**	**01/01/2009**	**31/12/2010**	**31/12/2009**	**01/01/2009**
Resultado						
Receitas operacionais						
Tráfego nacional						
Claro	**292.336**	415.054	199.947	**292.336**	415.054	199.947
NET	**467.886**	337.729	205.077	**471.699**	337.729	205.077
Click 21	**229**	230	278	**–**	–	–
PMS	**59.299**	49.923	36.844	**–**	–	–
Tvsat	**15.285**	696	–	**–**	–	–
Star One	**4.496**	5.640	6.520	**–**	–	–
TdB	**16.606**	21.496	19.851	**16.606**	21.496	19.851
Tráfego internacional						
Telmex – México	**1.945**	2.107	1.296	**1.945**	2.107	1.296
Telmex – Argentina	**1.554**	2.646	2.897	**1.554**	2.646	2.897
Telmex – USA	**13.728**	16.029	11.963	**13.728**	16.029	11.963
Telmex – Chile	**250**	347	294	**250**	347	294
Telmex – Colômbia	**306**	456	371	**306**	456	371
Telmex – Peru	**228**	340	23	**228**	340	23
Telmex – Uruguai	**119**	128	–	**119**	128	–
ATT – USA	**23.301**	20.783	13.739	**23.301**	20.783	13.739
UNINET – México	**4.200**	2.604	1.712	**4.200**	2.604	1.712
Internet banda larga						
Telmex – Argentina	**–**	–	–	**970**	1.324	861
Telmex – Uruguai	**–**	–	–	**14**	4	–
Call Center						
Claro	**–**	–	–	**–**	38.517	87.176
NET	**–**	–	–	**–**	16	9.606
Custo dos serviços prestados						
Tráfego nacional						
Claro	**(1.145.401)**	(1.285.608)	(1.018.849)	**(1.146.719)**	(1.285.841)	(1.019.598)
NET	**(419.821)**	(356.637)	(265.128)	**(420.002)**	(356.665)	(265.128)
BrasilCenter	**–**	–	–	**–**	–	–
PMS	**(359)**	(700)	(685)	**–**	–	–
Star One	**(202.664)**	(194.234)	(157.710)	**–**	–	–
TdB	**(34.844)**	(35.842)	(35.533)	**(40.016)**	(38.799)	(38.158)
VSA	**–**	–	(2.509)	**–**	–	–
VSP	**–**	–	(1.102)	**–**	–	–
Tráfego internacional						
Telmex - México	**(488)**	(668)	(1.282)	**(488)**	(668)	(1.282)
Telmex - Argentina	**(2.088)**	(1.020)	(857)	**(2.088)**	(1.020)	(857)
Telmex - USA	**(2.358)**	(2.565)	(1.813)

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL
CNPJ/MF nº 33.530.486/0001-29

• Despesa NET Fone - Pagos com base em 50% do resultado líquido apurado das contas faturadas pela Embratel, deduzidos os custos de interconexão.
• A NET é responsável pela emissão de faturas dos clientes de NET Fone e por repassar os valores pertinentes à Embratel.
• Despesa de pequenas e médias empresas - Pagas de acordo com cláusulas contratuais específicas, a 50% do resultado líquido apurado das contas faturadas pela Embratel, deduzidos de impostos e interconexão.

Em dezembro de 2009, a Embratel investiu o montante de R$873.539 na aquisição irretratável e irrevogável de direito de uso de capacidade de transmissão gerada pela rede coaxial Net pelo prazo de 5 anos podendo ser renovado pelo mesmo período mediante futura negociação comercial entre as partes. O valor pago está classificado no intangível, sendo amortizado pelo prazo do contrato.

Adicionalmente, em dezembro de 2009 foi formalizada operação de venda de capacidade, pelo valor de R$849.632, através da qual é concedido a NET direito irrevogável de uso do backbone IP da Embratel pelo prazo de 5 anos, podendo ser renovado pelo mesmo período mediante futura negociação comercial entre as partes. O valor recebido foi registrado como receita antecipada e está sendo apropriado a resultado de acordo com o prazo contratual.

Os valores a receber e a pagar decorrentes destas transações foram demonstrados líquidos no balanço patrimonial, tendo sido pagos durante o 1º trimestre de 2010.

A Embratel também possui acordo celebrado com a Claro, desde outubro de 2006, tendo por objeto a aquisição pela Claro de Capacidade de Backbone para seu uso, composto de capacidade do Backbone próprio da Embratel, necessária à interligação das estações do Backbone Claro e demais estações que venham a ser adicionadas à Topologia deste Backbone. Não constitui objeto do acordo a capacidade destinada à conexão de estações rádio-base da Claro com os demais elementos de rede ou capacidades satelitais, que somente serão disponibilizadas mediante contratação específica. Em dezembro de 2008 as partes assinaram aditivo contratual para contemplar a possibilidade de variação na entrega mensal de capacidade.

25.3. Remuneração dos administradores

O valor das remunerações dos Administradores por serviços prestados é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Salários / pro labore	**3.290**	3.018	**5.373**	4.452
Benefícios diretos e indiretos	**624**	679	**737**	736
Bônus	**549**	489	**549**	489
Participação nos resultados	**998**	1.100	**1.983**	1.680
Total	**5.461**	5.286	**8.642**	7.357

26. Seguros

A Administração da Sociedade considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros, sendo que na modalidade de riscos operacionais os montantes em 31 de dezembro de 2010 são como seguem:

Sociedade / controlada	Valor em risco para danos materiais (1)
EBT	17.205.407
Star One (2)	264.122
PMS	132.538
BrasilCenter	48.455
Tvsat	285.640

(1) A apólice de riscos operacionais contempla cobertura para lucros cessantes conforme condições constantes da mesma.
(2) Os seguros em órbita dos satélites B4, C1 e C2 e dos 11 transponders do satélite C12 são objetos de apólices específicas.

O limite máximo de indenização é de R$581.000 abrangendo todas as empresas do grupo, estando sujeito para cada empresa às condições da apólice.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Sociedade.

27. Evento subsequente

Em 13 de janeiro de 2011, a Embratel concluiu a aquisição, por oferta pública voluntária, das ações preferenciais remanescentes em circulação da NET. Esta oferta foi simultânea em São Paulo e Nova Iorque.

Como resultado total da OPA, a Embratel adquiriu um total 193.701.299 ações preferenciais, e foram investidos R$4.457.187, representativas de 84,8% da totalidade das ações preferenciais da NET em circulação na data do leilão.

A atual participação direta e indireta da Sociedade no capital social total da NET é de 62,38%.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS HENRIQUE MOREIRA
Presidente do Conselho de Administração

JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ
Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Diretor Presidente e Diretor Geral da Empresa

DILIO SERGIO PENEDO
Membro

ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA
Membro

JOEL KORN
Membro

OSCAR VON HAUSKE SOLIS
Membro

ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO
Membro

DIRETORES

ISAAC BERENSZTEJN
Diretor

DIRETORIA DE CONTROLADORIA

MÁRCIA MOTTA SÁ
Diretora - CRC-RJ-051.848-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – Embratel em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4